



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

RESOLUÇÃO CAMEN/PREG/UFPI Nº 505, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2024

Autoriza alteração de Projeto Pedagógico de Curso.

A PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (PREG/UFPI), e PRESIDENTE DA CÂMARA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO (CAMEN), no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, **ad referendum** da mesma Câmara e, considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta Universidade, aprovado pela Resolução Nº 011/84-CEPEX, de 10 de outubro de 1984, e alterado pela Resolução Nº 101/05-CEPEX, de 17 de junho de 2005;

- o processo Nº 23111.037404/2023-13;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a alteração no Projeto Pedagógico do Curso de **BACHARELADO EM ENFERMAGEM**, do Câmpus Senador Helvídio Nunes de Barros - **CSHNB**, desta Universidade, conforme ANEXO e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação justificada a urgência pela excepcionalidade da atividade administrativa institucional, conforme parágrafo único do Art. 4º do Decreto 10.139/2019.

Teresina, 06 de fevereiro de 2024.


Profa. Ana Beatriz Sousa Gomes
Pró-Reitora de Ensino de Graduação/UFPI
Presidente da Câmara de Ensino de Graduação

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE BACHARELADO EM ENFERMAGEM

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
BACHARELADO EM ENFERMAGEM-CSHNB/UFPI
(Reformulação 2024)

PICOS
2024



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
BACHARELADO EM ENFERMAGEM-CSHNB/UFPI
(Reformulação 2024)

Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Enfermagem (presencial) do *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros da Universidade Federal do Piauí.

PICOS
2024

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be the name of the author or reviewer.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

REITOR

Prof. Dr. Gildásio Guedes Fernandes

VICE-REITOR

Prof. Dr. Viriato Campelo

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Prof. Dr. Luís Carlos Sales

PRÓ-REITOR(A) DE ADMINISTRAÇÃO

Evangelina da Silva Sousa

PRÓ-REITOR(A) DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Prof. Dra. Ana Beatriz Sousa Gomes

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Júnior

PRÓ-REITOR(A) DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dra. Regilda Saraiva dos Reis Moreira-Araújo

PRÓ-REITOR(A) DE EXTENSÃO E CULTURA

Prof. Dra. Deborah Dettmam Matos

PRÓ-REITOR(A) DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

Prof. Dra. Mônica Arrivabene



PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Prof. Dra. Ana Beatriz Sousa Gomes

Pró-reitora

Prof. Dr. Leomá Albuquerque Matos

Diretoria de Administração Acadêmica

Prof. Dr. Eliesé Idalino Rodrigues

Coordenação Geral de Graduação

Prof. Ma. Maria Rosália Ribeiro Brandim

Coordenação Geral de Estágio

Prof. Me. Francisco Newton Freitas

Coordenação de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular

Prof. Dra. Rosa Lina Gomes do N. Pereira da Silva

Coordenação de Administração Acadêmica Complementar

Prof. Dr. Willian Mikio Kurita Matsumura

Coordenação de Seleção e Programas Especiais

Danielle Maria de Brito Aragão

Assessoria da Pró-Reitoria



CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

DIRETOR

Prof. Dr. Juscelino Francisco do Nascimento

VICE-DIRETOR

Profa Dra. Patricia da Cunha Gonzaga Silva

COORDENADOR DO CURSO

Prof. Dr. Mailson Fontes de Carvalho

VICE-COORDENADORA DO CURSO

Profa. Dra. Suyanne Freire de Macêdo

COLEGIADO DO CURSO

Prof. Dr. Mailson Fontes de Carvalho (Presidente)

Profa. Dra. Suyanne Freire de Macedo (docente)

Prof. Dr. Fernando Sergio Pereira de Sousa (docente)

Profa. Dr. Edina Araujo Rodrigues Oliveira (docente)

Wislla Nascimento Gomes (discente)

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO

Prof. Dr. Mailson Fontes de Carvalho

Profa. Dra. Suyanne Freire de Macedo

Profa. Dra. Aline Raquel de Sousa Ibiapina

Profa. Dra. Yulla Klinger de Carvalho Leite

Prof. Dr. Rumão Batista Nunes de Carvalho

Profa. Dra. Lany Leide de Castro Rocha Campelo

Profa. Dra. Cinara Maria Feitosa Beleza



IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

MANTENEDORA: FUFPI

RAZÃO SOCIAL: Universidade Federal do Piauí

SIGLA: UFPI

NATUREZA JURÍDICA: Pública

CNPJ: 06.517.387/0001-34

ENDEREÇO: *Campus* Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga s/n CEP: 64049-550

CIDADE: Teresina

TELEFONE: (86) 3215-5511

E-MAIL: scs@ufpi.edu.br

PÁGINA ELETRÔNICA: www.ufpi.br



IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: *Bacharelado em Enfermagem*

CÓDIGO DO CURSO: 99864

CRIAÇÃO DO CURSO:

Resolução CEPEX/UFPI N° 130;

Publicação: 28 de julho de 2006.

RECONHECIMENTO DO CURSO:

Portaria MEC N° 446 de 01 de novembro de 2011

Publicação no DOU: 03 de novembro de 2011

GRAU: *Bacharelado*

TÍTULO ACADÊMICO MASCULINO: *Graduado - Bacharel*

TÍTULO ACADÊMICO FEMININO: *Graduada - Bacharel*

MODALIDADE: *Ensino Presencial*

DURAÇÃO DO CURSO:

Mínimo: 10 (dez) semestres letivos (5 anos)

Média: 12 (doze) semestres letivos (6 anos)

Máximo: 14 (catorze) semestres letivos (7 anos)

Para alunos com necessidades educacionais especiais acrescentar até 50% do prazo máximo.

ACESSO AO CURSO:

Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), através do Sistema de Seleção Unificada – SISU/MEC e, de acordo com o Edital específico da UFPI.

REGIME LETIVO: *Créditos*

VAGAS AUTORIZADAS e-MEC: *30 vagas semestrais (Resolução CEPEX N°. 159/16).*

OFERTA DO CURSO:

SEMESTRE LETIVO	TURNO(S)	QUANTIDADE DE VAGAS
1º SEMESTRE	matutino e vespertino	30 vagas
2º SEMESTRE	matutino e vespertino	30 vagas



ESTRUTURA CURRICULAR:

Ano/ Período de implantação	Carga horária por Período Letivo		
	Mínima	Média	Máxima
2024/1º período	300	360	450

QUADRO-SÍNTESE - CARGA HORÁRIA/ CRÉDITO/ HORA-AULA

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA	QUANTIDADE DE CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias	2.625	175
Disciplinas Optativas	120	8
Atividade de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	60	4
Atividade de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	840	56
Atividades Complementares	120	8
Atividades Curriculares de Extensão (ACE)	450	30
TOTAL	4.215	286



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
1. INTRODUÇÃO	10
1.1 Justificativa	10
1.2 Contexto regional e local	14
1.2.1 Piauí: um estado em desenvolvimento	14
1.2.2 Picos-PI: a capital do mel no semiárido piauiense	17
1.3 Histórico e estrutura organizacional da UFPI e do Curso	18
2 CONCEPÇÃO DO CURSO	22
2.1 Princípios curriculares e especificidades	22
2.1.1 Marco teórico-conceitual	25
2.2 Missão	32
2.3 Objetivos do Curso	32
2.4 Perfil de egresso	32
2.5 Competências e Habilidades	33
2.6 Perfil do corpo docente	37
3 PROPOSTA CURRICULAR	40
3.1 Estrutura e Organização Curricular	40
3.1.1 Componentes curriculares obrigatórios	48
3.1.2 Componentes curriculares optativos	50
3.2 Fluxograma	51
3.3 Atividades acadêmicas específicas	52
3.3.1 Estágio Obrigatório	52
3.3.2 Atividades complementares	53
3.3.3 Atividades de Extensão	54
3.3.4 Trabalho de Conclusão de Curso	55
3.4 Metodologia	55
4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	61
4.1 Ensino	61
4.1.1 Monitoria acadêmica	61
4.2 Pesquisa	62
4.3 Extensão	62
4.4 Apoio Estudantil	64



5	SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO	66
5.1	Avaliação da aprendizagem	66
5.2	Avaliação do Curso	68
6	EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS	69
6.1	Disciplinas obrigatórias	69
6.2	Disciplinas optativas	97
7	INFRAESTRUTURA	106
7.1	Laboratórios	106
7.2	Biblioteca	108
8	DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	110
8.1	Equivalências entre projetos pedagógicos	110
8.2	Vigência e migrações	113
	REFERÊNCIAS	115
	APÊNDICES	

APRESENTAÇÃO

O Curso de Bacharelado em Enfermagem do *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros (Picos) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) foi criado em 2006, fruto do Projeto de Expansão das Universidades Federais e tem se consolidado como espaço de formação qualificada de profissionais de Enfermagem no interior do Piauí.

A formação do Enfermeiro no Curso de Enfermagem do *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB/UFPI) busca observar os preceitos das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para cursos da área de saúde e de enfermagem, através de um processo formativo ancorado na construção de saberes e práticas em áreas de interesse distintas, contempladas pela oferta de componentes curriculares desmembrados em disciplinas e atividades acadêmicas específicas, respeitando a legislação vigente.

Desde a formação das primeiras turmas do curso a reformulação do projeto pedagógico do curso pautou o imaginário dos docentes e, para além do desejo dos envolvidos, tornou-se uma preocupação institucional considerando a necessidade de responder às novas demandas da sociedade e do mercado de trabalho e alinhar a perspectiva formativa aos mais recentes pressupostos educacionais para a saúde, especialmente voltados à formação de trabalhadores para o Sistema Único de Saúde (SUS).

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC), documento que agrupa diretrizes e estratégias formativas de aplicabilidade na prática pedagógica para formação profissional, fundamenta-se em teorias, conhecimentos, referenciais e evidências cientificamente comprovadas e socialmente aceitas. Nesta perspectiva, diversos grupos de trabalho foram montados pelo corpo docente no intuito de apresentar uma nova matriz curricular para o curso voltada à formação centrada no aluno e alinhada com o perfil profissional desejado.

Esta versão foi construída a partir da confluência de ideias entre docentes e discentes e da convergência de versões anteriormente propostas e não implantadas, partindo de uma avaliação da primeira versão do PPC e sua implementação desde a criação do curso. Destaque-se que em razão da pandemia da covid-19, que demandou uma reorganização do ensino nas universidades, uma versão transitória foi implementada no ano de 2020, que deverá ser substituída pela versão aqui apresentada.

O processo de revisão e atualização do novo Projeto Pedagógico do Curso foi então retomado em 2022 pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, que conjuntamente com todo o corpo docente, redigiu esta proposta pautada no perfil de egresso desejado frente



ao contexto local e desenvolvimento regional, observando as fragilidades e fortalezas do curso e da Instituição.

Assim, apresentamos uma nova versão do PPC para o Curso de Enfermagem/CSHNB/UFPI, ancorado na perspectiva dialógica, reflexiva e significativa da prática pedagógica e em princípios formativos inovadores, incorporando demandas estratégicas e fundamentais para garantir aprimoramentos na qualidade do ensino superior.

O documento espelha a articulação existente do compromisso com as questões do ensino superior e o compromisso profissional a ser contemplado dentro das condições de ensino possíveis, observada a articulação do ensino, pesquisa e extensão e a premissa da inserção formativa considerando a integração ensino-serviço-comunidade, em uma trajetória formativa que tem como núcleo central a promoção da saúde, ancorada por eixos formativos das ciências sociais e humanas, ciências biológicas, da saúde e da enfermagem, numa perspectiva complementar e integrada.

Espera-se que esse documento seja representativo da comunidade acadêmica do Curso de Bacharelado em Enfermagem –UFPI/CSHNB e que sua implementação possa gerar resultados profícuos na qualidade do ensino-aprendizagem.

Núcleo Docente Estruturante (Enfermagem / UFPI / CSHNB)



1. INTRODUÇÃO

A reformulação do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) propõe alinhar os processos formativos do Curso de Bacharelado em Enfermagem/CSHNB/UFPI para responder às necessidades iminentes do mercado de trabalho, atender ao novo perfil de egresso proposto e alinhar-se aos preceitos das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de enfermagem e de saúde.

Desde a implantação do curso, em 2006, o currículo sofreu pequenos ajustes, sobretudo em razão de situações excepcionais, tal como os desafios decorrentes da pandemia da covid-19. Assim, três versões do PPC foram instituídas: (a) PPC 2006 - implantação do curso, (b) PPC 2019 e (c) PPC 2020, ainda que o currículo tenha permanecido inalterado.

Nesta perspectiva, vislumbra-se a necessidade de reformulação profunda do PPC no intuito de enfrentar problemas emergentes relacionados aos aspectos teóricos, epistemológicos, estruturais e metodológicos necessita-se, pois, de um novo modelo pedagógico capaz de atender às exigências institucionais, comunitárias e profissionais da atualidade.

1.1 Justificativa

A formação em saúde tem sido alvo de muitas propostas de mudanças nos últimos anos no Brasil, sobretudo frente aos desafios enfrentados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) relacionados à disponibilidade e perfil dos profissionais provedores de cuidados. A especialização do cuidado à saúde, a distância do sujeito nos processos de cuidado e as grandes diferenças entre o que pensam os usuários e os trabalhadores e gestores da saúde têm se configurado como uma grande tensão na construção do modelo de saúde sonhado, chegando, algumas vezes, a diminuir ou impossibilitar o acesso dos usuários ao sistema (Batista; Gonçalves, 2011).

Apesar de alguns avanços, a formação dos profissionais de saúde ainda tem se conformado alheia à organização da gestão setorial e ao debate crítico sobre os sistemas de estruturação do cuidado, mostrando-se impermeável ao controle social sobre o setor, fundante do modelo oficial de saúde brasileiro. As instituições formadoras têm perpetuado modelos essencialmente conservadores, centrados em aparelhos e sistemas orgânicos e tecnologias altamente especializadas, dependentes de procedimentos e equipamentos de apoio diagnóstico e terapêutico. O perfil dos profissionais de saúde demonstra qualificação insuficiente para as



mudanças das práticas, demandando necessidade crescente de educação permanente para esses profissionais, com o objetivo de (re)significar seus perfis de atuação, para implantação e fortalecimento da atenção à saúde no SUS (Batista; Gonçalves, 2011).

A necessidade de mudança do perfil profissional também é impulsionada pela transição da situação de saúde que acontece no Brasil. A situação epidemiológica brasileira distancia-se da transição epidemiológica clássica, observada nos países desenvolvidos, e tem sido definida, recentemente, como tripla carga de doenças porque envolve, ao mesmo tempo, uma agenda não concluída de infecções, desnutrição e problemas de saúde reprodutiva; o desafio das doenças crônicas não-transmissíveis e de seus fatores de risco, como o tabagismo, o sobrepeso, a obesidade, a inatividade física, o estresse e a alimentação inadequada; e o forte crescimento das causas externas (Martins *et al.*, 2021). Logo, a situação de saúde de forte predomínio relativo das condições crônicas não pode ser respondida, com eficiência, efetividade e qualidade, por sistemas de saúde voltados, prioritariamente, para as condições agudas e para as agudizações de condições crônicas, e organizados de forma fragmentada.

Romper com os paradigmas da atenção à saúde demanda profissionais de saúde éticos, críticos, reflexivos, com perfil voltado para a promoção da saúde e prevenção de riscos, agravos e doenças, além do comprometimento social com os princípios e diretrizes do sistema público de saúde. Nesta perspectiva, tem-se discutido a necessidade de se repensar a formação em saúde, seja no nível da graduação, seja na pós-graduação. Para que o modelo de atenção à saúde integral, equânime e universal seja operacionalizado na prática, faz-se necessário que os profissionais de saúde saiam do paradigma biomédico e hospitalocêntrico e evoluam para a perspectiva da promoção da saúde e da qualidade de vida, na qual o usuário deve ser o foco da atenção, com valorização da atenção básica.

Assim, revela-se necessário e urgente um movimento social por uma Reforma da Educação, que expresse o atendimento dos interesses públicos no cumprimento das responsabilidades de formação acadêmico-científica, ética e humanística para o desempenho tecnoprofissional. Deve expressar ainda a produção de conhecimento e promoção de avanços nos campos científico, tecnológico e cultural e prestação de serviços, principalmente de cooperação e assessoramento técnicos, de retaguarda e avaliação tecnológica e de documentação e disseminação dos saberes produzidos nos serviços, nos movimentos sociais e nas práticas populares (Vendruscolo; Prado; Kleba, 2016).

É recorrente a dificuldade de materializar currículos capazes de promover a formação de enfermagem voltada para a concreta articulação entre teoria e prática, bem como,



profissionais voltados a uma prática social que responda às necessidades de saúde da população. Da mesma forma, é um desafio capacitar profissionais para atender as demandas assistenciais do Sistema Único de Saúde (Frota *et al.*, 2020). Logo mudanças importantes devem ser implementadas para a formação de enfermagem, tais como a integralização em cinco anos e um currículo que oportunize ao estudante vivenciar mais conteúdos teóricos, estágios, atividades complementares e atividades de extensão, proporcionando um melhor preparo dos formandos para o mercado de trabalho em saúde (Ximenes Neto, 2019).

Nos últimos anos as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e as portarias promulgadas pelo Ministério da Educação (MEC) e da Saúde (MS) apontam para a necessidade de acelerar as mudanças curriculares dos cursos de graduação na área da saúde, o que foi potencializado a partir de 2004, com a criação do Fórum Nacional de Educação das Profissões na Área da Saúde (FNEPAS), um importante ator social nas discussões de formação em saúde.

Especificamente, em relação à Enfermagem, as DCN apontam a necessidade de direcionar a formação do enfermeiro com o objetivo de desenvolver no aluno habilidades e competências, criando oportunidades de ensino-aprendizagem que vão além do cognitivo. É importante destacar que este documento foi elaborado a partir de indicações contidas nas DCN atualizadas para cursos de bacharelado em Enfermagem, publicadas em 2018 (Brasil, 2018).

A graduação em enfermagem deve buscar a formação de um profissional de saúde com autonomia para garantir a integralidade do cuidado, capaz de articular diversos conhecimentos na solução de problemas frequentes numa unidade de saúde; contudo para que isso aconteça, faz-se necessário que todos os envolvidos nesse processo sejam responsáveis pela mudança.

Cabe ressaltar que um importante desafio no processo de transformação dos cursos da área da saúde refere-se à incorporação da concepção ampliada de saúde com ênfase na integralidade e no cuidado no processo de formação profissional, bem como na aprendizagem para o trabalho em equipe interprofissional.

O trabalho interdisciplinar questiona a produção e socialização do conhecimento científico, uma vez que se interroga a respeito da (im)possibilidade de uma única perspectiva que é a de responder à tarefa de desvendamento, explicação e intervenção na realidade. O modelo de ciência que tem como referencial a compartimentalização do conhecimento em disciplinas, fragmentando o saber e estabelecendo dicotomias em torno das relações entre



teoria/prática, razão/emoção, pensar/fazer, parece estar sendo abandonado por não atender mais às demandas sociais e das próprias comunidades científicas (UFRGS, 2015). Na área da saúde, essa compartimentalização do conhecimento mostra-se ainda mais ineficaz, uma vez que o sujeito do cuidado é um ser completo e complexo que vive inserido em uma família-comunidade-sociedade, e seu modo de ser saudável ou ser doente é indissociável às suas experiências de vida e cultura.

Neste contexto, discussões acerca da formação em saúde estão cada vez mais presentes nas instituições de ensino. O processo ensino-aprendizagem atualmente desenvolvido, em sua maioria, ligado ao método tradicional, de educação bancária, com a simples transmissão do conhecimento, vem sendo questionado quanto a sua eficácia para atender às novas demandas que se apresentam.

Alguns autores questionam por que tem se tornado imperioso rediscutir os processos de ensino-aprendizagem necessários à formação para o trabalho em saúde (Vasconcelos; Gouveia, 2011). As profundas modificações que transparecem no mundo contemporâneo justificam tal preocupação, cabendo citar: a velocidade das transformações nas sociedades laicas e plurais contemporâneas, em um contexto em que a produção de conhecimento é extremamente veloz, tornando ainda mais provisórias as verdades construídas no saber-fazer científico; a perspectiva vigente, quase marca desse tempo, de colocar em xeque os valores até então considerados intocáveis, o que impõe uma profunda (e necessária) reflexão sobre a inserção do profissional de saúde nesse novo contexto; a inequívoca influência dos meios de comunicação na construção/formatação do homem/profissional nesses primórdios do século XXI, marcada por um genuíno bombardeio de imagens, as quais embasam as possibilidades de reflexão sobre a vida, a inserção no mundo e a própria práxis; a configuração de uma nova modalidade de organização do espaço-tempo social, as sociedades de controle, o que torna imperiosa a adoção de uma postura crítica sobre a inscrição do sujeito no mundo — aqui incluído o trabalho — caracterizando um verdadeiro ato de resistência (Coelho *et al.*, 2020).

Assim, a mudança curricular se faz urgente e necessária para superar o pensamento fragmentado e possibilitar aos profissionais uma visão integrada, complexa e inovadora. O novo currículo pretende colocar o estudante no centro de sua formação, tornando-o motivado a buscar novos conhecimentos e a agir frente às mudanças socio sanitárias, avanços tecnológicos e adversidades políticas, econômicas e regionais (Frota *et al.*, 2020). A mudança curricular influenciada pelas demandas e necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS) vai permitir o estudante vivenciar conteúdos e práticas baseados no perfil epidemiológico



locorregional e nas políticas sanitárias, levando ao aprendizado significativo principalmente na atenção primária e na gestão sanitária (Ximenes Neto, 2019).

Nesta perspectiva, a reformulação aprovada através da Resolução CEPEX n. 611/2023, apresenta mudanças estratégicas e profundas entre as quais destacam-se a redefinição conceitual, modificação de carga horária geral do curso, mudança de nomenclatura, ementário e carga horária de disciplinas, inclusão, exclusão e desmembramentos de disciplinas obrigatórias e optativas; mudança de nível de oferta de disciplinas, alterações nos regulamentos do TCC, de Estágio Curricular, e inclusão de Atividades Curriculares de Extensão, entre outras.

Todavia, sobre esta se faziam necessários ajustes para correção de divergências em créditos e carga horária de disciplinas, ajustes na tabela de equivalências, nos regulamentos de atividades complementares e de atividades de extensão, além de outras questões necessárias à adequada implementação do novo currículo a partir de 2024.1.

1.2 Contexto regional e local

1.2.1 Piauí: um estado em desenvolvimento

O Piauí possui uma área de 251.577,738 km², distribuídos em 224 municípios que, juntos, perfazem uma população estimada de 3.289.290 habitantes (IBGE, 2021). O estado está localizado no noroeste da região Nordeste e tem como limites o oceano Atlântico ao norte; Ceará e Pernambuco ao leste; Bahia ao sul e sudeste; Tocantins ao sudoeste; e Maranhão ao oeste e noroeste. Apresenta uma densidade populacional igual a 12,40 e uma população rural de cerca de 34,23%, com elevada concentração populacional na capital do Estado.

Atualmente, o Piauí possui 224 municípios, nos quais os mais populosos são: Teresina, a capital, com 30% da população do estado; Parnaíba; Picos; Piripiri e Floriano. Esses cinco municípios juntos respondem por 35,6% da população total do Piauí.

O estado apresenta coeficientes que o classificam como um dos mais pobres do país. O rendimento mensal domiciliar *per capita* é da ordem de R\$ 837,00 (2021) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,646 (2010) (IBGE, 2021). A taxa de ocupação da população em idade ativa no Piauí (67%) é uma das mais elevadas do país, contudo a remuneração é a mais baixa. A renda média em 2014 era de R\$ 771,00 cerca da metade da renda nacional (R\$ 1.595,00). A boa notícia é que a remuneração média tem crescido rápido,



a uma taxa de 4,6% ao ano. Essa baixa retribuição decorre da baixa escolaridade da população adulta no estado (Piauí, 2018).

Na estrutura setorial da economia do Piauí existe a predominância do setor de serviços, contudo, nos últimos anos observa-se uma mudança de participação em favor da agropecuária e da indústria, devido principalmente ao aumento da produção e rendimento médio da soja e, também, em favor da indústria, graças ao crescimento no segmento de geração e distribuição de energia elétrica (CEPRO, 2020).

Quanto aos níveis de longevidade atual, o Piauí enfrenta causas de mortalidade relacionadas com cada etapa do ciclo de vida. Na mortalidade infantil, destaca-se os fatores de fecundidade precoce no período de 22 ou mais semanas de gestação, e o efeito da falta do pré-natal sobre as mortes no primeiro mês após o nascimento. No período da infância e adolescência, considera-se as questões de saneamento relacionadas à extrema pobreza. Entre os jovens de 15 a 29 anos, destaca-se as causas externas, como a violência e os acidentes de trânsito. Por fim, nas etapas adulta e idosa, têm-se as causas externas e as doenças crônicas (Piauí, 2018).

Apesar da queda na última década, a mortalidade infantil (até 1 ano) é uma das mais altas do país. No Piauí, a proporção de nascidos vivos com 7 ou mais consultas pré-natal é de 60%, mesma média do Nordeste e abaixo da média brasileira de 68%. O estado possui a maior taxa de mortalidade na infância (crianças com até 5 anos) da região Nordeste e apresentou uma alta neste índice de 15% entre 2015 e 2016 (Piauí, 2020).

No Piauí, em 2016, dois terços dos óbitos de crianças com até 5 anos de idade foram por causas “evitáveis reduzíveis”, segundo classificação do SUS. Além disso, a taxa de mortalidade materna subiu na contramão da tendência brasileira e regional. O índice do estado registrou duas altas seguidas, em 2015 e 2016, e é a segunda maior taxa entre os estados do Nordeste, inferior apenas a do Maranhão (122,2). A maior parte (87%) dos óbitos maternos registrados foram por causas diretas, aquelas que ocorrem por complicações obstétricas durante a gravidez, parto ou puerpério; além disso, um quinto dos nascidos vivos são filhos de mães com idade entre 10 e 19 anos (SESAPI, 2020).

Os óbitos por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) na população entre 30 e 69 anos, no Piauí, teve crescimento de 32% entre 2006 e 2016. As DCNT são responsáveis por 56% do total de mortes registradas na população dessa faixa etária, proporção superior à média do Nordeste (52,4%). No estado, a taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório é superior à média do Nordeste e do Brasil. Em 2016, 43,3% dos óbitos ocorridos



na população com mais de 70 anos foram decorrentes desses agravos. No Piauí, entre 2006 e 2016, os casos de neoplasias e diabetes foram os que mais cresceram, 64% e 61% (SESAPI, 2020).

O modelo de saúde proposto no estado, incorpora 11 regiões de saúde. Os municípios que conformam cada uma dessas 11 regiões oferecem serviços e ações de média complexidade ambulatorial e hospitalar, além de atuarem, à luz da nova proposta de agregação regional do PDR/2015, como municípios de referência nas MACRORREGIÕES DE SAÚDE. São considerados, além de Teresina, como municípios de referência macrorregional para a média complexidade ambulatorial e hospitalar, Parnaíba, Picos e Floriano (SESAPI, 2020).

Contudo, apesar dos avanços observados na organização do SUS em âmbito nacional, estadual, regional e local, o SUS Piauí ainda registra limitações de natureza financeira, logística e de recursos humanos. No que concerne à oferta de ações e serviços de saúde, o estado apresenta, na Atenção Primária, ampla cobertura da Estratégia de Saúde da Família (99,36%). E, dispõe de uma rede assistencial e de atenção composta de 2.650 unidades/estabelecimentos/núcleos/equipes de saúde, dos quais 60,83% são públicos, aí incluídos 106 hospitais gerais, 22 hospitais especializados, 17 maternidades, além de leitos obstétricos, localizados em 49 hospitais gerais (SESAPI, 2020).

A fragilidade das estruturas públicas locais e regionais de saúde existentes no Estado em termos de capacidade tecnológica e humana, acaba por determinar que a cidade de Teresina seja referência para toda população do Estado em ações de alta complexidade, o que sobrecarrega o sistema e produz um desequilíbrio na oferta. Tais situações produzem descontinuidade e falta de seguimento nas ações assistenciais e apontam para a necessidade de reestruturação da assistência hospitalar no Estado, com vistas a integrá-lo, efetivamente, a Rede de Atenção à Saúde (RAS) em franco processo de implantação no Estado (SESAPI, 2020).

1.2.2 Picos-PI: a capital do mel no semiárido piauiense

O município de Picos fica localizado na região centro-sul do Piauí, há 307 km de sua capital - Teresina, e é conhecido como a capital do mel. Segundo o Censo de 2010 (IBGE, 2010), sua população residente era de 73.414 habitantes, mas a estimativa populacional, em



2021, foi de 78.607 habitantes, sendo sua área territorial equivalente a 534,175 Km² e a densidade demográfica de 137,30 (hab/km²).

Quanto ao IDH municipal, para a educação, foi de 0,621, em uma escala de 0 a 1 e a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade de 98,3% (IBGE, 2010). Este índice teve uma grande ascendência entre os anos de 1991 e 2010, o que caracteriza uma maior escolaridade da população do município, com mais crianças e jovens nas escolas ou completando ciclos, no Brasil ensino fundamental e médio (Atlas Brasil, 2013).

A expectativa de anos de estudo na população do município passou de 6,74 anos em 1991 para 9,48 anos em 2010, o que indica que a população em idade escolar passa um maior número de anos estudando, e a taxa de analfabetismo no município diminuiu entre todas as faixas etárias, porém a população com 25 anos carrega uma grande inércia, em virtude de gerações mais antigas com menor escolaridade (Atlas Brasil, 2013).

Sobre o enfoque do setor saúde, Picos representa uma sede de macrorregião (Macro do Semiárido – 70 municípios), pois interliga-se a 42 outros municípios, congregados no Território de Desenvolvimento do Vale do Rio Guaribas. Segundo dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), em 2019, o município possuía 69 estabelecimentos de saúde distribuídos nas esferas estadual e/ou municipal (administração pública).

Considerado como referência macrorregional para a Média Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, Picos passou a crescer ao elenco de responsabilidade, em vista a oferta recente de Serviços e Ações de Alta Complexidade Hospitalar, com a ampliação da Unidade de Terapia Intensiva e a implantação do serviço de Neurologia/Neurocirurgia e do Centro de Parto de Normal, entre outros.

A cidade conta com quatro hospitais: 1 público - Hospital Regional Justino Luz (HRJL) e 4 privados: Casa de Saúde Nossa Senhora dos Remédios, Hospital Memorial do Carmo, Clínica de Urgência de Picos e Clínica Materno Infantil Anisinha Luz, além de vários serviços de atendimento especializado, Centro de Hemoterapia do Piauí (HEMOPI), Centro de Testagem e Aconselhamento (IST/AIDS-CTA), dentre outros.

No âmbito da atenção básica, o município conta, atualmente, com 33 (trinta e três) Unidades Básicas de Saúde (UBS), distribuídas nas zonas urbana (22) e rural (11), desenvolvendo programas e ações pactuadas na Política Nacional de Atenção Básica, orientada pela Estratégia de Saúde da Família.

Acrescenta-se a oferta dos Serviços de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU) no



modelo básico e avançado, 2 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS II e AD) com serviços de saúde especializados, de caráter aberto e comunitário, realizando, prioritariamente, atendimento às pessoas com sofrimento ou transtorno mental, bem como necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, em sua área territorial, seja em situações de crise ou nos processos de reabilitação psicossocial.

Destaca-se também serviços ambulatoriais especializados como o Centro de Especialidades Médicas de Picos (CEMPI), o Posto de Assistência Médica de Picos (PAM) e a Policlínica de Picos (estadual), com atendimentos especializados para população de Picos e região.

Nessa perspectiva, salienta-se que no segmento da saúde, o município de Picos, ao longo das últimas décadas, tem alcançado avanços significativos, com notória visibilidade sobre a saúde e qualidade de vida de sua população.

Quanto ao setor educação, no ano de 2010, em Picos, o IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, foi de 0,621, em uma escala de 0 a 1; e a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade é 98,3%. Ademais, a expectativa de anos de estudo na população passou de 7,78 anos em 2000 para 9,48 anos em 2010; e a taxa de analfabetismo diminuiu entre todas as faixas etárias (IBGE, 2022).

O município de Picos é constituído de uma rede de ensino nas redes pública e privada desde o maternal até o superior. Em 2021, havia 74 estabelecimentos de ensino fundamental e 20 de ensino médio (IBGE, 2022). Quanto às de ensino superior, destacam-se: a Universidade Estadual do Piauí; a Universidade Aberta do Brasil, (antiga UESPI); a Universidade Federal do Piauí; o Instituto de Ensino Superior R. Sá (faculdade privada) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (CEFET); além de diversos estabelecimentos privados.

1.3 Histórico e estrutura organizacional da UFPI e do Curso

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) é uma Instituição de Educação Superior, de natureza federal, mantida pelo Ministério da Educação, por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI). Com sede e foro na cidade de Teresina, possui outros três campi sediados nas cidades de Picos (*Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros), Bom Jesus (*Campus* Profª. Cinobelina Elvas) e Floriano (*Campus* Almícar Ferreira Sobral). Em 2018, o *Campus* Ministro Reis Velloso, localizado no município de Parnaíba, foi desmembrado



através da Lei n. 13.651 de 11 de abril de 2018, para formar a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPa) (UFPI, 2020).

Por meio do Decreto nº 17.551 de 09 de janeiro de 1945, houve o credenciamento das Faculdades isoladas já existentes no Piauí (Faculdade de Direito, Faculdade de Filosofia, Faculdade de Odontologia e Faculdade de Medicina, de Teresina; e Faculdade de Administração de Parnaíba). Após essa fusão, em 1968 a UFPI foi credenciada como Universidade através da Lei nº 5528, de 12 de novembro de 1968, resultado de lutas de políticos e de vários segmentos da sociedade que acalentaram um sonho por décadas de se instalar no Piauí uma Universidade. Em 2012, foi credenciada por meio da Portaria MEC nº 645 de 18 de maio de 2012, pelo prazo de 10 (dez) anos (UFPI, 2020).

De 1971 a 2005, a UFPI ministrou apenas ensino de graduação presencial, e a partir de 2006, conforme previa o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2005-2009), houve o credenciamento para ensino a distância e a criação do Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), com a implantação do curso de Bacharelado em Administração, em caráter experimental e posterior ampliação do número de cursos ministrados na modalidade EaD.

Em 2010, a UFPI foi credenciada para a oferta de curso na modalidade a distância e, em 2013, o MEC reconheceu o CEAD, por meio do qual ministra cursos (bacharelados e licenciaturas) nos mesmos padrões de qualidade adotados no ensino presencial, objetivando atingir público que não tem oportunidade de participar ativamente do cotidiano institucional, em caráter presencial.

Ainda em 2006, a UFPI aderiu ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), objetivando favorecer o acesso e permanência de jovens na educação superior, de forma a consubstanciar o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) - Lei n. 10.172 de 09 de janeiro de 2001. Isso possibilitou a expansão da oferta com reestruturação de dois Campi do interior (Parnaíba e Picos) e implantando dois novos Campi, nas cidades de Bom Jesus, no extremo sul do Estado, distando de 635 km da capital e em Floriano, situado na Mesorregião do Sudoeste Piauiense, Microrregião do mesmo nome, distando 234 km da capital. O início das atividades em Bom Jesus ocorreu no primeiro semestre de 2006 e o de Floriano se deu no primeiro semestre de 2009.

Atualmente a UFPI oferta cursos de graduação e pós-graduação, nas modalidades presencial e a distância, nos graus de bacharelado e licenciatura. São ofertados 71 cursos de



graduação presenciais e 15 cursos na modalidade à distância, totalizando 86 cursos oferecidos. Em 2019 houve 5.556 alunos ingressantes, 24.171 matriculados e 2.799 egressos na modalidade presencial. E 9.284, em 2017, na modalidade de educação a distância (UFPI, 2020), consolidando-se como maior instituição de ensino superior do estado do Piauí.

Nesse contexto, a presença de uma universidade pública e gratuita de qualidade, em conjunto com o investimento sistemático em pesquisa e extensão, proporciona contribuições significativas para o desenvolvimento regional. A instalação dos novos campi, promovendo a interiorização do ensino superior, representa uma estratégia para a promoção do desenvolvimento regional e da melhoria da qualidade de vida de sua população, vindo, assim, ao encontro dessa realidade carente de oportunidades (UFPI, 2020).

Entre esses campi, o *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB), sediado em Picos (PI), foi criado no ano de 1982 com 5 cursos de Licenciatura Curta (duração de dois anos), a saber: Ciências de 1º grau, Estudos Sociais de 1º grau, Letras de 1º grau, Pedagogia com habilitação em Supervisão e Pedagogia com habilitação em Administração. Em 1984, foi autorizada a plenificação (duração de quatro anos) dos cursos de Pedagogia/Supervisão e Pedagogia/Administração, bem como a criação dos cursos de Licenciatura Plena em Letras e Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Magistério (UFPI, 2020).

Todavia, a inexistência de documentação que comprovasse juridicamente a criação do *Campus*, a falta de espaço apropriado para as atividades acadêmicas, além do baixo índice de aprovação nos vestibulares fizeram com o mesmo fosse fechado, por unanimidade de votos no Conselho Universitário da UFPI, em 25 de junho de 1987 (UFPI, 2020). Quatro anos depois, em 10 de junho de 1991, foi autorizada a reabertura do *Campus* com apenas 2 cursos de Licenciatura Plena: Letras e Pedagogia com habilitação em Magistério. Em 2006, após a adesão da UFPI ao Programa Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), foram implantados mais 7 novos cursos (Administração, Ciências Biológicas, Enfermagem, História, Matemática, Nutrição, Sistemas de Informação). Já em 2013, foi instituído o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) e em 2016 o curso de Medicina, totalizando em 11 (onze) modalidades de graduação. Convém lembrar que data de 2006 a criação oficial do *Campus*, antes denominado *Campus* do Junco, que doravante passou a ser chamado de *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros (UFPI, 2020).

Atualmente, no CSHNB são desenvolvidas atividades educativas e educacionais, envolvendo áreas do conhecimento acadêmico especialmente relacionadas à formação de



professores (educação), de profissionais de saúde e da tecnologia. Para tanto, conta com uma estrutura física que contempla instalações administrativas (direção, secretaria da direção, coordenação administrativa e financeira, protocolo, recursos humanos, núcleo de atendimento estudantil, divisão de assuntos educacionais, divisão de transporte e almoxarifado, divisão de limpeza, conservação e vigilância, divisão de patrimônio e espaço físico, 11 coordenações dos cursos), 28 salas de professores, 01 restaurante universitário, 02 consultórios odontológicos, 45 (quarenta e cinco) salas de aula, 02 (dois) auditórios (com capacidade para 120 e 300 pessoas, respectivamente), 01 (uma) residência universitária com capacidade para alojar 96 (noventa e seis) discentes, 39 (trinta e nove) laboratórios; 01(uma) biblioteca acadêmica de 820 metros quadrados; 01 (sala) multiuso de reunião e vídeo conferências, 01 (uma) reprografia; 01 (uma) cantina; 01 (um) pátio-área de convivência, 01 (um) Centro de Tecnologia da Informação, 32 (trinta e dois) banheiros, 01 (um) alojamento para motoristas, entre outros (UFPI, 2020).

O CSHNB funciona com um quadro de servidores composto por (novembro/2022):

- a) 160 (cento e sessenta) professores efetivos, sendo 16 (dezesesseis) especialistas, 39 (trinta e nove) mestres e 105 (cento e cinco) doutores;
- b) 27 (vinte e sete) professores substitutos;
- c) 59 (cinquenta e nove) técnicos administrativos.

O CSHNB/UFPI assume no atual cenário educacional, que também é político e administrativo, o explícito compromisso de propiciar aos atores sociais envolvidos, direta e indiretamente com a academia, o desenvolvimento de uma formação cidadã; a produção e disseminação de conhecimentos nas diversas áreas das ciências, das culturas e das tecnologias, além da promoção de uma modalidade de extensão assente na participação coletiva, objetivando um intercâmbio sócio político, econômico e cultural às organizações sociais e aos movimentos populares, mas também com o mundo do trabalho. Afinal, sendo o CSHNB patrimônio público da comunidade piauiense, não poderá, nunca, se esquivar da responsabilidade social de oferecer respostas concretas a sociedade que a rodeia, estimulando o desenvolvimento regional e a descentralização da produção do conhecimento e do saber, principalmente (UFPI, 2020).

O Curso de Bacharelado em Enfermagem do CSHNB/UFPI, sediado em Picos – PI, foi criado no ano de 2006, após a adesão da UFPI ao Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) do Ministério de Educação, por meio do qual foram implantados mais 7(sete) novos cursos de graduação: Administração; Enfermagem; Nutrição;

Sistemas de Informação; Ciências Biológicas; História e Matemática, adicionalmente a reestruturação dos cursos já existentes de Licenciatura em Letras e Pedagogia, perfazendo um total de 9 (nove) cursos àquele momento.

A primeira turma do Curso de Enfermagem ingressou por meio do Programa Seletivo Especial (PSE/UFPI), em 2006.2, sendo ofertadas 50 vagas. A partir do ano de 2007, foram ofertadas, anualmente, 100 vagas para o curso, sendo 50 vagas por semestre letivo, com ingresso através do Programa Seriado de Ingresso na Universidade (PSIU/UFPI) e posteriormente através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) via Sistema de Seleção Unificada (SISU/MEC).

Após a adesão da UFPI ao Sistema de Seleção Unificada (SISU) do MEC, e com a aprovação da Resolução CEPEX N°. 159/16, a partir de 2017, houve redução da oferta de 100 para 60 vagas anuais, sendo 30 vagas por semestre letivo.

A participação de estudantes do curso no primeiro Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) ocorreu em 2010, alcançando nota 5 – conceito máximo. Em abril de 2011, o curso passou pelo processo de reconhecimento do MEC, recebendo nota 4 (Conceito Preliminar de Curso - CPC) pelo processo de avaliação. Atualmente, o curso apresenta os seguintes indicadores: Conceito Enade 4 (2019), Conceito Preliminar de Curso 4 (2019), Conceito de Curso 3 (2011) e Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado 3 (2019), com perspectivas de melhorias nos resultados das avaliações previstas para os próximos anos.

O quadro docente efetivo é composto por enfermeiros e outros profissionais da área da saúde com titulação de Mestre e Doutor, ministrando disciplinas no ciclo básico, como as específicas, desenvolvendo pesquisas científicas e projetos de extensão na cidade de Picos e macrorregião, envolvendo discentes e profissionais lotados nas áreas de atenção básica à saúde e assistência hospitalar, para possibilitar a associação entre a teoria e a prática, além de estimular mudanças nos indicadores de saúde.

O Curso de Bacharelado em Enfermagem do CSHNB já graduou mais de 700 enfermeiros, alcançando, em 2019, uma taxa de sucesso de 92,1%. Além disso, muitos egressos são constantemente aprovados em diversos concursos, programas de Mestrados e Doutorados, processos seletivos para docência e assistência, além de ocupar cargos técnicos no Ministério da Saúde, de docência em Instituições de Ensino Superior Pública e Privada, e retornando ao CSHNB como docentes efetivos, substitutos ou técnicos administrativos.



2. CONCEPÇÃO DO CURSO

2.1 Princípios curriculares e especificidades

Os princípios curriculares do Curso de Graduação em Enfermagem/CSHNB emergem da concepção filosófica da Universidade Federal do Piauí e dos valores nela contidos, com objetivo fundamental de desenvolver a potencialidade intelectual dos alunos e a formação profissional através de práticas pedagógicas inovadoras, integradas e contextualizadas, orientadas pelos Planos de Ensino e nas Diretrizes Regimentais.

Destaque-se a existência de intensa discussão envolvendo Entidades de Classe (COFEN, ABEn), instituições de ensino, Conselho Nacional de Saúde (CNS) e Conselho Nacional de Educação (CNE) no entorno da reconstrução das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Enfermagem, que tem sido acompanhada pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso de Enfermagem/CSHNB. Todavia, na urgência para a realização de aprimoramentos no Projeto Pedagógico do Curso, adotam-se para tal os pressupostos e concepções apresentadas nos regramentos, diretrizes e normativas vigentes abaixo relacionadas:

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB);
- Parecer CNE/CES 1.133/2001, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Enfermagem, Medicina e Nutrição;
- Parecer CNE/CES n. 441/2020, que trata das cargas horárias e do tempo de integralização dos cursos de graduação;
- Resolução CNS n. 569/2017, que apresenta Princípios Gerais para as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação da Área da Saúde;
- Resolução CNS n. 573/2018, que apresenta recomendações do Conselho Nacional de Saúde à proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Curso de graduação Bacharelado em Enfermagem;
- Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício profissional de Enfermagem.

Nesta perspectiva, adota-se como princípios gerais do Curso de Graduação em Enfermagem/CSHNB:

- I- A saúde como direito social do cidadão;
- II- A integralidade da pessoa nas dimensões biológica, psicológica, social e espiritual;



III- O Sistema Único de Saúde (SUS) como ordenador da formação em saúde;

IV- As políticas públicas no contexto social e sanitário do país;

V- O respeito à diversidade e a valorização da pluralidade de culturas, grupos sociais e indivíduos;

VI- A atenção integral à saúde do ser humano, considerando as condições ambientais, econômicas, políticas e culturais, individuais e coletivas;

VII- A promoção da saúde, da qualidade de vida e do bem-estar por meio da atenção e cuidado em enfermagem;

VIII- O cuidado profissional como finalidade do processo de trabalho da/o enfermeira/o no contexto da multi e interprofissionalidade;

IX- O agir ético, o rigor técnico-científico e o avanço dos conhecimentos e das práticas em enfermagem;

X- Compromisso com a formação dos trabalhadores em enfermagem.

Alcançar os objetivos formativos e o adequado perfil de egresso requer observância e comprometimento institucional com os princípios explicitados e comportamento proativo, ético e interativo de discentes, docentes, dirigentes, da comunidade e do mercado de trabalho.

Para tanto, no intuito de consolidar uma proposta pedagógica que contemple a formação integral do futuro egresso do curso de Enfermagem do CSHNB/UFPI, devem também ser consideradas as seguintes diretrizes formativas:

- **Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão:** pressupõe ações acadêmicas sistêmicas, com interfaces nas três áreas, que favoreçam a aproximação entre universidade e sociedade, proporcionando emancipação teórica e prática dos estudantes;

- **Formação para cidadania:** compromisso institucional de desenvolver o espírito crítico-reflexivo e a autonomia intelectual através de atividades acadêmicas que proporcionem informações e promovam diálogos sobre as relações humanas, estruturas e formas de organização social, suas transformações, suas expressões e seu impacto na qualidade de vida das pessoas, famílias, grupos e comunidades.

- **Interdisciplinaridade e multirreferencialidade:** perspectivas de promoção da integração curricular e compartilhamento de saberes nas atividades teóricas e práticas do curso de graduação, no intuito de contribuir para a formação de profissionais dotados de postura crítica e dialógica que atuarão nos diversos cenários e dimensões biológicas, psicológicas, e sócio-política-cultural. A multirreferencialidade analisa a integração dos saberes em saúde por meio dos fatos, práticas e situações educacionais, quebrando fronteiras



disciplinares, através da explicação, compreensão dos objetos e linguagens, e da (re)criação do conhecimento, ao mesmo tempo, permite rupturas paradigmáticas tanto na formação, quanto no cotidiano dos profissionais (Bagnato; Renovato e Bassinello, 2007).

- **Articulação entre teoria e prática:** essencial no processo ensino-aprendizagem dos componentes curriculares do curso, permitindo o desenvolvimento de competências e habilidades a partir do estudo teórico integrado, produzindo aprendizagem crítica, criativa e significativa.

- **Integração ensino-serviço-comunidade:** fundamentação do processo de ensino-aprendizado crítico, criativo e reflexivo, que permite a integração e aproximação do ensino com a realidade da comunidade em todos os âmbitos envolvidos, ensino, estudantes, docentes, serviços de saúde, profissionais do serviço e comunidade (Bueno *et al.*, 2021).

- **Uso de tecnologias de informação e comunicação:** utilização de ferramentas auxiliares à prática pedagógica, que promove participação ativa do educando no processo de ensino-aprendizagem, que contribuem para o desenvolvimento do ensino pautado na autonomia, na construção, desenvolvimento e compartilhamento de habilidades teórico-prático através de cenários interativos em suas diferentes perspectivas (Alves *et al.*, 2020).

- **Flexibilização curricular:** estratégia pautada na produção e exercício da autonomia e liberdade dos discentes frente aos componentes curriculares ofertados, respeitando o sequenciamento adequado, pré-requisitos e equivalências dos componentes curriculares. Fundamenta-se no caráter articulado do conhecimento, sem negar-lhe as especificidades ou atribuir generalizações ou reducionismos tecnicistas e/ou instrumentais.

- **Intersetorialidade e interprofissionalidade:** A intersetorialidade é uma estratégia articulada entre os diferentes setores de uma gestão, que favorece o fortalecimento da rede de atenção à saúde, por meio dos diálogos partilhados entre instituições, governo e pessoas, a fim de garantir o direito à saúde e cuidados, resolver os problemas cotidianos e superar a fragmentação da execução das políticas públicas. A interprofissionalidade proporciona ações em saúde de forma articulada e integrada do trabalho em equipe, através de uma rede de cuidados entre os diferentes níveis de atenção à saúde de forma holística, otimizando as práticas de enfermagem (Reuter; Santos e Ramos, 2018).

- **Aprendizagem significativa:** estratégia educacional que destaca as repercussões das experiências educativas prévias sobre a assimilação do novo conhecimento proporcionado, fomentando a utilização de conteúdos potencialmente significativos e de uma atitude



favorável para aprender significativamente. Logo, requer do proatividade do aprendiz para o estabelecimento de relações entre o novo e os elementos já presentes na sua estrutura cognoscitiva.

2.1.1 Marco teórico-conceitual

Nova formação em saúde

Os mundos do trabalho, da educação e da saúde se interpenetram no campo da formação profissional, com diferentes regulações, regulamentações, interesses e práticas e, sobretudo, com suas subjacentes concepções e referenciais teóricos.

Frente a complexidade do campo profissional de trabalho da saúde, anseia-se por profissionais com competências e habilidades para além das técnicas, indispensável ao exercício profissional em saúde, todavia insuficientes para enfrentar os desafios do cotidiano do trabalho na saúde, sobretudo relacionados às mudanças consistentes nos fatores condicionantes e determinantes da saúde e a garantia da integralidade da assistência e promoção da saúde de indivíduos e comunidades, sob as perspectivas preceituais do Sistema Único de Saúde (SUS) (Biscarde; Santos e Silva, 2014).

O perfil profissional almejado incita uma nova perspectiva a ser incorporada na formação em saúde, conectada com a compreensão ampliada da saúde, comprometida com a realidade dos serviços, com as necessidades da comunidade e com os desafios do Sistema Único de Saúde frente a multiplicidade e complexidade dos fenômenos emergentes.

Neste liame, faz-se necessário vislumbrar novos projetos formativos, ancorados em referenciais crítico-reflexivos, que valorizem a interdisciplinaridade, os aspectos humanísticos e a experimentação nos cenários reais de formação profissional, capazes de articular instituições de ensino, a gestão do SUS, os serviços de saúde e a comunidade em torno de um projeto comum de ensino integrado aos serviços e à comunidade, com a educação voltada não apenas para a transmissão de conhecimento, mas para as relações sociais, para a problematização e transformação da realidade no cotidiano dos serviços e da realidade sanitária das comunidades (Biscarde; Santos e Silva, 2014).

Os profissionais devem compreender o aprender a conhecer, o aprender a fazer, o aprender a conviver e o aprender a ser, garantindo a integralidade da atenção à saúde com qualidade, eficiência e resolutividade.

Portanto, as abordagens pedagógicas progressivas de ensino-aprendizagem vêm sendo incorporadas pelas instituições formadoras, sobretudo frente a agenda do SUS e as novas



diretrizes curriculares nacionais que orientam a busca do desenvolvimento de competências éticas, políticas e técnicas na formação em saúde, aliando conhecimento, raciocínio, crítica, responsabilidade e sensibilidade para as questões da vida e da sociedade, capacitando-os para intervirem em contextos de incertezas e complexidades.

Aprendizagem significativa

Definida como processo de ensino-aprendizagem em que as novas informações se conectam a um conhecimento preexistente (subsunçor) de maneira sustentável, sem arbitrariedade. Assim, uma nova informação adquire significado para o aprendiz através da ancoragem desta em aspectos relevantes de sua estrutura cognitiva prévia, pela interação entre o novo conhecimento e o subsunçor.

Ancorada nas pesquisas do psicólogo David Ausubel, a abordagem significativa tem sido estratégia de ensino-aprendizagem amplamente utilizada no ensino superior. O termo “significativo” é utilizado para destacar o processo fenomenológico de aprendizagem que ocorre quando o aprendiz incorpora o conteúdo a um símbolo potencialmente representativo na sua estrutura cognitiva, convertendo-se em um conteúdo que faz sentido (Moreira, 2011). Assim, aprender significativamente implica atribuir significados ao novo conhecimento, com componentes pessoais presentes no sistema cognitivo de cada sujeito em aprendizagem.

No âmbito da Enfermagem, a aprendizagem significativa pode ser empregada para a educação dos profissionais da área, com ênfase na apresentação do novo, do atual, do diferente, para a reelaboração de conceitos, a partir do conhecimento prévio e da retenção do que faz sentido e é significativo para a transformação da prática profissional. Neste liame, Dantas (2018) apresenta cinco diretrizes para a aprendizagem significativa no ensino da enfermagem, relacionadas ao: docente, estilo de ensino, material, ambiente e à avaliação, que apenas quando atuando em um fluxo multidimensional serão capazes de fomentar a aprendizagem significativa (figura 1).



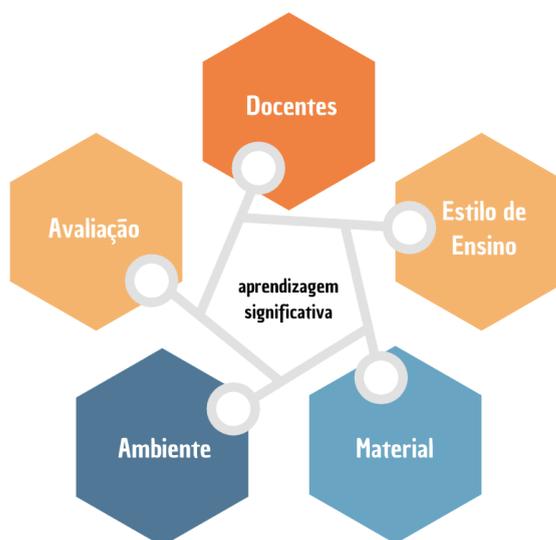


Figura 1: Fluxo esquemático multidirecional para aprendizagem significativa. (Dantas, 2018).

Saúde

Discutir saúde na contemporaneidade, talvez mais que em qualquer outra época, constitui uma tarefa desafiadora. Pois, se faz necessário um enfoque mais amplo e social que leve em consideração a questão do modo de vida, dos acontecimentos culturais historicamente construídos de diversas formas em diferentes sociedades. Por esse ângulo, concebe-se a poluição atmosférica, as condições climáticas, a violência, o estresse, o ritmo de trabalho e o ambiente familiar como elementos essenciais na discussão do conceito saúde (Minayo, 1997).

Nesse sentido, o conceito ampliado de saúde formulado em 1986, na 8ª Conferência Nacional de Saúde, é fruto desse constante esforço de buscar compreender a saúde como resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. É, assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida. A saúde não é um conceito abstrato. Define-se no contexto histórico de determinada sociedade e num dado momento de seu desenvolvimento, devendo ser conquistada pela população em suas lutas cotidianas (CNS, 1986).

À luz de aspectos sócio-históricos, de maneira densa, Almeida Filho (2018) pondera que não podemos tratar a saúde com casos isolados, mas sim como um todo, na pluralidade de

vida e na riqueza de perspectivas conceituais e metodológicas, a depender dos níveis de complexidade e dos planos de emergência considerados. E argumenta que o conceito de saúde deve ser entendido como um problema filosófico e científico. Tendo em vista os grandes autores de distintas escolas de pensamento, pode-se registrar que a saúde, pelo seu caráter multidimensional, relacional e holístico, conceitualmente, por vezes, é reconhecida como um fenômeno, uma metáfora, uma medida, um valor ou uma práxis.

Promoção da Saúde

As perspectivas histórico-conceituais da promoção da saúde advêm de movimento ocorrido na década 70, com uma série de iniciativas que se configuraram em conferências internacionais que resultaram em significativos produtos definidores e orientadores da promoção da saúde. Dentre eles, a Carta de Ottawa representa o documento oriundo da Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, realizada em Ottawa, Canadá, em novembro de 1986, como resposta a um movimento mundial, considerando as crescentes expectativas por uma nova saúde pública (Buss *et al.*, 2020)

Definida como conjunto de estratégias e formas de produzir saúde no âmbito individual e coletivo, a promoção da saúde caracteriza-se pela articulação e cooperação intra e intersectorial, a fim de modificar os determinantes da saúde em benefício da qualidade de vida dos indivíduos e comunidades (BRASIL, 2014).

No Brasil, a promoção da saúde incorpora-se como uma nova filosofia na prática inerente às políticas de saúde, em convergência com as perspectivas apontadas pelo Movimento da Reforma Sanitária Brasileira, que culminou na criação e implementação do Sistema Único de Saúde (SUS). Neste contexto, tornou-se uma política nacional, ratificando o compromisso governamental na ampliação e qualificação das ações de promoção da saúde nos serviços e na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Política Nacional de Promoção da Saúde tem por objetivo promover a equidade e a melhoria das condições de vida e dos modos de viver, ampliando a potencialidade da saúde individual e coletiva, reduzindo vulnerabilidades e riscos à saúde, decorrentes dos determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais (BRASIL, 2014).

Em sua perspectiva atual, a promoção da saúde apresenta-se como paradigma a ser implementado pelos sistemas de saúde em resposta ao perfil demográfico, epidemiológico e ambiental das populações, considerando a observância dos determinantes gerais sobre as condições de saúde. Logo, suas atividades voltam-se, especialmente, à coletividade e ao



ambiente, por meio de políticas públicas e de ambientes favoráveis ao desenvolvimento da saúde, além do empoderamento (*empowerment*) dos indivíduos e das comunidades, missão fundamental exercida pelos profissionais de saúde.

Enfermagem

É uma profissão da área da saúde que congrega ciência, arte e tecnologia na produção de conhecimentos necessários ao cuidado do indivíduo, família, grupos e comunidade, cuja práxis se sustenta em bases específicas e interdisciplinares para um cuidar holístico comprometido com as transformações sociais em nível individual e coletivo, desenvolvendo os processos de trabalho para assistir, administrar, ensinar, pesquisar e participar politicamente, nos níveis primário, secundário e terciário. Para tanto busca-se o ensino do autocuidado, com a recuperação, manutenção e promoção da saúde de forma interdisciplinar e multiprofissional.

Meleis (2012) afirma que a “enfermagem é uma ciência humana, com uma orientação prática, uma tradição de cuidar e uma orientação para as questões de saúde”. Vale ressaltar que a enfermagem não pode ser considerada tão somente arte, mas como ciência e profissão.

Como ciência e arte, produz conhecimentos que atribuem significado aos elementos constitutivos do seu ser, saber e fazer, o que possibilita a compreensão acerca das representações do pensamento e do mundo, seja como veículo de comunicação ou como instrumento de ação/interação.

Ainda nesse íterim, é importante compreender a relação consolidada entre a teoria, a pesquisa e a prática clínica, pois a partir dessa integração a continuidade do desenvolvimento da enfermagem como profissão e como ciência se solidifica. A prática, evidentemente, deve ser baseada nas teorias que são validadas pela pesquisa. Dessa maneira, teoria, pesquisa e prática afetam-se de maneira recíproca e contínua (Bouso; Poles e Cruz, 2014).

Portanto, o profissional de enfermagem deve conduzir sua prática assistencial considerando os pilares da promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, com autonomia e em consonância com os preceitos éticos e legais. Como integrante da equipe de saúde, tem o papel de desenvolver de forma conjunta ações que visem suprir e atender as necessidades de saúde da população, a fim de garantir, sobretudo, a universalidade de acesso aos serviços de saúde, integralidade da assistência, longitudinalidade do cuidado, resolutividade, preservação da autonomia das pessoas, participação da comunidade, hierarquização e descentralização político-administrativa dos serviços de saúde.



Cuidado

Cuidado significa desvelo, solicitude, diligência, zelo, atenção, bom trato. Ele implica num modo-de-ser o qual a pessoa passa a enxergar o outro para além de si. Essa atitude reflete, na maioria das vezes, em provocações, inquietações e o sentimento de responsabilidade pelo outro. Nesse sentido, a compreensão de cuidado é construída a partir do envolvimento de uma relação intersubjetiva no qual os profissionais de saúde são incentivados a fazer parceria com os pacientes para co-projetar e fornecer cuidados personalizados que forneçam às pessoas os cuidados de alta qualidade de que precisam e melhorem a eficiência e a eficácia do sistema de saúde (Boff, 2005; Santana *et al.*, 2018).

Nesse escopo, como um pilar fundamental do cuidado no sentido amplo, o cuidado em saúde refere-se ao tratar, escutar, respeitar, acolher, compreender e assistir o ser humano em seu sofrimento ou até menos na ausência dele, como forma de prevenção; devendo este ser prestado com qualidade e resolutividade. Assim, o cuidado em saúde diz respeito ao que fora supracitado: a relação de si com o outro. A interação entre profissional e paciente reflete em repercussões e atitudes como o tratamento digno e respeitoso, com qualidade, acolhimento e vínculo.

Para além disso, o cuidado deve ser pensado também como um trabalho interdisciplinar, fortalecendo a articulação entre profissionais, gestores dos serviços de saúde e usuários. Com isso, a noção de cuidado integral permite inserir, no âmbito da saúde, as preocupações pelo bem-estar dos indivíduos e devolver a estes o poder de julgar quais são suas necessidades de saúde, situando-os assim como outros sujeitos e não como outros-objetos (Pinheiro e Matos, 2005). Essa condição reforça, também, a corresponsabilização do cuidado, pois ao passo em que o cuidado é prestado, aquele que recebe o cuidado tem papel fundamental no processo de manutenção da sua própria saúde, não se restringindo apenas à atuação profissional. Assim, o indivíduo deve se corresponsabilizar pelo cuidado de si nos tratamentos, assumindo posição protagonista com relação a sua saúde (BRASIL, 2013).

Por fim, o cuidado sob a ótica da enfermagem enquanto disciplina compreende uma das dimensões do cuidado humano, que se realiza em ato no processo de trabalho em enfermagem, no qual os trabalhadores operam saberes e múltiplos instrumentos com a finalidade de promover a saúde, prevenir e diagnosticar doenças, promover saúde, reabilitar, reduzir agravos, recuperar e/ou manter a saúde de pessoas, grupos sociais (famílias, outros) ou



coletividades.

Processo de cuidar

O entendimento sobre o processo de cuidar em saúde baseia-se na perspectiva da integração teoria-prática, a fim de garantir que ele seja executado baseado em evidências, de maneira efetiva, resolutiva e integral. Compreende o desenvolvimento de conhecimentos, atitudes e habilidades para que esse processo seja implementado, sobretudo, ao indivíduo no seu ciclo vital.

O processo do cuidar em enfermagem está ancorado nas grandes teorias que norteiam a prática do cuidado, considerando o metaparadigma: pessoa, ambiente, saúde e enfermagem. Além disso, é apoiado por meio de seus aspectos técnico-científicos, no raciocínio clínico, na ética profissional e na sistematização da assistência, em situações que requerem ações e intervenções de enfermagem de menor ou maior grau de complexidade nas diversas especialidades.

De acordo com Waldow (2006), o processo de cuidar é a forma como se realiza o cuidado, em uma ação que envolve a interação entre o enfermeiro e o paciente. Com base nisso, as atividades do profissional são desenvolvidas “para” e “com” o paciente, norteadas pelo conhecimento científico, habilidades, intuição, pensamento crítico e criatividade, sendo acompanhadas de comportamentos e atitudes de cuidar/cuidado no sentido de promover, manter e/ou recuperar a totalidade e a dignidade humana.

Como forma de instrumentalizar o processo de cuidar, bases legais específicas ratificam e garantem sua implementação, como a Lei do Exercício Profissional nº 7948/1986, o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem Resolução nº 564/2017 e pela Resolução 358/2009 que dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) e a implementação do Processo de Enfermagem (PE) em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem.

Para tanto, o processo do cuidar em enfermagem deve considerar o desenvolvimento da atenção à saúde individual, familiar e coletiva, por meio de ações de promoção, prevenção, reabilitação e redução de danos, na qual a assistência enfermagem pode - e deve - ser prestada de forma integral e articulada a equipe multiprofissional e com a rede de saúde, reforçando seu papel de cuidado no contexto do ciclo vital, isto é, na atenção à saúde da criança, do adolescente, do adulto, do homem, da mulher e do idoso no ambiente hospitalar, ambulatorial e comunitário.



2.2 Missão

Formar enfermeiros generalistas, críticos, reflexivos, investigativos e responsáveis pelos processos de cuidado em saúde, conectados com o contexto social, educacional, ambiental, econômico e político do Piauí, do Nordeste e do Brasil, com comportamento ético na defesa da vida, nas ações de promoção da saúde, diagnóstico e tratamento das respostas humanas aos problemas de saúde.

2.3 Objetivos do Curso

O Curso de Bacharelado em Enfermagem/CSHNB tem como objetivos:

- Proporcionar formação profissional de base técnico-científica, sociopolítica e cultural na área de enfermagem, fundamentada nas demandas dos serviços de saúde e da sociedade brasileira;
- Formar profissionais generalistas, críticos, reflexivos, investigativos e responsáveis pelos processos de cuidado em saúde, capazes de interagir e intervir adequadamente na diversidade de situações relacionadas ao processo saúde-doença junto a indivíduos, famílias e comunidades;
- Desenvolver ações de integração ensino-serviço-comunidade a partir da inserção das atividades de ensino, pesquisa e extensão no contexto dos serviços de saúde, instituições e comunidades, de forma integrada, colaborativa e compromissada com o aprimoramento das organizações e da sociedade.

2.4 Perfil de Egresso

Enfermeiro(a), com formação generalista, humanista e crítico-reflexiva, capaz de atuar nos diversos cenários do setor saúde. Profissional da saúde com competências necessárias para intervir no processo saúde-doença, individual e/ou coletivamente, compromissado com as transformações sociais, a cidadania e a promoção da saúde e devidamente habilitado às dimensões do cuidar, gerenciar, educar e pesquisar, com base em princípios éticos, conhecimentos específicos e transdisciplinares.

Considerando os pressupostos e diretrizes formativas do Curso de Graduação em Enfermagem CSHNB/UFPI, o egresso deverá:

- reconhecer seu papel de profissional da saúde, atuando como multiplicador e mediador



da troca de conhecimentos no cuidado em enfermagem e saúde;

- contribuir com a formulação e implementação de políticas pública na área da saúde;
- evidenciar compromissos profissionais com a ciência, a enfermagem científica, a vida, os direitos humanos e o SUS;
- identificar o significado da prática de enfermagem no contexto social, posicionando-se de modo crítico-reflexivo frente ao contexto sócio-político-econômico do país;
- atuar como promotor da saúde de indivíduos, famílias e comunidades, atuando individualmente ou em equipe multiprofissional, nos diversos contextos;
- ser capaz de atuar na assistência, gestão, pesquisa e/ou educação de/em enfermagem nos diversos níveis de atenção à saúde;
- administrar e gerenciar os processos de trabalho em saúde e a equipe de enfermagem, responsabilizando-se pela qualidade da assistência de enfermagem;
- defender a saúde individual e coletiva, à luz das diretrizes do SUS.

2.5 Competências e Habilidades

A formação em saúde deve basear-se em competências (BRASIL, 2018). A competência é denominada como um conjunto de conhecimentos (saber), habilidades (saber fazer) e a escolha de atitudes (saber agir/ser) mais relevantes, que integradas de forma individual e coletiva, potencializam a qualidade da atenção em saúde oferecida à clientela (Vieira *et al.*, 2016).

Essas competências são primordiais para a formação do enfermeiro, pois estas devem contemplar o cuidado holístico em todos os níveis de atenção à saúde, de forma a permitir que o aluno (futuro profissional), apresente maior proatividade durante o desenvolvimento das ações relacionando a teoria com a prática profissional, e isso contribui para o desenvolvimento de suas habilidades (Vieira *et al.*, 2016).

As habilidades são práticas integradas ao comprometimento do processo de trabalho em saúde que se apresentam em ações com domínios, prático, de liderança, tomada de decisão, empreendedorismo, e a capacidade de agir diante das diversas situações no ambiente de trabalho, mas para isso, é necessário que o aluno/graduando transforme o conhecimento adquirido em resultado satisfatório, por meio da execução de atividades com habilidades necessárias, a fim de obter a atividade concluída com maestria, até se tornar um profissional eficiente na execução de determinadas tarefas (Soares; Santos, 2022; Oliveira *et al.*, 2018).



As atitudes precisam estar interligadas ao conhecimento e as habilidades no ambiente de trabalho, pois estas ocorrem por meio da compreensão, resiliência, trabalho em equipe, proativo na resolução de problemas, criatividade e inovação tecnológica, comunicação interprofissional, responsabilização e comprometimento com o trabalho, pois estas atitudes fazem com que o aluno/graduando passe a aprimorar as competências, além de contribuir com a qualidade da assistência oferecida a toda clientela (Soares; Santos, 2022; Oliveira *et al.*, 2018).

Nesta perspectiva, a formação do enfermeiro tem por objetivo dotar o graduando dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências gerais:

I - Atenção à saúde: os profissionais de saúde, dentro de seu âmbito profissional, devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo. Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para os mesmos. Os profissionais devem realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética, tendo em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto em nível individual como coletivo;

II - Tomada de decisões: o trabalho dos profissionais de saúde deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões visando o uso apropriado, eficácia e custo-efetividade, da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Para este fim, os mesmos devem possuir competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas e nas particularidades regionais;

III - Comunicação: os profissionais de saúde devem ser acessíveis e devem manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral. A comunicação envolve comunicação verbal, não-verbal e habilidades de escrita e leitura; o domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira e de tecnologias de comunicação e informação;

IV - Liderança: no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais de saúde deverão estar aptos a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;



V - **Administração e gerenciamento:** os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, gerenciar e administrar tanto a força de trabalho quanto os recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde;

VI - **Educação permanente:** os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais de saúde devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento / estágios das futuras gerações de profissionais, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação por meio de redes nacionais e internacionais.

Frente ao perfil profissional desejado para os egressos do curso de graduação em enfermagem, são requeridos conhecimentos, para o exercício das seguintes **competências, habilidades e atitudes** específicas:

I. Atuar profissionalmente, compreendendo o processo de viver humano em suas dimensões, expressões e fases evolutivas;

II. Incorporar a ciência, a arte e a tecnologia do cuidar como instrumentos de atuação e desenvolvimento profissional;

III. Desenvolver permanentemente sua formação ética, social, política, técnico-científica, conferindo qualidade ao exercício profissional;

IV. Estabelecer novas relações com o contexto social, reconhecendo a estrutura e as formas de organização social, suas transformações e expressões;

V. Compreender a política de saúde no contexto das macro-políticas, reconhecendo os perfis epidemiológicos das populações;

VI. Reconhecer a saúde como direito e atuar de forma a garantir a integralidade do cuidado, entendida como conjunto articulado e contínuo de ações de promoção e de recuperação da saúde e de prevenção de agravos, individuais e coletivas, em todos os níveis de complexidade do sistema e de acordo com as especificidades regionais;

VII. Atuar nas políticas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente, da mulher, do adulto e do idoso, considerando o gênero e as questões etno-raciais;

VIII. Ser capaz de avaliar, diagnosticar e atuar na solução de problemas de saúde, de comunicar-se, de tomar decisões, de intervir no processo de trabalho de saúde, de trabalhar em equipe e de enfrentar situações em constante mudança;



IX. Reconhecer as relações e organização do trabalho e seus impactos na saúde e na qualidade dos cuidados oferecidos;

X. Assumir o compromisso ético, humanístico e social com o trabalho multiprofissional e transdisciplinar em saúde em todos os âmbitos de atuação profissional;

XI. Desenvolver, acessar e usar criticamente inovações tecnológicas tanto de informação quanto de comunicação a favor do cuidado em enfermagem e saúde;

XII. Incorporar e implementar as modalidades tradicional, integrativa e complementar das práticas de saúde, na perspectiva da prevenção de agravos e da promoção e recuperação da saúde;

XIII. Atuar nos diferentes cenários da prática profissional, identificando as necessidades individuais e coletivas de saúde, seus condicionantes, determinantes e perfis epidemiológicos;

XIV. Gerenciar o processo de cuidar em enfermagem, considerando contextos e demandas de saúde e a articulação às ações multiprofissionais;

XV. Prestar cuidados de enfermagem compatíveis com as diferentes necessidades do indivíduo, família e grupos sociais;

XVI. Gerenciar o processo de trabalho de enfermagem, respeitando os princípios éticos, legais e humanísticos da profissão;

XVII. Planejar, implementar e participar do processo de formação e da qualificação permanente e contínua dos trabalhadores de enfermagem e de saúde;

XVIII. Planejar e implementar ações de educação e promoção à saúde, considerando a especificidade dos diferentes grupos sociais e dos distintos processos de vida, saúde, trabalho e adoecimento;

XIX. Desenvolver, participar e aplicar pesquisas ou outras formas de produção de conhecimento, que objetivem a qualificação da prática profissional;

XX. Cooperar na dinâmica de trabalho institucional, reconhecendo-se como agente desse processo;

XXI. Participar da composição das estruturas consultivas e deliberativas do sistema de saúde;

XXII. Assessorar órgãos, empresas e instituições em projetos de saúde;

XXIII. Cuidar da própria saúde física e mental e buscar seu bem-estar como cidadão e profissional enfermeiro;

XXIV. Reconhecer o papel social da(o) enfermeira(o) e organizar-se politicamente para a defesa dos interesses da categoria e da sociedade.



2.6 Perfil do corpo docente

Os docentes com lotação no Curso de Bacharelado em Enfermagem/CSHNB estão listados no quadro a seguir:

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a name followed by a surname and a period.

Quadro 1 – Informações sobre os docentes. Picos-PI, 2023.

Docente	Titulação	Graduação	Regime de trabalho	CPF	Link Lattes
ALINE RAQUEL DE SOUSA IBIAPINA	Doutorado	Enfermagem	40h / DE	027.022.063-10	http://lattes.cnpq.br/0571210007104585
ANA KARLA SOUSA DE OLIVEIRA	Mestrado	Enfermagem Psicologia	40h / DE	039.178.384-00	http://lattes.cnpq.br/4617221929643754
ANA ROBERTA VILAROUCA DA SILVA	Doutorado	Enfermagem	40h / DE	641.778.313-87	http://lattes.cnpq.br/2055830265534262
ANTÔNIA SYLCA DE JESUS SOUSA	Doutorado	Enfermagem Pedagogia	40h / DE	027.723.083-75	http://lattes.cnpq.br/2192079243413957
BRUNA KAREN CAVALCANTE FERNANDES	Doutorado	Enfermagem	40h / DE	036.732.983-21	http://lattes.cnpq.br/8669980513260821
CINARA MARIA FEITOSA BELEZA	Doutorado	Enfermagem	40h / DE	025.982.663-40	http://lattes.cnpq.br/9459678399049143
EDINA ARAÚJO RODRIGUES OLIVEIRA	Doutorado	Enfermagem	40h / DE	463.092.923-15	http://lattes.cnpq.br/1817075404532449
FERNANDO SÉRGIO P. DE SOUSA	Doutorado	Enfermagem	40h / DE	645.978.063-34	http://lattes.cnpq.br/2266401931101213
FRANCISCO GILBERTO FERNANDES PEREIRA	Doutorado	Enfermagem Filosofia	40h / DE	017.824.543-73	http://lattes.cnpq.br/6018178640473155
IOLANDA GONÇALVES DE ALENCAR	Mestrado	Enfermagem C. Biológicas	40h / DE	947.568.053-53	http://lattes.cnpq.br/8687821721658368
LANY LEIDE DE CASTRO R. CAMPELO	Doutorado	Enfermagem	40h / DE	775.710.023-20	http://lattes.cnpq.br/7326019080929099



LAURA MARIA FEITOSA FORMIGA	Doutorado	Enfermagem Pedagogia	40h / DE	910.365.003-06	http://lattes.cnpq.br/3720034694500315
LUIZA HELENA DE OLIVEIRA LIMA	Doutorado	Enfermagem	40h / DE	620.755.193-15	http://lattes.cnpq.br/4744798845266990
MAILSON FONTES DE CARVALHO	Doutorado	Enfermagem	40h / DE	005.461.163-61	http://lattes.cnpq.br/3678436293205413
PRISCILA MARTINS MENDES	Doutorado	Enfermagem	40h / DE	007.146.063-24	http://lattes.cnpq.br/7302271816062078
RUMÃO BATISTA N. DE CARVALHO	Doutorado	Enfermagem	40h / DE	017.877.893-14	http://lattes.cnpq.br/4183893890363153
SUYANNE FREIRE DE MACEDO	Doutorado	Enfermagem	40h / DE	907.638.313-87	http://lattes.cnpq.br/6321660086583488
TIAGO BARRETO DE CASTRO E SILVA	Doutorado	Enfermagem	40h / DE	003.400.033-08	http://lattes.cnpq.br/7691705678251758
VALÉRIA LIMA DE BARROS	Doutorado	Enfermagem	40h / DE	231.927.473-15	http://lattes.cnpq.br/3689309509584700
YULLA KLINGER DE CARVALHO LEITE	Doutorado	Biomedicina	40h / DE	027.097.693-01	http://lattes.cnpq.br/2540994232188810



3. PROPOSTA CURRICULAR

3.1 Estrutura e organização curricular

O currículo do Curso de Graduação em Enfermagem CSHNB/UFPI organiza-se a partir de eixos estruturantes que circundam e consolidam um núcleo fundamental, que expressam a trajetória do discente durante o processo de sua formação profissional, direcionando a ação educativa e coordenando as diversas possibilidades e experiências para o desenvolvimento das competências e habilidades estabelecidas.

Desta forma, adota como núcleo fundamental a *Promoção da Saúde*, caracterizada como estratégia de busca da qualidade de vida de indivíduos, famílias e comunidades, observados os fatores condicionantes e determinantes dos processos de saúde e doença nas populações. Como núcleo, orienta o desenvolvimento das atividades formativas na perspectiva da compreensão ampliada do conceito de saúde e nos pressupostos teórico-conceituais, sendo interpelado transversalmente por diretrizes relacionadas a educação em saúde, a ética e bioética, a articulação entre pesquisa, ensino e extensão e a integração ensino-serviço-comunidade e ladeado por eixos que se articulam através de vetores que são as próprias unidades curriculares integradas.

O arcabouço organizacional da trajetória formativa ancora-se, portanto, em eixos estruturantes conformados no entorno das áreas do conhecimento que dão suporte à formação, a saber: (a) Ciências Sociais e Humanas aplicadas, (b) Ciências Biológicas e da Saúde, (c) Fundamentos do Cuidado de Enfermagem, (d) Processos de Cuidado no Viver Humano e (e) Formação Complementar.

A estrutura curricular será implementada a partir de uma matriz, organizada em componentes curriculares que se classificam como disciplinas (teóricas e teórico-práticas) e atividades acadêmicas específicas (estágio obrigatório, trabalho de conclusão de curso (TCC), atividades curriculares de extensão (ACE) e Atividades Complementares (AC)), observando o Regulamento Geral da Graduação na UFPI (Res. CEPEX n. 177/2012). Nesta perspectiva, a oferta das unidades curriculares segue a periodicidade determinada pelo calendário acadêmico da universidade, considerando o período de formação mínimo de 10 semestres letivos e uma carga horária semestral menos densa.





Figura 2: Estrutura curricular do Curso de Enfermagem CSHNB/UFPI, 2022.

Quadro 2: Caracterização dos eixos de estruturação curricular do Curso de Enfermagem/CSHNB/UFPI, 2022.

Eixo	Descrição
<i>Ciências Sociais e Humanas</i>	Pressupõe a concepção ampliada de saúde, derivada da estrutura social em seus aspectos históricos, econômicos e políticos-ideológicos, construída nos limites da relação biológico-social dos processos saúde-doença, das práticas de atenção e cuidado e das estratégias políticas de

	atuação. Apresenta componentes que problematizadores relacionados aos temas cultura, etnocentrismo, natureza e cultura, corpo, indivíduo e sociedade, além de métodos e técnicas de pesquisa.
<i>Ciências Biológicas e da Saúde</i>	Aborda as bases biológicas relacionadas aos biosistemas do corpo humano em funcionamento normal e os processos de agressão e defesa. Contempla também conhecimentos acerca da relação do ser humano com o meio ambiente e situações derivadas desta.
<i>Fundamentos do Cuidado em Enfermagem</i>	Ancorado na Ciência da Enfermagem, compõe-se de unidades curriculares voltadas ao desenvolvimento de competências e habilidades específicas do profissional enfermeiro desenvolvidas nos diferentes cenários de atuação profissional.
<i>Processos de Cuidado no Viver Humano</i>	Propõe o desenvolvimento de ações de cuidado nas diferentes especificidades do viver humano (indivíduo criança, adolescente, adulto e idoso, família, grupo e comunidade) nos diferentes cenários deste viver em sociedade e nos diferentes contextos de atenção à saúde (no domicílio, na escola, na comunidade, nas unidades básicas de saúde, nos hospitais, entre outros).
<i>Formação Complementar</i>	Contempla atividades de consolidação da formação profissional e aos aspectos relacionados à formação cidadã, fomentando aprendizagem vivencial de abordagem específica e interdisciplinar, capaz de desenvolver competências cognitivas e relacionais imprescindíveis ao profissional crítico, reflexivo e criativo.

Cabe ressaltar diferenciações conceituais e especificidades importantes:

- DISCIPLINAS TEÓRICAS: atividade educacional que trabalhe conteúdos, podendo ser realizada em sala de aula e outros cenários, salas virtuais para o desenvolvimento



da cognição e condições psicoafetivas. Incorpora a dimensão presencial e virtual do conteúdo teórico disponível na literatura acadêmico-científica.

- **DISCIPLINAS TEÓRICO-PRÁTICAS:** atividade educacional que articule conteúdos teóricos e práticos, realizada em sala de aula e em cenários de prática (simulada ou real), focada no desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes, do pensamento crítico e raciocínio clínico, preferencialmente orientada por casos e situações que reflitam a experiência do mundo do trabalho da enfermagem e saúde.
- **ESTÁGIO CURRICULAR:** atividade acadêmica específica que prepara o discente para o trabalho produtivo, com o objetivo de aprendizagem social, profissional e cultural, constituindo-se intervenção prática em situações de vida e trabalho. Trata-se, portanto, da consolidação da formação a partir de vivências e experiências desenvolvidas nos cenários de prática do SUS, respeitadas a legislação e a normativa institucional vigente.
- **TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO:** corresponde a produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso de graduação, podendo retratar pesquisa, extensão ou intervenção, conforme diretrizes do curso.
- **ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO (ACE):** consiste em um conjunto de atividades de extensão (projetos, programas, eventos e outros) inseridas no currículo, que objetivam reafirmar a articulação da universidade com outros setores da sociedade e contribuir para o aprimoramento da formação dos graduandos, voltada para a cidadania e o seu papel social.
- **ATIVIDADES COMPLEMENTARES:** conjunto de estratégias didático-pedagógicas que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática e a complementação, por parte do estudante, dos saberes e habilidades necessárias à sua formação.

A matriz curricular proposta divide-se em componentes curriculares obrigatórios e optativos, oferecidos ao longo 10(dez) períodos, conforme detalhamento a seguir:



1º PERÍODO

UNIDADE RESP.	TIPO	CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉD.	C.H.	PRÉ-REQUISITOS
CENF/CSHNB	D		Seminário de Introdução ao Curso	1.0.0	15	-
CENF/CSHNB	D		História da Enfermagem	2.0.0	30	
CENF/CSHNB	D		Anatomia humana	4.4.0	120	-
CENF/CSHNB	D		Citologia, histologia e embriologia	2.2.0	60	-
CENF/CSHNB	D		Bioquímica	3.1.0	60	-
CENF/CSHNB	D		Bioestatística	4.0.0	60	
TOTAL				16.7.0	345	

2º PERÍODO

UNIDADE RESP.	TIPO	CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉD.	C.H.	PRÉ-REQUISITOS
CENF/CSHNB	D		Sociedade e Saúde	4.0.0	60	
CENF/CSHNB	D		Fisiologia humana	4.2.0	90	Anatomia Humana; Cit., hist. e embrio.; Bioquímica
CENF/CSHNB	D		Microbiologia e imunologia	2.2.0	60	
CENF/CSHNB	D		Parasitologia	2.2.0	60	
CENF/CSHNB	D		Epidemiologia	3.1.0	60	Bioestatística
TOTAL				15.7.0	330	

3º PERÍODO

UNIDADE RESP.	TIPO	CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉD.	C.H.	PRÉ-REQUISITOS
CENF/CSHNB	D		Psicologia e saúde	4.0.0	60	Sociedade e Saúde
	D		Farmacologia	4.2.0	90	Fisiologia Humana.
CENF/CSHNB	D		Patologia humana	3.1.0	60	Micro. e imunologia; Parasitologia.
CENF/CSHNB	D		Saúde Coletiva I	3.1.0	60	Sociedade e Saúde; Epidemiologia
CENF/CSHNB	D		Metodologia Científica	2.0.0	30	
CENF/CSHNB	D		Optativa	2.2.0	60	



			TOTAL	18.6.0	360	
--	--	--	-------	--------	-----	--

4º PERÍODO

UNIDADE RESP.	TIPO	CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉD.	C.H.	PRÉ-REQUISITOS
CENF/CSHNB	D		Fundamentos de enfermagem	6.6.0	180	Farmacologia
CENF/CSHNB	D		Semiologia e semiotécnica de enfermagem	4.4.0	120	Patologia Humana; Farmacologia.
CENF/CSHNB	D		Metodologia da assistência de enfermagem	2.2.0	60	História da Enfermagem
			TOTAL	12.12.0	360	

5º PERÍODO

UNIDADE RESP.	TIPO	CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉD.	C.H.	PRÉ-REQUISITOS
CENF/CSHNB	D		Ética e Bioética	2.0.0	30	
CENF/CSHNB	D		Enfermagem em saúde mental	4.2.0	90	Fund. de Enfermagem; Semio. e semiotécnica; Met. da Ass. de Enferm.
CENF/CSHNB	D		Enfermagem perioperatória e processamento de produtos para a saúde	4.4.0	120	Fund. de Enfermagem; Semio. e semiotécnica; Met. da Ass. de Enferm.
CENF/CSHNB	D		Saúde Coletiva II	2.2.0	60	Saúde Coletiva I
CENF/CSHNB	D		Didática	4.0.0	60	
			TOTAL	16.8.0	360	

6º PERÍODO

UNIDADE RESP.	TIPO	CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉD.	C.H.	PRÉ-REQUISITOS
CENF/CSHNB	D		Processo de cuidar da mulher	4.4.0	120	Fund. de Enfermagem; Semio. e semiotécnica; Met. da Ass. de Enferm.; Saúde Coletiva II.



CENF/CSHNB	D		Processo de cuidar da criança	4.4.0	120	Fund. de Enfermagem; Semio. e semiotécnica; Met. da Ass. de Enferm.; Saúde Coletiva II.
CENF/CSHNB	D		Saúde Coletiva III	3.1.0	60	Saúde Coletiva II
			TOTAL	11.9.0	300	

7º PERÍODO

UNIDADE RESP.	TIPO	CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉD.	C.H.	PRÉ-REQUISITOS
CENF/CSHNB	D		Processo de cuidar do adulto I	4.4.0	120	Fund. de Enfermagem; Semio. e semiotécnica; Met. da Ass. de Enferm.; Saúde Coletiva II.
CENF/CSHNB	D		Processo de cuidar do adolescente	2.2.0	60	Fund. de Enfermagem; Semio. e semiotécnica; Met. da Ass. de Enferm.; Saúde Coletiva II.
CENF/CSHNB	D		Enfermagem nas urgências e emergências	4.2.0	90	Fund. de Enfermagem; Semio. e semiotécnica; Met. da Ass. de Enferm.
CENF/CSHNB			Optativa	2.2.0	60	-
			TOTAL	12.10.0	330	

8º PERÍODO

UNIDADE RESP.	TIPO	CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉD.	C.H.	PRÉ-REQUISITOS
CENF/CSHNB	D		Processo de cuidar do adulto II	4.4.0	120	Proc. de cuidar do adulto I; Enfermagem perioperatória; Enferm. Urg e emerg.
CENF/CSHNB	D		Processo de cuidar do idoso	2.2.0	60	Fund. de Enfermagem; Semio. e semiotécnica;



						Met. da Ass. de Enferm.; Saúde Coletiva II.
CENF/CSHNB	D		Gerenciamento em Enferm. e saúde	4.2.0	90	-
CENF/CSHNB	D		Saúde, Ambiente e Sustentabilidade	3.1.0	60	-
CENF/CSHNB	D		Metodologia da Pesquisa em Saúde	2.0.0	30	-
TOTAL				15.9.0	360	

9º PERÍODO

UNIDADE RESP.	TIPO	CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉD.	C.H.	PRÉ-REQUISITOS
CENF/CSHNB	AE		Trabalho de Conclusão de Curso I	0.2.0	30	Metodologia da Pesquisa em Saúde
CENF/CSHNB	AE		Estágio Curricular I	0.0.28	420	Processo de cuidar do adulto II, Processo de cuidar do idoso, Gerenciamento em Enferm. e saúde, Saúde, Ambiente e Sustentabilidade, Metodologia da Pesquisa em Saúde
TOTAL				0.2.28	450	

10º PERÍODO

UNIDADE RESP.	TIPO	CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉD.	C.H.	PRÉ-REQUISITOS
CENF/CSHNB	AE		Trabalho de Conclusão de Curso II	0.2.0	30	Trabalho de Conclusão de Curso I
CENF/CSHNB	AE		Estágio Curricular II	0.0.28	420	Estágio Curricular I
TOTAL				0.2.28	450	

3.1.1 Componentes curriculares obrigatórios

São componentes curriculares obrigatórios:



UN.	PER	TIP.	COD.	COMPONENTE CURRICULAR	CRÉD.	C.H.
CENF	1	D		Seminário de introdução ao curso	1.0.0	15
CENF	1	D		História da Enfermagem	2.0.0	30
CENF	1	D		Anatomia humana	4.4.0	120
CENF	1	D		Citologia, histologia e embriologia	2.2.0	60
CENF	1	D		Bioquímica	3.1.0	60
CENF	1	D		Bioestatística	4.0.0	60
CENF	2	D		Sociedade e Saúde	4.0.0	60
CENF	2	D		Fisiologia humana	4.2.0	90
CENF	2	D		Microbiologia e imunologia	2.2.0	60
CENF	2	D		Parasitologia	2.2.0	60
CENF	2	D		Epidemiologia	3.1.0	60
CENF	3	D		Psicologia e saúde	4.0.0	60
CENF	3	D		Farmacologia	4.2.0	90
CENF	3	D		Patologia humana	3.1.0	60
CENF	3	D		Saúde coletiva I	3.1.0	60
CENF	1	D		Metodologia científica	2.0.0	30
CENF	4	D		Fundamentos de enfermagem	6.6.0	180
CENF	4	D		Semiologia e semiotécnica de enfermagem	4.4.0	120
CENF	4	D		Metodologia da assistência de enfermagem	2.2.0	60
CENF	5	D		Ética e Bioética	2.0.0	30
CENF	5	D		Enfermagem em saúde mental	4.2.0	90
CENF	5	D		Enfermagem perioperatória e processamento de produtos para a saúde	4.4.0	120
CENF	5	D		Saúde coletiva II	2.2.0	60
CENF	5	D		Didática	4.0.0	60
CENF	6	D		Processo de cuidar da mulher	4.4.0	120
CENF	6	D		Processo de cuidar da criança	4.4.0	120
CENF	6	D		Saúde coletiva III	3.1.0	60
CENF	7	D		Processo de cuidar do adulto I	4.4.0	120
CENF	7	D		Processo de cuidar do adolescente	2.2.0	60
CENF	7	D		Enfermagem nas urgências e emergências	4.2.0	90
CENF	8	D		Processo de cuidar do adulto II	4.4.0	120
CENF	8	D		Processo de cuidar do idoso	2.2.0	60



CENF	8	D		Gerenciamento em enferm. e saúde	4.2.0	90
CENF	8	D		Saúde, Ambiente e Sustentabilidade	3.1.0	60
CENF	8	D		Metodologia da Pesquisa em Saúde	2.0.0	30
CENF	9	AE		Trabalho de Conclusão de Curso I	2.0.0	30
CENF	9	AE		Estágio Curricular I	0.0.28	420
CENF	10	AE		Trabalho de Conclusão de Curso II	2.0.0	30
CENF	10	AE		Estágio Curricular II	0.0.28	420

Legenda: PER.: período de oferta; TIP: tipologia do componente curricular; D: disciplina; AE: atividade específica; CRÉD.: créditos; C.H.: Carga horária.

3.1.2 Componentes curriculares optativos

As disciplinas optativas não possuem pré-requisitos e podem ser cursadas a partir da capacidade de oferta do curso, em número mínimo de 2 (duas) ao longo do curso. Fazem parte do rol de disciplinas optativas com possibilidade de oferta pelo curso:

UN	TIP	CÓD.	COMPONENTE	CRÉD.	C.H.	NÍVEL
CENF	D		Genética humana*	2.2.0	60	3
CENF	D		Enfermagem de família	2.2.0	60	7
CENF	D		Língua Brasileira de Sinais*	4.0.0	60	3
CENF	D		Relações étnico-raciais, gênero e diversidade*	4.0.0	60	3
CENF	D		Nutrição e dietoterapia*	2.2.0	60	3
CENF	D		Atenção integral às doenças prevalentes na infância*	2.2.0	60	7
CENF	D		Auditoria em enfermagem	2.2.0	60	7
CENF	D		Práticas integrativas e complementares em saúde*	2.2.0	60	7
CENF	D		Saúde sexual e reprodutiva*	2.2.0	60	7
CENF	D		Saúde do homem*	2.2.0	60	7
CENF	D		Enfermagem em nefrologia	2.2.0	60	7
CENF	D		Enfermagem em estomaterapia	2.2.0	60	7
CENF	D		Saúde do trabalhador*	2.2.0	60	7
CENF	D		Segurança do Paciente*	2.2.0	60	7
CENF	D		Práticas integradas de saúde*	2.2.0	60	7

Legenda: PER.: período de oferta; TIP: tipologia do componente curricular; D: disciplina; AE: atividade específica; CRÉD.: créditos; C.H.: Carga horária.



* Oferta interdisciplinar: 1) o discente de enfermagem poderá cursar esta disciplina se ofertada em outro curso de graduação da UFPI; 2) o discente de outro curso de graduação da UFPI, poderá cursar esta disciplina, quando for ofertada pelo Curso de Bacharelado em Enfermagem do CSHNB.

Excepcionalmente outras disciplinas poderão ser incorporadas ao histórico do aluno a partir de uma análise de correlação realizada pelo colegiado do curso, em similaridade à modalidade de crédito concedido (dispensa de disciplina).



3.2 Fluxograma

1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período	9º Período	10º Período
Sem. Introd. Curso 15 1.0.0	Sociedade e Saúde 60 4.0.0	Psico. e saúde 60 4.0.0	Fund. de Enfermagem 180 6.6.0	Ética e bioética 30 2.0.0	Proc. Cuidar da Mulher 120 4.4.0	Proc. Cuidar do Adulto I 120 4.4.0	Proc. Cuidar do Adulto II 120 4.4.0	TCC I 30 0.2.0	TCC II 30 0.2.0
História da Enferm. 30 2.0.0	Fisiologia Humana 90 4.2.0	Farmacologia 90 4.2.0	Semio e semiot. 120 4.4.0	Enfer. em Saúde Mental 90 4.2.0	Proc. Cuidar da Criança 120 4.4.0	Proc. Cuidar do Adolescente 60 2.2.0	Proc. Cuidar do Idoso 60 2.2.0	Estágio Curricular I 420 0.0.28	Estágio Curricular II 420 0.0.28
Anatomia Humana 120 4.4.0	Microbiologia e Imuno. 60 2.2.0	Patologia Hum. 60 3.1.0	Met. Assist. de Enf. 60 2.2.0	Enfer. Perioperatória 120 4.4.0	Saúde Coletiva III 60 3.1.0	Enf. nas Urg. e Emerg. 90 4.2.0	Gerenc. Enf. Saúde 90 4.2.0		
Cit. Hist. e Embriologia 60 2.2.0	Parasitologia 60 2.2.0	Saúde Coletiva I 60 3.1.0		Saúde Coletiva II 60 2.2.0		Optativa 60 2.2.0	Saúde, amb. e sust. 60 3.1.0		
Bioquímica 60 3.1.0	Epidemiologia 60 3.1.0	Optativa 60 2.2.0		Didática 60 4.0.0			Metodologia da Pesquisa em saúde 30 2.0.0		
Bioestatística 60 4.0.0		Metodologia Científica 30 2.0.0							

COMPONENTES CURRICULARES	C.H.	CRÉDITOS
Disciplinas Obrigatórias	2.625	175
Disciplinas Optativas	120	8
Trabalho de Conclusão de Curso	60	4
Estágio Curricular Obrigatório	840	56
Atividades Complementares	120	8
Atividades Curriculares de Extensão	450	30
TOTAL	4.215	286

3.3 Atividades acadêmicas específicas

3.3.1 Estágio Curricular Obrigatório

Trata-se de atividade acadêmica específica, dirigida ao desenvolvimento de aprendizagem social, profissional e cultural, constituindo-se intervenção prática em situações de vida e trabalho. Como estratégia pedagógica fundamental no processo de formação profissional, o estágio proporciona a articulação entre teoria e prática (ensino, pesquisa e extensão), a fim de promover o desenvolvimento de consciência crítica e competência técnica, que possibilite ao futuro enfermeiro desenvolver capacidades críticas e analíticas, competências e habilidade para o exercício autônomo e qualificado da profissão.

No Curso de Enfermagem/CSHNB, o Estágio Curricular é parte integrante indispensável do currículo, concebido com objetivo de permitir ao discente a aplicação dos conhecimentos e habilidades adquiridos na gestão e assistência de enfermagem a indivíduos, famílias e coletividades, em espaços diversos (serviços de saúde, escolas, domicílios, comunidades) com base nos conhecimentos técnico, científico, ético e legal que subsidiam os processos de cuidar.

O Estágio Curricular será ofertado prioritariamente como atividade especial coletiva, podendo excepcionalmente ser ofertado como atividade de orientação individual. A oferta de estágio deve ocorrer nos dois últimos períodos do fluxo curricular, divididos em dois: Estágio Curricular I (420h / 0.0.28), desempenhado no âmbito da atenção primária à saúde e Estágio Curricular II (420h / 0.0.28), desempenhado na esfera da atenção secundária e terciária à saúde, envolvendo atuação em unidades clínicas, ambulatoriais e hospitalares, com foco em atividades gerenciais, educacionais e assistenciais.

A realização do estágio deve estar assegurada por convênios celebrados entre a UFPI e as instituições concedentes (interveniência da UFPI) e assinatura dos Termos de Compromisso entre estagiário e concedentes (interveniência da Coordenação de Estágios do Curso);

A fim de cumprir com as normativas relacionadas a orientação da execução das atividades e avaliação do desempenho dos estagiários, todas as atividades do Estágio Curricular do Curso de Enfermagem/CSHNB deverão ser realizadas em instituições de atenção à saúde do município de Picos, ou, excepcionalmente, de municípios circunvizinhos, mediante convênio interinstitucional realizado com a UFPI. Atualmente encontram-se conveniadas em Picos, a Secretaria Municipal de Saúde (Pronto Atendimento Infantil - PAIM



Frei Damião, Clínica Integrada de Saúde da Mulher - CLISAM, Centro de Atenção Psicossocial II - CAPS II, Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas - CAPS AD, Vigilância Epidemiológica e o Centro de Testagem e Aconselhamento - CTA); o Hospital Regional Justino Luz; o Instituto do Rim e o Centro de Terapia Renal, podendo outras instituições terem convênio solicitado conforme necessário e oportuno.

A organização administrativa do Estágio Curricular é pautada nas diretrizes da Resolução nº. 177/2012 do CEPEX, as quais atribuem a responsabilidades dos estágios na UFPI à Coordenadoria Geral de Estágios (CGE) e em nível de curso, atribuída a um Coordenador de Estágio, escolhido entre os docentes orientadores de estágio e indicados pelo Colegiado do Curso.

A organização didática e operacional dos estágios obrigatórios está descrita no Regulamento do Estágio Curricular do Curso de Enfermagem/CSHNB (APÊNDICE B).

3.3.2 Atividades complementares

As atividades complementares de graduação constituem o conjunto de estratégias didático-pedagógicas que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática e a complementação, por parte do estudante, dos saberes e habilidades necessárias à sua formação. Dentro da estrutura curricular de um curso, tais atividades não poderão exceder 10% (dez por cento) da carga horária total do curso, tendo como patamar mínimo 120 (cento e vinte) horas, excetuando-se os casos em que esteja expressamente recomendado nas diretrizes curriculares do curso, não podendo haver substituição da carga horária de atividades complementares por outros componentes curriculares obrigatórios e optativos.

A implantação, o acompanhamento e a avaliação das atividades complementares de graduação ficam a cargo das coordenações de curso de graduação e a participação dos alunos, deverá seguir os seguintes critérios (Resolução Nº 177/2012):

- I – realizadas a partir do ingresso do aluno no curso;
- II – compatíveis com o projeto pedagógico do curso (PPC);
- III – variadas, com, pelo menos, 2 (duas) categorias entre os critérios citados no Art. 98¹.

O registro de Atividades Complementares de Graduação pelo aluno no sistema eletrônico de cadastro deve ser previsto no calendário acadêmico de cada período letivo,

¹A Resolução 177/2012 em seu art. 98 delimita que a aprovação em componente curricular está condicionada ao rendimento acadêmico do aluno, mensurado através da avaliação do ensino-aprendizagem e da assiduidade às atividades didáticas, e implica a contabilização de sua carga horária e consequente integralização como componente curricular.



seguido de período destinado à avaliação destas pela Coordenação do Curso, até 60 (sessenta) dias antes do prazo para a colação de grau do aluno.

Em consonância com a Resolução N° 177/2012 e a Resolução N° 150/2006, o Curso de Bacharelado em Enfermagem – UFPI/CSHNB - define que, para a integralização curricular, o aluno deve cumprir um mínimo de 120 horas de Atividades Complementares de graduação, distribuídas conforme o Regulamento (APÊNDICE C), o qual contém as respectivas cargas-horárias e formas de comprovação.

3.3.3 Atividades de extensão

A extensão universitária compreende uma estratégia privilegiada para aproximação da realidade de vida de sujeitos e coletividades, possibilitando a experimentação e invenção de novas formas de cuidar e de produzir conhecimento no contexto acadêmico em articulação e diálogo legítimos com o saber popular.

Sua importância como componente formativo e de construção de conhecimento passa a ser legitimada por meio do processo de curricularização da extensão, que prevê a inserção de atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação de todo o país.

No âmbito da UFPI, para além das normativas nacionais, esse processo encontra respaldo na Resolução CEPEX n° 53/2019, que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos dos cursos de graduação da UFPI, além da Resolução CEPEX n° 035/14, que define as Diretrizes da Política de Extensão da UFPI e das Resoluções n° 085/18, 021/18, 022/18 e 184/18 do CEPEX, que regulamenta os programas, projetos, eventos e cursos de extensão na UFPI.

Frente às normativas vigentes, as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular dos cursos de graduação, devendo integrar a matriz curricular destes. Na UFPI, a Resolução CEPEX n° 297/2022, que atualiza a normativa sobre a temática na instituição, apresenta três possibilidades de curricularização da extensão:

I – Disciplinas: oferta de atividades de extensão parcial ou integralmente em disciplinas, por meio de execução na disciplina ou creditação;

II – Atividade Curricular de Extensão (ACE): oferta de ACEs conforme previsão no PPC do curso e registro no módulo de extensão do SIGAA; e

III – Creditação: utilização do sistema acadêmico para cadastro de atividades realizadas pelos discentes, posteriormente validadas pela Coordenação de Curso.



Considerando que as atividades de extensão já são eminentemente presentes no cotidiano da comunidade acadêmica do curso, parte integrante da rotina de docentes e discentes, o Curso de Enfermagem/CSHNB adotará as modalidades II e III para creditação das atividades de extensão no currículo do curso, observando as diretrizes do Regulamento das Atividades de Extensão (APÊNDICE D)

Para fins de integralização, as atividades de extensão realizadas durante a graduação e devidamente registradas na PREXC serão registradas no módulo de extensão do SIGAA, e quando externas, validadas pela Coordenação do Curso ou pelo Coordenador de Extensão do Curso. Assim, após validação as atividades externas e homologação de relatórios de atividades internas, as atividades serão registradas no histórico do aluno, respeitando o percentual mínimo exigido para integralização da carga horária total do curso.

3.3.4 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) corresponde a uma produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas pelo discente na área da pesquisa em enfermagem e saúde, ancorado em conhecimentos metodológicos adquiridos durante a graduação.

No Curso de Bacharelado em Enfermagem/CSHNB/UFPI, este componente curricular será coordenado por docente efetivo do curso, escolhido em Assembleia de Curso e nomeado pelo Coordenador de Curso.

O TCC deve ser orientado por docente do Curso de Bacharelado em Enfermagem/CSHNB ou de outros cursos, desde que tenha desenvolvido junto ao discente (orientando) alguma atividade de ensino, pesquisa e/ou extensão.

A carga horária do TCC totaliza 60 horas/aula, sendo 30 horas/aula (2 créditos práticos) em cada período letivo. A descrição detalhada de sua operacionalização e sistemática de avaliação se encontra disponível no Regulamento do TCC (APÊNDICE E).

3.4 Metodologia

O processo de ensino-aprendizagem no Curso de Graduação em Enfermagem/CSHNB toma por base as premissas da abordagem significativa proposta por David Ausubel (1980), utilizando-se das diretrizes propostas por Dantas (2018) para implementação da teoria no cotidiano das atividades de ensino.



Frente à natureza teórico-prática do ensino de Enfermagem e às recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de profissionais de saúde com engajamento efetivo no processo de construção do Sistema Único de Saúde, as atividades práticas do Curso de Enfermagem/CSHNB integram-se ao contexto social e de saúde local, permitindo o reconhecimento das necessidades locais, considerando as perspectivas culturais, sociais, políticas e estruturais.

Nesta perspectiva, para o desenvolvimento das atividades de ensino serão utilizados os espaços acadêmicos do *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros/UFPI, a saber: Salas de Aula, Laboratórios de Informática, Laboratórios Multidisciplinares de Ensino, Pesquisa e Extensão de Ciências da Natureza e da Saúde, além das Unidades de Saúde vinculadas ao Sistema Único de Saúde no município de Picos, unidades educacionais, comunitárias e outras, caracterizadas como cenários práticas de enfermagem e saúde.

No tocante aos procedimentos de ensino, tão importantes quanto os próprios conteúdos de aprendizagem, destacam-se tendências do século XXI relacionadas ao deslocamento do processo educacional do enfoque individual para o enfoque social, político e ideológico (Paiva, 2016). Diante disso, são necessárias atualização das metodologias educacionais com o intuito de considerar os quatro pilares do conhecimento e da formação continuada: i) aprender a conhecer; ii) aprender a fazer; iii) aprender a conviver; e iv) aprender a ser (Delors, 2000).

Tomando tais premissas como norteadoras da formação, utilizar-se-á de metodologia educacional mista, adequada à multiplicidade de conhecimentos, cenários e processos de ensino-aprendizagem na Enfermagem. Objetiva-se, pois, congregando diversas formas de ensinar, aprender e agir, proporcionando aprendizagem significativa nas diversas situações e cenários, atuando individualmente ou de forma articulada com outras pessoas ou grupos.

Trata-se, portanto, de atribuir dinamicidade aos métodos, técnicas e procedimentos de ensino, os quais se articulam para atender às diversas necessidades dos alunos, individual ou coletivamente. Atendendo, pois, às suas necessidades de construção individual de conhecimento e desenvolvimento de habilidades, bem como às inserções na realidade social através de atividades coletivas de ensino, pesquisa e extensão.

Os métodos suportam estratégias expositivas, interrogativas, demonstrativas, ativas, dentre outros. O uso dessas abordagens permite questionamentos, debates, interpretações e o confronto com a realidade. Dessa forma, há um favorecimento de uma análise crítica, direcionando o estudante à produção de novos conhecimentos (Anastasiou, 2015).



Ao considerar a abordagem de aprendizagem idealizada para a formação pretendida e a multiplicidade técnicas disponíveis ao processo de ensino-aprendizagem, destacam-se com elevado potencial de utilização nas atividades acadêmicas:

Exposição dialogada – apresentação oral de temas/conteúdos estruturados, explanados pelo docente de maneira participativa, através de uma perspectiva aberta à contestação, discussão, reflexão e participação dos alunos;

Estudo dirigido - estudo acerca de um tema/conteúdo em que o professor orienta caminhos para o aprofundamento do estudo e das análises dos discentes através de indicações de leitura, questões norteadoras ou outra estratégia direcionadora, finalizando com a discussão do assunto em classe;

Leitura dirigida – utilizado para aprofundar conhecimentos acerca de determinada unidade de estudo, por meio de indicação de textos estratégicos complementares, destinados ao aprofundamento e ampliação da aprendizagem ou à melhor apreensão dos conteúdos temáticos;

Arguição – verificação da aprendizagem realizada através de questionamento oral acerca de assuntos previamente encaminhados aos discentes, possibilitando familiarização com a estratégia presente no campo profissional; pode ocorrer em proposta de dupla arguição - aluno-professor e professor-aluno;

Problematização - proposição de situações-problema aos discentes, para que eles possam explorá-las e, conseqüentemente, propor soluções a partir do estudo de conteúdos correlacionados, estimulando o raciocínio crítico, reflexivo e resolutivo dos discentes, devidamente apoiados pelo professor. Técnica amplamente utilizada em disciplinas específicas de cursos da área da saúde.

Aprendizagem em grupos: técnica eficaz para atingir certos tipos de objetivos de aprendizagem intelectual e social, pois tem como foco trabalhos em grupo que favorecem um ambiente cooperativo. Socialmente, melhora as relações intergrupais e ensina habilidades para atuar em equipe que podem ser transferidas para muitas situações. É também uma estratégia para enfrentar problemas comuns na condução da sala de aula, como manter os alunos envolvidos com sua atividade (Cohen e Lotan, 2017).

Aprendizagem por projetos: integra o grupo das metodologias de ensino ativas e, é um método que envolve os alunos na aquisição de conhecimentos e habilidades por meio de um processo de investigação, estruturado em torno de questões complexas e de produtos e tarefas planejadas. O estudante deve resolver um problema do mundo real por meio de projetos, que



frente aos diferentes contextos, podem demandar diferentes soluções para o problema ou mesmo um produto.

Círculo De Cultura: é um método criado por Paulo Freire e propõe uma aprendizagem integral, que rompe com a fragmentação e requer uma tomada de posição perante os problemas vivenciados em determinado contexto. Baseia-se nos seguintes princípios: dialogicidade, valorização dos diferentes saberes, desenvolvimento da consciência crítica e autonomia do(a) educando(a) (Dantas e Linhares, 2014).

Mapa Conceitual: é uma representação gráfica de conteúdo que ajuda a organizar ideias, conceitos e informações de modo esquematizado. Os conceitos são escritos dentro de figuras geométricas como retângulo ou elipses, que ficam ligadas por linhas. Nestas são colocadas expressões de ligação para dar sentido às conexões pensadas. A aparência de um mapa conceitual assemelha-se a uma rede de conexões.

Mapa Mental: partem de uma ideia central, a partir da qual se articulam as ideias conectadas, semelhantes a uma árvore com raízes e galhos ou a estrutura de um neurônio. Em cada item do mapa, há apenas uma palavra, ou uma pequena frase. A organização é feita de forma a desencadear um pensamento. A partir disso, é possível trabalhar com cores, inserir imagens, links etc. O uso de símbolos adequados no mapa mental facilita a memorização e compreensão das ideias relacionadas.

Casos Clínicos: são situações reais ou fictícias, com dados resumidos e intencionalidade cognitiva, cujo objetivo é introduzir ou ilustrar determinado conhecimento. Porém, por conta de sua natureza teórica, não permitem a experiência real, é apenas uma proposta artificial, parcial, sistematizada e teórica da prática profissional. A apresentação e discussão de casos clínicos em sala de aula como forma de estímulo à reflexão são imprescindíveis quando o aluno já está inserido na prática profissional, pois o conhecimento da realidade prática, mesmo inicial, permite uma postura crítica do aluno perante a situação apresentada, verdadeiramente problematizadora (Hokama; Hokama; Batista, 2018).

Simulações Computacionais: é um método de resolução de problemas, de modelagem utilizado para implementar e analisar um procedimento real (físico), proposto em um computador (virtual) ou em protótipos (ensaios). A simulação busca imitar um procedimento real em menor tempo e com menor custo, ao permitir estudo de acontecimentos passados, presentes e até mesmo projeções de futuros. O uso de simulação traz uma abordagem de geração de conhecimento racional com modelos objetivos que explicam o comportamento dos processos operacionais da vida real. A utilização da simulação computacional em atividades pedagógicas deve proporcionar melhor compreensão e



apreensão do conteúdo, uma vez que a simulação possibilita que esses estudantes possam experimentar os processos e operações que compõem alguns dos sistemas de sua área de conhecimento (Da Veiga *et al.*, 2021).

Simulação Clínica: é uma estratégia pedagógica orientada pela aprendizagem experiencial que atende as necessidades de estudantes e profissionais, ao aproximá-los de contextos reais simulados. Esta estratégia, no momento operacional, tem como etapas o *briefing*, *cena* e o *debriefing*. O *briefing* constitui-se pelas orientações básicas que o estudante recebe antes de iniciar sua atuação em um cenário simulado, como uma passagem de plantão em que o quadro clínico é descrito. A *cena* é o momento da simulação em que o caso tem um desfecho a depender da intervenção do estudante. O *debriefing*, que ocorre logo após a *cena*, compreende a última etapa em que o estudante e o professor refletem sobre o ocorrido e pontuam o que poderia ou não ter sido feito diferente. Diversos estudos confirmam a eficiência desta estratégia pedagógica para estimular o pensamento clínico, crítico e reflexivo do estudante (Oliveira *et al.*, 2018).

Demonstrações: também chamado de aula prática, esse método está ligado intrinsecamente com a realidade, e pode ser aplicado antes ou depois da aula teórica. A técnica da demonstração é bem manuseável e o professor tem a capacidade de cunhar e alcançar diferentes objetivos, como: propiciar a comunicação entre a teoria e a prática; consolidar conhecimentos; estimular a criticidade e a criatividade; propor alternativas para resolução de problemas, entre outros que os professores são livres para fazer (Verde, 2019).

Vídeos: a prática do uso do vídeo como recurso pedagógico traz a possibilidade de utilizar não somente palavras, mas também imagens. Nesse aspecto, vale ressaltar que os vídeos se utilizam de efeitos visuais (gráficos, animações, legendas etc.) para reforçar uma mensagem veiculada por esse recurso audiovisual. Além disso, a estética das imagens pode ser atraente e possibilitar a compreensão com mais facilidade (Silva *et al.*, 2012). Os vídeos podem ser utilizados tanto para enriquecer aulas presenciais quanto a distância. Professores e alunos podem produzir vídeos, como atividades de criação.

Gamificação: a técnica consiste em aplicar elementos de jogos no processo de aprendizagem. Ela é beneficiada pelo uso da tecnologia por meio de tablets, smartphones e computadores para aplicar conhecimentos através de atividades interativas. Essa prática conta com a presença constante das características inerentes ao jogo como a competição, os feedbacks instantâneos, a evolução e a recompensa (premiação). Contudo, a gamificação não precisa da tecnologia para existir. Muito antes dos avanços tecnológicos, os educadores já



utilizavam a estratégia quando promoviam disputas entre os alunos e ofereciam recompensas ao time vencedor.

Resenha: é uma modalidade de texto em que o autor interpreta um produto e expõe, com base em argumentos, o seu ponto de vista sobre ele. Consiste, então, em um trabalho de análise e interpretação de uma obra. Uma das suas principais características é que sempre deve conter a crítica. Essa técnica é muito utilizada na academia, pois diversos textos são lidos pelos pesquisadores para conhecer seus aspectos positivos e negativos, expandir a visão sobre o tema explorado e entender melhor a abordagem utilizada pelo autor.

Prática simulada: são um conjunto de atividades práticas desenvolvidas em um ambiente de simulação, em condições similares à do contexto real de trabalho, de aprendizagens relevantes para o perfil profissional. É uma estratégia para treinar os profissionais de saúde no sentido de uma prática mais segura e, conforme as recomendações internacionais, minimizar os erros e aumentar a responsabilidade dos discentes diante sua prática clínica.

Objective Structured Clinical Examination (OSCE): é uma ferramenta baseada em estações práticas simuladas que permitem avaliar habilidades técnicas, aspectos afetivos e de raciocínio clínico dos discentes. O OSCE foi introduzido como um método de avaliação das competências clínicas que considera o desempenho do aprendiz em situações delimitadas, baseadas em um roteiro predefinido, em que há interação com paciente simulado ou recursos didáticos por meio de estações de avaliação em rodízio, com o propósito de realizar diferentes tarefas. Assim, em cada estação, os candidatos são convidados a demonstrar, além de habilidades relacionadas ao exame físico, anamnese e interpretação de dados, aspectos afetivos e de comunicação (Silva *et al.*, 2019).

Portfólio: ferramenta pedagógica que consiste na listagem de construções acadêmicas (textos, relatos, imagens, desenhos, artes, reflexões etc.) realizados pelo estudante ao longo de um determinado período de aprendizagem, geralmente organizado de forma cronológica e destinado à demonstração das competências adquiridas por meio das tarefas realizadas.

Fóruns de discussão: reunião, presencial ou virtual, na qual seus membros (discentes, docentes, convidados) tem a oportunidade de participar ativamente da discussão temática, dando opiniões, debatendo, relatando exemplos. Pode versar sobre temas, fragmentos textuais, filmes, livros ou outros fatos a ser explorados. Permite a mediação e o exercício da capacidade de fala/exposição de conhecimentos e experiências em atividades em grupo e o aprendizado pela vivência, relatos e conhecimentos do outro.



Palestras: exposição temática realizada por pessoa externa ao ambiente universitário sobre um assunto de interesse coletivo, com um novo enfoque ou abordagem inovadora. Deve prever espaços para discussão e questionamentos ao final.

Júri Simulado: simulação de um júri relacionado a um problema, com a apresentação de argumentos de defesa e de acusação. Proporciona análise e avaliação de um fato previamente proposto com objetividade e a exploração de pontos de vista diferentes, incitando à fundamentação teórica e científica dos discursos dos discentes.

Seminário: desenvolvimento das habilidades de expor, ouvir, extrair ideias e responder questionamentos através da apresentação acerca de uma temática previamente delimitada, individualmente ou em grupos. Deve prezar pelo debate qualificado da temática, subsidiada por um texto base.

Estudo de caso: análise minuciosa e objetiva de uma situação (real ou hipotética) que necessita ser investigada, analisada e aprofundada, com potencial de conferir aprendizagem de conceitos que podem ser abstratos ou desconexos quando abordados apenas teoricamente e/ou isoladamente. Os casos são fenômenos, indivíduos, famílias ou situações construídas (hipotéticas) ou exploradas (realistas) em torno de objetivos de aprendizagem, competências e/ou habilidades pré-definidas que se desejam desenvolver.

Cabe ressaltar que as técnicas descritas acima não inviabilizam a utilização de outras, uma vez que a dinâmica de ensino deve envolver métodos e técnicas diversificadas e plurais, sobretudo frente às condições do educador e do educando, dos recursos didáticos disponíveis e do contexto educacional vivenciado.

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

4.1 Ensino

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) supervisiona e coordena o ensino de graduação na UFPI, juntamente com as Coordenações de Curso. Também está sob sua responsabilidade assuntos relacionados com a matrícula institucional, matrícula curricular, monitoria, estágios, atividades complementares e diplomas.

Além das ações ordinárias da graduação, estão vinculados à PREG outros quatro programas especiais de graduação: o Programa/Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo



(PROCAMPO/LEDOC) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência / Residência Pedagógica (PIBID/RP).

Com vistas a nortear o alcance de suas atribuições em busca da excelência, a PREG tem constantemente monitorado e aperfeiçoado o Regulamento Geral da Graduação (Resolução CEPEX nº 177/2012), conjunto de normas institucionais acerca da organização e funcionamento dos cursos de graduação na instituição. Destaca-se ainda a adoção do Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas (SIGAA) que permitiu que a tecnologia assumisse uma importante função no apoio pedagógico visando ao desenvolvimento do potencial humano nas atividades realizadas na graduação.

4.1.1 Monitoria Acadêmica

Trata-se de atividade de ensino e aprendizagem que contribui para a formação do discente, e tem por finalidade despertar o interesse pela carreira docente integrada às atividades de ensino do curso de graduação. Tem como objetivos: contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico nos cursos de graduação; criar condições para que os alunos possam contribuir no desenvolvimento de atividades didáticas, agindo como colaboradores, da produção acadêmica; incentivar a carreira docente; promover cooperação acadêmica entre discentes e docentes.

A monitoria acadêmica é atividade ofertada, semestralmente, pela Coordenação de Curso, com vagas remuneradas e não remuneradas. As disciplinas participantes e quantidade de vagas são informadas pelos docentes de cada curso e a quantidade de vagas remuneradas disponibilizada ao Curso pela Coordenadoria de Administração Acadêmica Complementar (CAAC), da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) por meio de Edital publicado a cada período.

4.2 Pesquisa

Um dos entendimentos mais consistentes dos tempos atuais é que a ciência, a tecnologia e a inovação desempenham papel central no conjunto da vida social. As universidades de nossos dias têm lugar importante nos chamados “Sistemas Nacionais de Inovação”, conceito atualmente usado para designar as complexas interações entre as diversas instituições intervenientes no processo de desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo, e seus respectivos espaços socioculturais, os quais funcionam como elementos potencializadores dos processos de inovação. Além das universidades, os Sistemas



Nacionais de Inovação são integrados por governos (em suas diversas esferas de atuação), centros e institutos de pesquisa, empresas, instituições financeiras, agências reguladoras e de fomento e são voltados para a transformação do conhecimento produzido no âmbito das instituições de pesquisa científica em tecnologias voltadas diretamente para atividades produtivas, como também para o enfrentamento de desafios sociais, como instrumentos do processo de desenvolvimento solidário, democrático e sustentável.

Preocupada com os desafios da contemporaneidade a UFPI oportuniza a participação dos discentes dos cursos de graduação em:

- Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) CNPq/UFPI;
- Bolsa de Iniciação Científica-Ações afirmativas (PIBIC-AF) - CNPq/UFPI;
- Iniciação Científica Voluntária (ICV);
- Programa PIBIC Ensino Médio;
- Programa Jovens Talentos na UFPI;
- Seminário de Iniciação Científica da UFPI;
- Grupos de Pesquisa UFPI/CNPq.

4.3 Extensão

No intuito de reafirmar a indissociabilidade das ações de ensino, pesquisa e extensão na universidade, a UFPI estabelece as diretrizes da Política de Extensão e Cultura através da Resolução CEPEX nº. 035/14, de 14 de março de 2014.

Com a iniciativa, a extensão universitária materializa o compromisso da Universidade com a transformação da sociedade, de forma a torná-la um instrumento de mudança social em direção à justiça, à solidariedade e à democracia.

No contexto institucional, a extensão universitária é coordenada pela Pro-Reitoria de Extensão e Cultura (PREXC), responsável por articular e coordenar as atividades de extensão e cultura de diversos setores da Universidade com outros segmentos da sociedade, através de programas, projetos, cursos, eventos, atividades culturais, prestação de serviços etc., em todas as suas áreas de atuação.

Destaque-se que a UFPI tem incentivado a realização de atividades de extensão através do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), do Programa Institucional da Orquestra e Coral (PIBOC), do Programa de Iniciação à Extensão no Ensino Básico e



Tecnológico (PIEX), do Programa de Educação Tutorial (PET) e de outras ações institucionais como o Seminário de Extensão e Cultura (SEMEX).

Nesta perspectiva, considerando as recentes Diretrizes para a Extensão no Ensino Superior (Resolução CNE/CES nº 7/2018) e as normativas institucionais que regulamentam e incentivam o processo de curricularização da extensão universitária nos cursos de graduação da UFPI (Res. CEPEX nº 053/19, atualizada pela Resolução CEPEX nº 297/2022), o Curso de Enfermagem/CSHNB passará a destinar 10% (dez por cento) da sua carga horária total de componentes curriculares para atividades de extensão, conforme Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão.

4.4 Apoio Estudantil

A Assistência Estudantil é conduzida na UFPI pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), que executa a Política Nacional de Assistência Estudantil e as ações de atendimento à comunidade ufpiana. Na estrutura da UFPI, a PRAEC é o órgão que implanta as ações para garantir a permanência do alunado e a conclusão de cursos de graduação, agindo, preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes das condições de vulnerabilidade socioeconômica. Em nível central, atua através da Coordenadoria de Assistência Comunitária (CACOM) e da Coordenadoria de Nutrição e Dietética (CND) e de forma descentralizada, com atuação nos *Campi* fora de sede através dos Núcleos de Assistência Estudantil (NAE).

O NAE/CSHNB configura-se como órgão multiprofissional de apoio aos estudantes, com gestão administrativa compartilhada entre a PRAEC e a Diretoria do Campus, no intuito de implementar a Política de Assistência Estudantil da UFPI e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Este subdivide-se nos seguintes serviços e subunidades: Serviço Social; Serviço Pedagógico; Serviço Psicológico; Serviço Odontológico; Brinquedoteca; Sala de Apoio à Amamentação.

Além dos serviços que compõem o NAE, este coordena os benefícios e programas relacionados à Política de Assistência Estudantil da UFPI no Campus, observadas as Resolução N°049/2019 CEPEX-UFPI e Resolução N°040/2020 CEPEX-UFPI, sem prejuízo de outros benefícios a serem criados.

Os benefícios e programas descritos a seguir estão implantados, com caráter permanente, e são voltados para o oferecimento, aos estudantes em situação de



vulnerabilidade social, subsídios necessários à melhoria de seu desempenho acadêmico e, conseqüentemente, da garantia de sua permanência na instituição até a conclusão do curso.

- *Residência Universitária*: Moradia e alimentação para alunos de baixa renda familiar oriundos de outros municípios e estados.

- *Isenção da Taxa de Alimentação (ITA)*: Isenção do valor da taxa de acesso aos Restaurantes Universitários e alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, inclusive alunos oriundos de outros países.

- *Bolsa de Apoio Estudantil (BAE)*: Auxílio financeiro concedido por 24 meses a alunos de baixa renda familiar.

- *Bolsa de Incentivo a Atividades Multiculturais e Acadêmicas (BIAMA)*: Auxílio financeiro concedido com objetivo estimular a participação dos estudantes em projetos supervisionados por docentes ou técnicos da UFPI, possibilitando sua formação ampliada.

- *Auxílio para Atividades Acadêmicas, Culturais e Acadêmicas (APEC)*: Possibilita a participação dos estudantes de graduação em atividades acadêmicas, culturais e acadêmicas, por meio de ajuda de custo.

- *Auxílio Creche*: Auxílio financeiro concedidos a alunos com baixa renda familiar que sejam pais ou mães de bebês com idade de até dois anos e onze meses.

- *Apoio Pedagógico*: Auxílio financeiro concedido a alunos com necessidades educacionais especiais.

- *Atendimento Odontológico*: Procedimentos clínicos de diagnóstico, prevenção, profilaxia, restauração e exodontia, gratuitamente a alunos e servidores e seus dependentes.

- *Atendimento Psicossocial e Pedagógico*: Serviço de atendimento ao servidor e ao estudante, com vistas à superação de problemas de ordem social, psicológica e pedagógica.

- *Atendimento a Necessidades Educacionais Específicas*: Serviço de apoio ao estudante com necessidades educacionais especiais específicas, com vistas a superação de dificuldades causadas por deficiência física, deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência intelectual, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação.

- *Programa de Apoio aos Esportes (PRAE)*: Programa que incentiva a prática do esporte na UFPI, com bolsas para atletas, realização de competições locais e apoio à participação em competições externas.

Além dos benefícios e serviços coordenados pelo NAE/CSHNB, o Campus dispõe do Restaurante Universitário (RU/CSHNB), destinado ao fornecimento de alimentação e nutrição adequada à comunidade acadêmica do Campus, a valores acessíveis.



O Restaurante Universitário do Campus fornece aproximadamente 2.000(duas mil) refeições por dia, em funcionamento de segunda a sexta, de 11 às 19h e sábado das 11h às 13h. A tabela de preços praticados pela unidade leva em conta categorias de usuários, a saber:

Categoria	Especificação	Valor
Estudantes	Participantes do Programa de Isenção da Taxa de Alimentação (ITA)	R\$ 0,00
	Moradores das Residências Universitárias	R\$ 0,00
	Colégios Técnicos da UFPI	R\$ 0,00
	Geral – Graduação e Pós-graduação	R\$ 0,80
Servidores	Efetivos e terceirizados	R\$ 7,00
Visitantes	Em atividade técnica ou acadêmica na UFPI	R\$ 3,50

Além das atividades institucionais, a coordenação do curso e corpo docente devem desenvolver estratégias e ações visando o acolhimento e permanência dos alunos no curso. Estas envolvem disponibilidade para reuniões individuais com os alunos para ajudá-los com problemas relacionados à aprendizagem; problemas psicológicos e outros que venham a surgir; abertura para receber familiares para diálogo; incentivo a momentos de descanso e lazer com os colegas de turma, através de confraternizações em grupos, atividades culturais como festa junina, carnaval e outras; além de atividades em grupos visando formação de vínculo entre os estudantes e docentes.

Quanto à aprendizagem, os planos de ensino de todo o corpo docente são estruturados de forma a prover acessibilidade metodológica e instrumental considerando a existência de necessidades especiais por parte dos alunos, tais como déficit de aprendizagem, déficit visual, auditivo, na fala e limitação física com a implementação de estratégias que promovam a equidade no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, o incentivo, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios, participação em centros acadêmicos e intercâmbios nacionais e internacionais, incentivo no desenvolvimento de pesquisas, participação em eventos acadêmicos, culturais e esportivos.

5 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

A sistemática de avaliação do Curso de Bacharelado em Enfermagem do CSHNB possui duas dimensões: avaliação do processo de ensino e aprendizagem e avaliação do curso, de acordo com a dinâmica curricular e o sistema de avaliação da IFES a qual pertence.



5.1 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem é realizada em conformidade com Regulamento Geral da Graduação na UFPI (Resolução CEPEX N° 177/2012), compreendida como processo formativo de diagnóstico, realizado por professor, sobre os conhecimentos adquiridos e competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos.

O processo de avaliação da aprendizagem deve ser contínuo e progressivo, oferecendo ao aluno a oportunidade de avaliação externa e autoavaliação, abrangendo as áreas cognitiva, afetiva e psicomotora, considerando os seguintes domínios:

- *Cognitivo*: capacidades, habilidades intelectuais, conhecimento dos conteúdos bem como domínio de informações;
- *Afetivo*: atitudes, valores e ajustamento ao ambiente onde se presta assistência de Enfermagem;
- *Psicomotor*: habilidades motoras para a execução das atividades técnico-profissionais.

Destaque-se que a normativa institucional condiciona a aprovação nos componentes curriculares ao rendimento do aluno mensurado na avaliação da aprendizagem e na assiduidade às atividades didáticas, numa escala de rendimento de 0 (zero) a 10 (dez).

Serão considerados aprovados no componente curricular àqueles que obtiverem média parcial igual ou superior a 7,0 (sete) e obtiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga-horária dos componentes ou àquele que, submetido ao exame final, alcançar média aritmética final igual ou superior a 6,0 (seis).

A modalidade, o número e a periodicidade das avaliações parciais seguem as necessidades específicas de cada componente curricular, observada a normativa institucional, e devem constar no plano de ensino de cada disciplina, devidamente apresentado ao discente após análise e aprovação em colegiado do curso.

Todavia, para cada disciplina deve ser realizada no mínimo uma avaliação escrita (prova teórica objetiva ou dissertativa), podendo as demais utilizar formas alternativas e/ou inovadoras de avaliação, obedecendo a escala de pontuação de 0 (zero) a 10 (dez). São exemplos de avaliações alternativas: prova oral ou prática, trabalhos de pesquisa, de campo, individual ou em grupo, seminário, debates, relatórios ou outros instrumentos constantes no plano de disciplina. Os registros do rendimento acadêmico serão realizados individualmente, independentemente dos instrumentos utilizados.

A divulgação do rendimento acadêmico parcial e final deve ser realizada através do SIGAA pelo professor responsável pela disciplina conforme os prazos pré-definidos nas



normas da graduação. No ato da divulgação do rendimento escolar de uma avaliação, o professor já deve ter registrado no sistema de registro e controle acadêmico as faltas do aluno até aquela data.

Aspectos relacionados a correção, revisão de correção, divulgação, segunda chamada e outras seguem os preceitos constantes no Regulamento Geral da Graduação (Res. 177/2012).

5.2 Avaliação do Curso

Com intuito de proporcionar aprimoramento contínuo do Curso de Bacharelado em Enfermagem do CSHNB, sobretudo nos aspectos acadêmico e administrativo, propõe-se a realização de processos de monitoramento de indicadores estratégicos e avaliação curricular.

Destaque-se ainda o processo de autoavaliação do curso já institucionalizada, construída a partir de um processo participativo desenvolvido em consonância com o processo de autoavaliação institucional, o qual é uma exigência legal do Ministério da Educação (MEC) para todas as IES e está relacionada à melhoria da qualidade da educação superior, à orientação da expansão de sua oferta, ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social.

O processo de monitoramento de indicadores estratégico será realizado pelo NDE do Curso anualmente, considerando o acompanhamento das tendências e a possibilidade de emissão de sugestões de intervenção em processos em vigência. Serão utilizados os indicadores abaixo relacionados:

- Taxa de sucesso na Graduação (TSG);
- Conceito Preliminar de Curso (CPC);
- Índice Geral de Curso (IGC);
- Indicador de Diferença entre resultado esperado e resultado observado (IDD);

Além destes, podem ser utilizados outros indicadores de desempenho a serem incluídos no monitoramento do desempenho de estudantes, docentes e do processo de ensino aprendizagem no curso.

Cabe destacar que a Taxa de Sucesso do Curso de Enfermagem do CSHNB, em 2018, foi de 77,46%, considerado um bom indicador para o curso que traz relação estreita com fenômenos de retenção e evasão, os quais foram 12,64% e 6,56% no ano de 2018, respectivamente. Observa-se que a avaliação quantitativa do Curso de Enfermagem é favorável, considerando ser um curso jovem e sediado em campus do interior do estado. Esses



indicadores são usados pelo MEC com o intuito de monitorar ações e resultados das IFES e como ferramenta de apoio à autoavaliação institucional.

No tocante ao processo de avaliação curricular, conduzido pelo NDE do Curso, destacam-se os seguintes objetivos:

a) Identificar as fragilidades e potencialidades do corpo docente, discente e da gestão do curso, a fim de propor estratégias para melhorar a qualidade do ensino de graduação;

b) Realizar pesquisa do perfil dos egressos do curso, a fim de subsidiar ajustes no perfil de egresso proposto no curso, adaptando às exigências do mercado de trabalho, do sistema de saúde, à evolução do processo educacional e às determinações do MEC.

c) Revisar a matriz curricular do curso, as ementas das disciplinas e sua bibliografia, com o propósito de aperfeiçoá-las e adequá-las às diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Educação;

Propõe-se, portanto, que a implementação do que predispõe o PPC seja acompanhado pelo NDE periodicamente e que revisões sejam realizadas a cada 5 (cinco) anos, de forma a observar mudanças sociais, organizacionais e operacionais importantes para o aperfeiçoamento do curso.

6 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS (BIBLIOGRAFIA)

6.1 Disciplinas Obrigatórias

1º PERÍODO

COMPONENTE: SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO AO CURSO		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
1.0.0	15h	---
EMENTA: Apresentação do Projeto Pedagógico (PPC), do fluxograma e da matriz curricular. Reconhecimento da estrutura normativa, física e organizacional da Universidade.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CES 03/2001 . Institui Diretrizes curriculares nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de novembro de 2001. Seção 1, p.37. UFPI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução N° 177/2012 . Regulamenta as normas de funcionamento dos cursos de graduação da UFPI. Teresina: UFPI, 2012. UFPI. Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Enfermagem . Picos: UFPI, 2023.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		

ALMEIDA, M. D. (org). **Projeto Político-Pedagógico**. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2004.
 MOROSINI, M.C.; FERNANDES, C. M. B. Educação Superior: universidade e o projeto de formação cidadã. **Educação (Santa Maria. Online)**, 2011.
 CECCIM, R.B.; FEUERWERKER, L. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. **Physis: revista de saúde coletiva**, v. 14, p. 41-65, 2004.
 LUCKESI, C.C. **Fazer universidade: uma proposta metodológica**. 5.ed. - São Paulo, SP: Cortez, 2012.
 UFPI. Gabinete do Reitor. **Resolução CONSUN/UFPI nº 94 de 4 de agosto de 2022**. Teresina, 2022.

COMPONENTE: HISTÓRIA DA ENFERMAGEM		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.0.0	30h	---
EMENTA: Evolução histórica da prática de enfermagem no mundo, no Brasil e no Piauí. Construção do conhecimento crítico sobre a profissão e atuação do enfermeiro no mercado de trabalho. Enfermagem como ciência. Entidades representativas dos profissionais da Enfermagem.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
NUNES, B.M.V. T.; SANTOS, A.M.R. org. História da Associação Brasileira de Enfermagem seção Piauí: 50 anos de responsabilidade ético-social . Teresina,PI: ABEn, 2009. 184 p. GEOVANNI, T. et al. História da Enfermagem: versões e interpretações . 3.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2010. OGUISSO, T. Trajatória Histórica e legal da enfermagem . São Paulo: Manole, 2007.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
CINCIARULO, T.; OGUISSO, T. Trajatória histórica da Enfermagem . São Paulo: Manole, 2014. LIMA, M.J. O que é enfermagem . 3. ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2005; NIGHTINGALE, F. Notas sobre enfermagem: o que é e o que não é . São Paulo: Cortez, 1989. NUNES, B. M. V. T.; BAPTISTA, S. S. Os Primórdios do ensino da Enfermagem Moderna no Piauí: Lutas e conquistas na Universidade 1973 – 1977 . Teresina: EDUFPI, 2004. PADILHA, M.I.; BOREINSTEIN, M.S.; BELAGUADA, M.L.R; SANTOS, I. Enfermagem: história de uma profissão . 2 ed. São Paulo: Difusão Editora, 2015.		

COMPONENTE: ANATOMIA HUMANA		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.4.0	120h	---
EMENTA: Introdução à morfologia humana. Anatomia dos órgãos e sistemas do corpo humano: sistema esquelético, articular, muscular, nervoso, tegumentar, respiratório, cardiovascular, digestório, urinário, genital e endócrino.		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
NETTER, F. H. Atlas de Anatomia Humana . 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. SOBOTTA, J. Sobotta: Atlas de Anatomia Humana . 23. ed. 3 volumes. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. MOORE, K.L.; DALLEY II, A.F. Anatomia orientada para a clínica . 5.ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2007. 1101 p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
DANGELO, J.G.; FATTINI, C.A. Anatomia Humana Básica . Rio de Janeiro: Atheneu, 2011. DUGANI, E. Anatomia Clínica - Integrada com Exame Físico e Técnicas de Imagem . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. GARDNER, E. Anatomia . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. GRAY, H.; GOSS, C.M. Anatomia . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015. SPENCE, A.P. Anatomia Humana Básica . Barueri: Manole, 1991.

COMPONENTE: CITOLOGIA, HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	---
EMENTA: Noções fundamentais de citologia. Estudo dos tecidos: epitelial, conjuntivo, cartilaginoso, ósseo, sanguíneo, nervoso, muscular. Estudo da embriologia humana: processos de gametogênese e fecundação; períodos de desenvolvimento humano: pré-embriônico, embriônico e fetal; organização morfofuncional dos anexos embriônicos; estudos das malformações e agentes teratogênicos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
JUNQUEIRA, L.C.U.; CARNEIRO, J. Biologia celular e molecular . 9.ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2019. JUNQUEIRA, L.C.U.; CARNEIRO, J. Histologia Básica: Texto e Atlas . 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. SADLER, T.W. Langman-Embriologia Médica . 13.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
ALBERTS, B. et al. Biologia Molecular da Célula . 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017. MAIA, G.D. Embriologia Humana . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. MOORE, K.L.; PERSAUD, T. V. N. Embriologia clínica . 9.ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2013. ROSS, M. H.; PAWLINA, W. Histologia: texto e atlas . Em correlação com biologia celular e molecular. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. SOBOTTA, J. Atlas de histologia (citologia, histologia e anatomia microscópica) . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.		

COMPONENTE: BIOQUÍMICA		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB

Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	---
EMENTA:		
Estudo das propriedades da água, soluções-tampão e técnicas biofísicas de análise. Enzimas e outros marcadores de disfunção tecidual, bioenergética e metabolismo dos carboidratos, lipídios e aminoácidos. Síntese de DNA, RNA e proteínas. Equilíbrio ácido-base dos líquidos corporais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BAYNES, J. W; DOMINICZAK, M. H. Bioquímica médica . 4. ed. Elsevier: São Paulo, 2015. LEHNINGER, A. L. Princípios de Bioquímica . 6. ed. São Paulo: Sarvier, 2014. NELSON, D.L; COX, M.M. Princípios de bioquímica de Lehninger . 6. ed. São Paulo: Artmed, 2014.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
FERRIER, D.R. Bioquímica Ilustrada . Porto Alegre: Artmed Editora, 2018. HARVEY, R. A.; FERRIER, D. R. Bioquímica ilustrada . Porto Alegre: Artmed Editora, 2015. KAMOUN, P.; LAVOINNE, A.; VERNEUIL, H. Bioquímica e Biologia molecular . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. MOTTA, V. T. Bioquímica . 2. ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2011. TYMOCZKO, J. L.; BERG, J.M.; STRYER, L. Bioquímica Fundamental . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.		

COMPONENTE: BIOESTATÍSTICA		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---
EMENTA:		
Conceitos básicos em estatística. O papel e a importância da estatística na saúde. Estatística descritiva. Noções de probabilidade. Variáveis aleatórias: principais modelos probabilísticos discretos e contínuos. Inferência estatística: estimação e testes de hipóteses. Amostragem. Apresentação, leitura e interpretação de dados científicos na saúde.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
VIEIRA, Sônia. Introdução à bioestatística . 4.ed. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2008. BUSSAB, W.O.; MORETTIN, P.A. Estatística básica . 7.ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. PETRIE, A; SABIN, C. Estatística Médica . 2.ed. São Paulo: Roca, 2007. 164 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
FIELD, A. Descobrendo a estatística usando o SPSS . 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. JEKEL, JF. Epidemiologia, bioestatística e medicina preventiva . Porto Alegre: Artmed, 2005. MARTINEZ, E.Z. Bioestatística para os cursos de graduação na saúde . São Paulo: Blucher, 2015.		



SIQUEIRA, A.L.; TIBÚRCIO, J.D. **Estatística na área da saúde**: conceitos, metodologia, aplicações e prática computacional. Belo Horizonte: Coopmed, 2011.
 SILVANY NETO, A.M. **Bioestatística sem segredos** (ebook). Salvador: edição do autor, 2008.

2º PERÍODO

COMPONENTE: SOCIEDADE E SAÚDE		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---
<p>EMENTA: O homem como ser social, político, econômico, religioso, racional, de linguagem, biológico. Homem como ser para si, para o mundo e para os outros no pensamento ocidental. Antropologia da saúde e da doença. Conceitos sociológicos estruturantes da vida social. Representações socioculturais do corpo na saúde, na doença e na morte. Diversidade e desigualdades sociais. O hospital e a medicina social.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>HELMAN, C.G. Cultura, saúde e doença. 5.ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009. 431 p. SILVA, E.A. (Org.). Sociologia aplicada a enfermagem. São Paulo: Manole, 2012. LAPLANTINE, F. Aprender Antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2003.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BARBOSA, D. V.; SILVA, C. T.; SILVA, M. T. A. A importância da sociologia no curso de graduação em enfermagem: reflexões contemporâneas pertinentes. Revista Cocar, v. 15, n.32, p. 1-20, 2021. CHAUI, Marilena de Souza. Convite à filosofia. 14. ed. São Paulo, SP: Ática, 2010. 520 p. DEMO, P. Introdução à sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. São Paulo: Atlas, 2010. FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2007. GIDDENS, A. Sociologia. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. LAPLANTINE, F. Antropologia da doença. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.</p>		

COMPONENTE: FISIOLOGIA HUMANA		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.2.0	90h	Anatomia Humana; Cit., hist. e embrio.; Bioquímica
<p>EMENTA: Fisiologia dos órgãos e sistemas do corpo humano e sua homeostase: sistema nervoso, muscular, cardiovascular, hematopoiético, respiratório, renal, digestório, endócrino, urinário e genital. Estudo da interação de suas funções.</p>		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BERNE, R.M; LEVY, M.N. Fisiologia . 6.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 844 p. GUYTON, A.C.; HALL, J.E. (Colab.). Tratado de fisiologia médica . 12. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. TORTORA, G.J.; GRABOWSKI, S.R. (Colab.). Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia . 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
COSTANZO, L.S.; ARAUJO, C.L.C. (Trad.). Fisiologia . 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. DOUGLAS, C.R. Tratado de fisiologia: aplicada as ciências médicas . 6. ed. Guanabara Koogan, 2008. HANSEN, J.T. Atlas de fisiologia humana de Netter . Porto Alegre: Artmed, 2009. AIRES, M.M. Fisiologia . 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. WIDMAIER, E. P.; RAFF, H.; STRANG, K.T. (Colab.). Vander, Sherman & Luciano: fisiologia humana: os mecanismos das funções corporais . 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

COMPONENTE: MICROBIOLOGIA E IMUNOLOGIA		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	---
EMENTA: Estudo das bactérias, vírus e fungos causadores de doenças humanas quanto aos seus aspectos morfológicos, tintoriais, laboratoriais e de patogenicidade. Organização anatômica e funcional dos componentes do sistema imune e dos mecanismos celulares e moleculares que mediam a imunidade inata e a imunidade adquirida. Mecanismos imunológicos envolvidos na hipersensibilidade, autoimunidade, transplante e tumores. Reações entre antígenos e anticorpos. Vacinas e soros.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
LEVINSON, W.; JAWETZ, E. Microbiologia médica e imunologia . 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. MURRAY, P.R. <i>et al.</i> Microbiologia médica . 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020. TRABULSI, L.R. Microbiologia . 5. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2008.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
ABBAS, A.K.; LICHTMAN, A.H.; PILLAI, S. Imunologia celular e molecular . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015. BARBOSA, H.R.; GOMEZ, J.G.C.; TORRES, B.B. Microbiologia básica . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2018. MURPHY, K. Imunobiologia de Janeway . 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. LACAZ, C.S. Tratado de micologia médica Lacaz . São Paulo: Sarvier, 2009. TORTORA, G.J. <i>et al.</i> Microbiologia . 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.		

COMPONENTE: PARASITOLOGIA		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	---
EMENTA: Introdução ao estudo da parasitologia. Relação parasita-hospedeiro. Entomologia. Morfologia, biologia, epidemiologia, patogenia e diagnóstico de parasitas humanos. Reconhecimento de artrópodes, helmintos e protozoários. Técnicas de exames parasitológicos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
CARLI, G.A. Parasitologia clínica: seleção de métodos e técnicas de laboratório para o diagnóstico das parasitoses humanas. 2.ed. São Paulo, SP: Atheneu, 2011. CIMERMAM, B. Atlas de parasitologia - Artrópodes; Protozoários. 2 ed. São Paulo: Atheneu, 2012; NEVES, D.P. Parasitologia humana. 13. ed. São Paulo: Atheneu, 2016.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
CIMERMAN, B.; CIMERMAN, S. Parasitologia humana e seus fundamentos gerais. São Paulo: Atheneu, 2005. COURA, J.R.; PEREIRA, N.G. Fundamentos das doenças infecciosas e parasitárias. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019. NEVES, D.P.; BITTENCOURT NETO, J.B. Atlas didático de parasitologia. São Paulo: Atheneu, 2019. NEVES, D.P. Parasitologia Básica. São Paulo: Atheneu, 2019. SIQUEIRA-BATISTA, R. <i>et al.</i> Parasitologia: fundamentos e prática clínica. 1ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.		

COMPONENTE: EPIDEMIOLOGIA		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Bioestatística
EMENTA: Fundamentos teórico-conceituais da epidemiologia. Processo saúde-doença. Indicadores de saúde. Determinação da validade e confiabilidade de testes de diagnóstico e rastreamento. Metodologia Epidemiológica. Vigilância epidemiológica. Sistemas de Informação em Saúde.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
MEDRONHO, R.A. Epidemiologia. São Paulo: Atheneu, 2009. ALMEIDA FILHO, N.; ROUQUAYROL, M.Z. Introdução à epidemiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 4. ed. 2017. ROUQUAYROL, M.Z.; GURGEL, M. Epidemiologia e Saúde. 7. ed. Rio de Janeiro: MEDBOOK, 2013.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		

FLETCHER, G.S. **Epidemiologia clínica**: elementos essenciais. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2021.

GORDIS, L. **Epidemiologia**. 5. ed. Thieme Revinter Publicações LTDA, 2017.

ALMEIDA FILHO, N.; BARRETO, M.L. **Epidemiologia & Saúde**: fundamentos, métodos, aplicações. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

PEREIRA, M.G. **Epidemiologia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.

ROTHMAN, K.; GREENLAND, S.; LASH, T. **Epidemiologia Moderna**. 3. ed. Artmed Editora, 2016.

3º PERÍODO

COMPONENTE: PSICOLOGIA E SAÚDE		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	Sociedade e Saúde
<p>EMENTA: A ciência psicológica: conceito, amplitude, teorias e aplicação. Estudo das teorias do desenvolvimento e da aprendizagem humana, da estrutura da personalidade, dos mecanismos de defesa do ego, dos níveis de consciência e das funções psíquicas e a psicossomática. Relacionamento terapêutico e técnicas de comunicação e entrevista. Contribuições da psicologia para abordagem à saúde de indivíduos, família e comunidade.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>DAVIDOFF, L.L. Introdução à psicologia. 3. ed. - São Paulo: Pearson education do Brasil, 2006.</p> <p>LEITE, A. J.M.; CAPRARA, A.; FILHO, J.M.C. (Org.) Habilidades de comunicação com pacientes e família. São Paulo: Sarvier, 2007. 242 p.</p> <p>MELLO FILHO, J. Psicossomática hoje. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>BOCK, A.M.B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M.L.T. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 15. ed. São Paulo, SP: Saraiva Uni, 2018. 464 p.</p> <p>QUADROS, E.A. Psicologia e desenvolvimento humano. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 184 p.</p> <p>MINICUCCI, A. Relações humanas: psicologia das relações interpessoais. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>MOTTA, P.A. Genética humana aplicada a psicologia e toda a área biomédica. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.</p> <p>SCORSOLINI-COMIN, F. Psicologia aplicada à enfermagem. São Paulo: Vozes, 2022.</p> <p>ANGERAMI, V. A. <i>et al.</i> Psicologia hospitalar: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.</p>		

COMPONENTE: FARMACOLOGIA		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB



Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.2.0	90h	Fisiologia Humana
EMENTA:		
Introdução à farmacologia: farmacocinética e farmacodinâmica. Vias de administração dos fármacos. Mecanismos de ação dos fármacos em sistemas biológicos e os principais grupos de medicamentos, considerando as diferentes especialidades clínicas. Farmacologia dos sistemas: sistema nervoso autônomo simpático e parassimpático; sistema nervoso central; sistema cardiovascular e respiratório; sistema endócrino e gastrointestinal. Farmacologia da inflamação e antimicrobiana.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ASPERHEIM, M.K. Farmacologia para Enfermagem . São Paulo: Elsevier, 2008. BRUNTON, L.L (Org). As bases farmacológicas da terapêutica de Goodnam & Gilman . 12. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. RANG, H.P. <i>et al.</i> Rang & Dale – Farmacologia . 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
CLAYTON, B.D.; COOPER, B.D.; STOCK, Y.N. Farmacologia na prática de enfermagem . 15 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. GOLAN, D.E.; TASHJIAN JR, A.H.; ARMSTRONG, E.J.; ARMSTRONG, A.W. Princípios de farmacologia: a base fisiopatológica da farmacologia . 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. SILVA, P. Farmacologia . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. KATZUNG, B.G.; TREVOR, A.J. Farmacologia Básica & Clínica . 15 ed. Porto Alegre: Artmed, 2022. WHALEN, K.; FINKEL, R.; PANAVELIL, T.A. Farmacologia Ilustrada . 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.		

COMPONENTE: PATOLOGIA HUMANA		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Micro. e imunologia; Parasitologia
EMENTA:		
Estudo das alterações degenerativas, necroses, inflamações específicas e inespecíficas e dos processos reparativos. Distúrbios do metabolismo dos pigmentos e minerais. Perturbações circulatórias: edema, congestão, hemorragia, trombose, embolia, infarto e choque. Alterações do crescimento celular. Oncogênese e estudo de neoplasias benignas e malignas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
MONTENEGRO, M. R. <i>et al.</i> Patologia: processos gerais . 5. ed. São Paulo: Atheneu, 2010. BRASILEIRO FILHO, G. Bogliolo Patologia geral . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. KUMAR, V.; ABBAS, A.K.; ASTER, J.C. Robbins & Cotran Patologia: Bases patológicas das doenças . 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		



HAMMER, G.D.; MCPHEE, S.J. **Fisiopatologia da doença: uma introdução à medicina clínica**. 7 ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

KUMAR, V.; ABBAS, A.K; ASTER, J.C. **Robbins Patologia básica**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PARADISO. **Fisiopatologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

PORTH, C.M.; KUNERT, M. P. **Fisiopatologia**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

ROBBINS, S.L.; COTRAN, R. S.; KUMAR, V. **Patologia estrutural e funcional**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

COMPONENTE: SAÚDE COLETIVA I		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Sociedade e Saúde; Epidemiologia
EMENTA: Compreensão do processo saúde-doença-cuidado como construção histórica e social, resultante das condições sociais, econômicas, políticas e culturais das sociedades. Breve histórico das políticas públicas de saúde no Brasil. Sistema Único de Saúde (SUS): aspectos organizacionais, gerenciais e assistenciais. Modelos de atenção à saúde. Reconhecimento das condições e necessidades de saúde de uma população.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
CAMPOS, G.W.S.; BONFIM, J.R.A. et al. (orgs). Tratado de Saúde Coletiva . 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.		
GIOVANELLA, L. <i>et al.</i> Políticas e sistema de saúde no Brasil . Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012. 1097 p.		
PAIM, J. SUS: Sistema Único de Saúde: tudo o que você precisa saber . São Paulo, SP: Atheneu, 2019.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. A gestão do SUS . Brasília: CONASS, 2015. 133 p.		
CUBAS, M.R.; SANTOS, A.S. Saúde Coletiva-linhas de Cuidado e Consulta de Enfermagem . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.		
MENDES, E.V. Redes de atenção à saúde . Brasília: CONASS, 2011.		
SOUZA, M.C.M.R.; HORTA, N.C. Enfermagem em saúde coletiva: teoria e prática . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.		
TEIXEIRA, L.A.; PIMENTA, T.S.; ROCHMAN, G. História da Saúde no Brasil . São Paulo: Hucitec, 2018.		

COMPONENTE: METODOLOGIA CIENTÍFICA		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.0.0	30h	---

EMENTA: Os diferentes tipos de conhecimento. A universidade e a produção de conhecimento. Técnicas e modalidades de leitura, registro, produção e apresentação de trabalhos científicos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. Fundamentos de Metodologia científica . São Paulo, SP: Atlas, 2021. MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. Metodologia do Trabalho Científico . São Paulo, SP: Atlas, 2011. SEVERINO, A.J. Metodologia do trabalho científico . 24. ed. São Paulo: Cortez, 2018.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ANDRADE, M.M. Introdução à metodologia do trabalho científico : elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 158 p. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022. MATIAS-PEREIRA, J. Manual de metodologia da pesquisa científica . São Paulo: Atlas, 2019. SAMPIERI, R.H.; COLLADO, C.F.; LUCIO, M.P.B. Metodologia de Pesquisa . 5.ed. Porto Alegre: Penso, 2014. TEIXEIRA, E. As três metodologias : acadêmica, da ciência e da pesquisa. 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

4º PERÍODO

COMPONENTE: FUNDAMENTOS DE ENFERMAGEM		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
6.6.0	180h	Farmacologia
EMENTA: Conhecimentos, habilidades e atitudes fundamentais para a execução de procedimentos, técnicas e processos de cuidado frente às necessidades humanas: conforto e higiene, eliminação vesical e intestinal, oxigenação, hidratação, nutrição e alimentação, mobilidade. Terapêuticas medicamentosas, coleta de materiais e tratamento de feridas e lesões de pele. Hemoterapia. Medidas universais de biossegurança e controle de infecções. Aspectos gerais de segurança do paciente. Registros de enfermagem.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
HINKLE, J. L.; CHEEVER, K. H. BRUNNER & SUDDARTH - Tratado de enfermagem médico-cirúrgica . - 14.ed. - Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2020. TIMBY, B.K. Conceitos e habilidades fundamentais no atendimento de enfermagem . 8.ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2014. PERRY, A.G. et al. Fundamentos de enfermagem . 9. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2018.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		

DU GAS, B.W. **Enfermagem Prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
 IBIAPINA, A.R.S et al. **Roteiro teórico-prático de fundamentação básica em enfermagem I**. 1. ed. Belém: RFB Editora, 2022.
 NETTINA, S.M. **Prática de Enfermagem**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
 PERRY, A.G.; et al. **Fundamentos de Enfermagem**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.
 POTTER, P.A.; PERRY, A.G.; ELKIN, A.K. **Procedimentos e intervenções de Enfermagem**. 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.
 TAYLOR, C. **Fundamentos de enfermagem: a arte e a ciência do cuidado de enfermagem**. 9.ed. - Porto Alegre: Guanabara Koogan, 2018.

COMPONENTE: SEMIOLOGIA E SEMIOTÉCNICA DE ENFERMAGEM		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.4.0	120h	Patologia Humana; Farmacologia
EMENTA:		
Introdução ao raciocínio clínico (diagnóstico e terapêutico). Métodos propedêuticos, instrumentos e técnicas de anamnese e exame físico. Avaliação estrutural, fisiológica, funcional, nutricional, psicossocial e de desenvolvimento de indivíduos para a identificação de riscos à saúde e necessidades de atenção e cuidado. Desenvolvimento de competências e habilidades para avaliação da saúde de indivíduos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BARROS, A. L. B. L. Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022. JARVIS, C. Exame físico e avaliação de saúde para enfermagem . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. PORTO, C.C. Exame clínico . 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BICKLEY, L. S. Bates - Propedêutica Médica . 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. SILVA, C.R.L.; SILVA, R.C.L.; SANTIAGO, L.C. Semiologia em Enfermagem . São Paulo: Roca, 2011. TIMBY, B. K. Conceitos e habilidades fundamentais de enfermagem . 10 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. TANNURE, M.C; PINHEIRO, A.M. Semiologia: bases clínicas para o processo de enfermagem . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. SWARTZ, M.H. Tratado de Semiologia Médica: história e exame clínico . Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.		

COMPONENTE: METODOLOGIA DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	História da Enfermagem

EMENTA: Natureza científica da enfermagem. Legislação em enfermagem: Lei do exercício profissional, Código de Ética Profissional da Enfermagem e outras normativas. Teorias e modelos teóricos do processo de enfermagem. Sistematização da Assistência de Enfermagem. Processo de Enfermagem: coleta de dados, diagnósticos, planejamento, implementação e avaliação. Classificações de linguagem em enfermagem: NANDA, NIC, NOC, CIPE, CIPESC e outros. Registros de enfermagem. Desenvolvimento do pensamento crítico, reflexivo, raciocínio clínico e de habilidades cognitivas e perceptuais no processo de cuidar em enfermagem.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
MCEWEN, M.; WILLS. E.M. Bases Teóricas para Enfermagem . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016. 608p. OGUISSO, T.; O exercício da Enfermagem: uma abordagem ético-legal . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019. TANNURE, M.C.; PINHEIRO, A.M. SAE-Sistematização da Assistência de Enfermagem . 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ALFARO-LEFEVRE, R. Aplicação do processo de Enfermagem: uma ferramenta para o pensamento crítico . 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. BUTCHER, H. <i>et al.</i> Classificação das intervenções de enfermagem (NIC) . 7. ed. Porto Alegre: Elsevier, 2020. HORTA, W.A. Processo de enfermagem . São Paulo: Guanabara Koogan, 2011. MOORHEAD, S. <i>et al.</i> Classificação dos Resultados de Enfermagem (NOC): mensuração dos resultados em saúde . 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2020. NANDA Internacional. Diagnósticos de enfermagem da NANDA-I: definições e classificação 2021-2023 . 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2021.

5º PERÍODO

COMPONENTE: ÉTICA E BIOÉTICA		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.0.0	30h	---
EMENTA: Ética filosófica. A natureza da moralidade. Ética do cuidado. Bioética e seus princípios. Bioética no contexto do processo de cuidar do ser humano, família e comunidade. Ética na pesquisa científica. Dilemas éticos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BOFF, L. Ética e moral: a busca dos fundamentos . 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. OGUISSO, T. (Org.); ZOBOLI, E.L.C.P. (Colab.). Ética e bioética: desafios para a enfermagem e a saúde . 2. ed. Barueri (SP): Manole, 2017. JORGE FILHO, I. Bioética: fundamentos e reflexões . Rio de Janeiro: Atheneu, 2017.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		



BRASIL. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Resolução Nº 466**, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

SGANZERLA, A.; SCHRAMM, F. R. **Fundamentos da bioética**. Curitiba: CRV, 2016.

SÁ, A. L. **Ética profissional**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SAVATER, F. **Ética para amador**. Barcelona: Planeta, 2012.

PALÁCIOS, M. **Bioética, Saúde e Sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019

COMPONENTE: ENFERMAGEM EM SAÚDE MENTAL

Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.2.0	90h	Fund. de Enfermagem; Semio. e Semiotécnica; Met. da Ass. de Enferm.

EMENTA:

Fundamentos históricos e conceituais da psiquiatria e saúde mental. Principais situações clínicas, agravos e riscos à saúde mental. Enfermagem psiquiátrica: diagnósticos, tratamento, tecnologias e reabilitação psicossocial de pessoas em sofrimento psíquico e abuso de substâncias psicoativas. Diretrizes e estratégias de atuação na atenção psicossocial e saúde mental. Práticas de cuidado interprofissional na atenção, reabilitação, reinserção social e promoção da saúde mental de indivíduos e famílias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COSTA, N.R.; TUNDIS, S. **Cidadania e loucura**: políticas de saúde mental no Brasil. 8.ed. Petrópolis, RJ: Abrasco/Vozes, 2007.

BOTEGA, J.N. **Prática psiquiátrica no hospital geral**: interconsulta e emergência. 3.ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2012.

VIDEBECK, S.L. **Enfermagem em Saúde Mental e Psiquiatria**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMARANTE, P. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: SciELO-Editora FIOCRUZ, 2007.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

JAQUES, MG.; CODO, W. **Saúde mental e trabalho - leituras**. Petrópolis: Vozes: 2011.

TAYLOR, C.M. **Fundamentos de Enfermagem Psiquiátrica de Mereness**. 13.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

TOWNSEND, M.C. **Enfermagem Psiquiátrica**: conceitos de cuidados. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

COMPONENTE: ENFERMAGEM PERIOPERATÓRIA E PROCESSAMENTO DE PRODUTOS PARA A SAÚDE

Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):

4.4.0	120h	Fund. de Enfermagem; Semio. e semiotécnica; Met. da Ass. de Enferm.
EMENTA: Aspectos históricos e conceituais da prática cirúrgica. Estrutura física, recursos humanos, organização e funcionamento do Centro cirúrgico (CC), Sala de recuperação pós-anestésica (SRPA) e Central de Material e Esterilização (CME). Sistematização da Assistência de Enfermagem Perioperatória. Segurança do paciente no período perioperatório. Noções sobre instrumentação cirúrgica e anestesiologia. Controle da infecção em sítio cirúrgico. Princípios e métodos de processamento de produtos para a saúde.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
JORGE FILHO, I; ZILIOOTTO JUNIOR, A; ANDRADE, J.I. Cirurgia geral: pré e pós-operatório . 2ª ed. São Paulo: Atheneu, 2011. POSSARI, J.F. Centro Cirúrgico: planejamento, organização e gestão . 5. ed. São Paulo: Iátria, 2011. SMELTZER, S.C.; BARE, B.G. Brunner & Suddarth. Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgico . 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
ALEXANDER, M. H. M. Cuidados de Enfermagem ao Paciente Cirúrgico . Tradução Ivone Evangelista Cabral e Cláudio L. C. de Araújo. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. BRASIL. Protocolo para cirurgia segura . Brasília: Ministério da Saúde, 2013. MALAGUTTI, W.; BONFIM, I. M. Enfermagem em Centro Cirúrgico: atualidades e perspectivas no ambiente cirúrgico . São Paulo: Martinari, 2013. POSSARI, J.F. Centro de Material e Esterilização: planejamento, organização e gestão . 4. ed. São Paulo: Iátria, 2005. SOBECC. Associação Brasileira de Enfermeiros de Centro Cirúrgico, Recuperação Anestésica e Centro de Material e Esterilização. Diretrizes de Práticas em enfermagem perioperatória e processamento de produtos para a saúde . 8. ed. São Paulo: SOBECC, 2021.		

COMPONENTE: SAÚDE COLETIVA II		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Saúde Coletiva I
EMENTA: Atenção primária à saúde: princípios e diretrizes. Política Nacional de Atenção Básica e estratégia saúde da família. Estrutura e processo de trabalho na Estratégia Saúde da Família: princípios e operacionalização. Promoção da saúde e prevenção das condições e agravos à saúde. Educação em Saúde para a qualidade de vida. Imunização.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		



BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **A Atenção Primária e as Redes de Atenção à Saúde**. Brasília: CONASS, 2015.

CUBAS, M.R.; NÓBREGA, M.M.L. **Org. Atenção primária em saúde: diagnósticos, resultados e intervenções de enfermagem**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

SOUZA, M.C.M.R.; HORTA, N.C. **Enfermagem em saúde coletiva: teoria e prática**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BASTABLE, S.B. **O enfermeiro como educador: princípios de ensino-aprendizagem para a prática de enfermagem**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CAMPOS, G.W.S.; BONFIM, J.R.A. *et al.* (orgs). **Tratado de Saúde Coletiva**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

SANTOS, A.S. **Saúde coletiva: linhas de cuidado e consulta de enfermagem**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MENDES, E.V. **A construção social da atenção primária à saúde**. Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), 2015.

COMPONENTE: DIDÁTICA

Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---

EMENTA:

Concepções de educação: comportamentalista, humanista, cognitivista, transformadora e contextual. Fundamentos epistemológicos da didática. Didática e o processo ensino-aprendizagem. Planejamento didático: objetivos, conteúdos, metodologia, material e avaliação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CANDAUI, V.M.F. **A Didática em questão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LIBÂNEO, J.C. **Didática**. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BASTABLE, S.B. **O enfermeiro como educador: princípios de ensino-aprendizagem para a prática de enfermagem**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BORDENAVE, J.D.; PEREIRA, A.M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 33. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 41. ed. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

TALBERT, R. **Guia para utilização da aprendizagem invertida no ensino superior**. Penso Editora, 2019.

FILATRO, A.; BILESKI, S.M.C. **Produção de conteúdos educacionais**. São José dos Campos: Saraiva Uni, 2015.

6º PERÍODO

COMPONENTE: PROCESSO DE CUIDAR DA MULHER		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.4.0	120h	Fund. de Enfermagem; Semio. e Semiotécnica; Met. da Ass. de Enferm.; Saúde Coletiva II.
EMENTA: Atenção integral à saúde da mulher nos diversos contextos de cuidado. Principais situações clínicas, agravos e riscos à saúde das mulheres. Promoção da saúde sexual e reprodutiva. Enfermagem Obstétrica: atenção à mulher no ciclo gravídico-puerperal; complicações da gravidez, parto e puerpério; promoção do aleitamento materno; sistematização da assistência de enfermagem. Atenção às mulheres no climatério e em situações de vulnerabilidade e/ou violências.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
PASSOS, E.P. <i>et al.</i> Rotinas em Ginecologia . 7. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2017. REZENDE, J. Obstetrícia . 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. RICCI, S.S. Enfermagem Materno-Neonatal e Saúde da Mulher . 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres Brasília: Ministério da Saúde, 2016. BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST . Brasília: Ministério da Saúde, 2022. BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção ao pré-natal de baixo risco . Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012 BRASIL. Controle dos cânceres do colo do útero e da mama . 2. ed. Departamento de Atenção Básica – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. LOWDERMILK, D.L.; CASHION, K.; PERRY, S.E. Saúde da Mulher e Enfermagem Obstétrica – 10. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. PASSOS, E.P. Rotinas em Ginecologia . Porto Alegre: Artmed, 2017. MARTINS-COSTA, S.H. <i>et al.</i> Rotinas em Obstetrícia . 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.		

COMPONENTE: PROCESSO DE CUIDAR DA CRIANÇA		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.4.0	120h	Fund. de Enfermagem; Semio. e Semiotécnica;



		Met. da Ass. de Enferm.; Saúde Coletiva II.
EMENTA: Atenção integral à saúde da criança nos diversos contextos de cuidado. Processos de cuidar do recém-nascido em unidades neonatais. Semiologia pediátrica. Puericultura: aspectos do crescimento e desenvolvimento, alimentação e nutrição, saúde mental, imunização e promoção da saúde da criança. Principais situações clínicas, agravos e riscos à saúde das crianças. Sistematização da Assistência de Enfermagem à criança no ambiente hospitalar, ambulatorial e comunitário. Cuidado centrado na criança e na família.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
MARTINS, M. A. et al. Semiologia da Criança e do Adolescente . Rio de Janeiro: Medbook, 2010. SABATÉS, A. L. et al. Manual de exame físico para a prática da enfermagem em pediatria . São Paulo: Iátria, 2005. WONG, D. L. Enfermagem pediátrica: elementos essenciais à intervenção efetiva . Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
LEONE, C. R.; TRONCHIN, D. M. R.; TOMA, E. Assistência integrada ao recém-nascido de baixo risco . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2011. SOUZA, A. B. G. Enfermagem Neonatal: cuidado integral ao recém-nascido . São Paulo: Martinari, 2011. TAMEZ, R. N.; SILVA, M.J.P. Enfermagem na UTI neonatal: assistência ao recém-nascido de alto risco . 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. BEE, H.; BOYD, D. A criança em desenvolvimento . 12 ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. WRIGHT, L. M.; LEAHEY, M. Enfermeiras e família: guia para avaliação e intervenção na família . São Paulo: Roca, 2012.		

COMPONENTE: SAÚDE COLETIVA III		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60h	Saúde Coletiva II;
EMENTA: Vigilância em saúde: saberes, processos e práticas relacionados à vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental, alimentar e nutricional e vigilância à saúde do trabalhador. Análise de situação de saúde: doenças emergentes e reemergentes; emergências em saúde pública; condições e agravos de importância loco-regional.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância em Saúde . 5 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. CAMPOS, G.W.S.; BONFIM, J.R.A. et al. (orgs). Tratado de Saúde Coletiva . 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2017. ROUQUAYROL, M.Z.; GURGEL, M. Epidemiologia e Saúde . 7. ed. Rio de Janeiro: MEDBOOK, 2013.		



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BRASIL. Guia Política Nacional de Atenção Básica – Módulo 1: Integração Atenção Básica e Vigilância em Saúde [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de vigilância epidemiológica: emergência de saúde pública de importância nacional pela doença pelo coronavírus 2019 – covid-19 . Brasília: Ministério da Saúde, 2022.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Saúde Brasil 2020/2021: uma análise da situação de saúde e da qualidade da informação [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Situação alimentar e nutricional de crianças na Atenção Primária à Saúde no Brasil [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.
FERREIRA, M.C.; PAULA, A.; ZUBEN, B.V. Vigilância em saúde nos municípios 1 . ed.[livro eletrônico]. Campinas: IPADS, 2020.

7º PERÍODO

COMPONENTE: PROCESSO DE CUIDAR DO ADULTO I		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.4.0	120h	Fund. de Enfermagem; Semio. e Semiotécnica; Met. da Ass. de Enferm.; Saúde Coletiva II.
EMENTA: Atenção à saúde do adulto no contexto da atenção primária. Situações clínicas, agravos e riscos mais comuns no adulto. Saúde do Trabalhador. Sistematização da Assistência de Enfermagem e desenvolvimento de habilidades relacionadas à promoção da saúde do adulto.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
LUNA, R.L.; SABRA, A. Medicina de família: saúde do adulto e do idoso . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.		
SOUZA, M.C.M.R.; HORTA, N.C. Enfermagem em saúde coletiva: teoria e prática . 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2018.		
DUNCAN, B.B. Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências . 4. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2013.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica . Brasília: Ministério da Saúde, 2013.		
BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus . Brasília: Ministério da Saúde, 2013.		
BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: obesidade . Brasília: Ministério da Saúde, 2014.		
BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: o cuidado da pessoa tabagista . Brasília: Ministério da Saúde, 2015.		

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégias de Saúde Cardiovascular na Atenção Primária à Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de vigilância à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

COMPONENTE: PROCESSO DE CUIDAR DO ADOLESCENTE		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Fund. de Enfermagem; Semio. e Semiotécnica; Met. da Ass. de Enferm.; Saúde Coletiva II.
EMENTA:		
Atenção integral à saúde dos adolescentes e jovens nos diversos contextos de cuidado. Semiologia do adolescente. Principais situações clínicas, patologias e agravos em adolescente. Sistematização da Assistência de Enfermagem ao adolescente na atenção e recuperação da saúde dos adolescentes. Desenvolvimento de habilidades na prevenção de doenças e agravos e na promoção da saúde dos adolescentes e jovens.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde . Brasília: Ministério da Saúde, 2010.		
LEAL, M.M.; SAITO, M.I.; SILVA, L.E.V. Adolescência: prevenção e riscos . 3 ed. São Paulo: Atheneu, 2014.		
SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA (SBP). Manual de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência . 2.ed. Brasília: CFM, 2018. 327 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei: instrutivo para a implantação e implementação da PNAISARI . Brasília: Ministério da Saúde, 2021.		
BRASIL. Ministério da Saúde. Estatuto da criança e do adolescente . 3.ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2009.		
BORGES, A.L.V.; FUJIMORI, E. Enfermagem e a Saúde do Adolescente na Atenção Básica . São Paulo: Manole, 2009.		
HOCKENBERRY, M. J.; WILSON, D. Wong Fundamentos de Enfermagem Pediátrica . 10 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018. 1072p.		
PUCCINI, R.F. Semiologia da Criança e do Adolescente . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010		
SOUZA, M.C.M.R.; HORTA, N.C. Enfermagem em saúde coletiva: teoria e prática . 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2018.		

COMPONENTE: ENFERMAGEM NAS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.

	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.2.0	90h	Fund. de Enfermagem; Semio. e Semiotécnica; Met. da Ass. de Enferm.
EMENTA: Organização e funcionamento da Rede de Atenção às Urgências e Emergências. Acolhimento com classificação e estratificação de risco nos serviços de saúde. Atendimento pré e intra-hospitalar aos eventos traumatológicos e às urgências e emergências clínicas, cirúrgicas, obstétricas, psiquiátricas, neurológicas, cardiológicas e intoxicações exógenas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
CALIL, A.M.; PARANHOS, W.Y. O enfermeiro e as situações de emergência . São Paulo: Atheneu, 2010. PIRES, M.T.B.; STARLING, S.V. Erazo: manual de urgências em pronto-socorro . 11.ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2017. NAEMT. National Association of Emergency Medical Technicians. Atendimento pré-hospitalar ao traumatizado (PHTLS: prehospital trauma life support) . 9.ed. Burlington, MA: Jones & Bartlett Learning, 2021.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
FONTENELE JUNIOR, K. Urgência e emergência em enfermagem . Goiânia, Editora AB, 2004. KNOBEL, Elias (org.). Condutas no paciente grave . 3. ed. São Paulo, SP: Atheneu, 2007. NAEMT. National Association of Emergency Medical Technicians. Atendimento Pré-hospitalar às Emergências Clínicas: Advanced Medical Life Support . Porto Alegre: Artmed, 2022. SANTOS, N.C.M. Urgência e emergência para a enfermagem: do atendimento pré-hospitalar APH à sala de emergência . 6. ed. São Paulo, SP: Iatria, 2010. 224 p. VIANA, R.A.P.P.; WHITAKER, I.Y. (Orgs.) Enfermagem em terapia intensiva: práticas e vivências . Porto Alegre: Artmed, 2011.		

8º PERÍODO

COMPONENTE: PROCESSO DE CUIDAR DA SAÚDE DO ADULTO II		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.4.0	120	Proc. cuidar do adulto I; Enfermagem perioperatória; Enferm. Urg e emerg.
EMENTA: Atenção à saúde do adulto no contexto ambulatorial e hospitalar. Principais situações clínicas, patologias e agravos em adultos: distúrbios respiratórios, cardiovasculares, hematológicos, gastrointestinais, renais, neurológicos. Protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas. Sistematização da Assistência de Enfermagem em situações clínicas nas unidades ambulatoriais especializadas e hospitalares.		



BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>BARBOSA, Dulce et al. Enfermagem baseada em evidências. São Paulo: Atheneu, 2014.</p> <p>SMELTZER, S.C.; BARE, B.G. Brunner e Suddarth: tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 14.ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2020.</p> <p>VIANA, R.A.P.P.; WHITAKER, I.Y. Enfermagem em Terapia Intensiva - práticas e vivências. Porto Alegre: Artmed, 2011.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolos e diretrizes terapêuticas. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.</p> <p>CINTRA, E.A. Assistência de enfermagem ao paciente gravemente enfermo. 2 ed. São Paulo: Atheneu, 2003.</p> <p>KNOBEL, E. (org.). Condutas no paciente grave. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2007.</p> <p>LEWIS, S.L. <i>et al.</i> Tratado de enfermagem médico-cirúrgica: avaliação e assistência dos problemas clínicos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.</p> <p>JEVON, P; EWENS, B. Monitoramento do paciente crítico: Habilidades Fundamentais para Enfermagem. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 312 p.</p>

COMPONENTE: PROCESSO DE CUIDAR DO IDOSO		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	Fund. de Enfermagem; Semio. e semiotécnica; Met. da Ass. de Enferm.; Saúde Coletiva II
EMENTA:		
<p>Atenção integral à saúde do idoso nos diversos contextos de cuidado. Processo de envelhecimento humano: aspectos biológicos, demográficos e epidemiológicos. Teorias do envelhecimento. Alterações biofuncionais do envelhecimento humano. Principais situações clínicas, agravos e riscos à saúde dos idosos. Sistematização da Assistência de Enfermagem ao idoso no ambiente domiciliar, hospitalar, ambulatorial e comunitário. Ações coletivas de promoção do envelhecimento saudável.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>FREITAS, E.V. <i>et al.</i> Tratado de Geriatria e Gerontologia. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.</p> <p>SILVA, J.V. Saúde do idoso e a enfermagem: processo de envelhecimento sob múltiplos aspectos. São Paulo: Íatria, 2009.</p> <p>GONÇALVES, L.H.T.; TOURINHO, F.S.V. Enfermagem no cuidado ao idoso especializado. Barueri: Manole, 2012.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>FORMIGA, J.V. <i>et al.</i> Atenção de enfermagem à saúde do idoso. João Pessoa: Ideia, 2013.</p> <p>ELIOPOULOS, C. Enfermagem Gerontológica. Porto Alegre: Artmed, 2019.</p> <p>GUIMARÃES, R.M.; CUNHA, U.G.V. Sinais e Sintomas em Geriatria. 3 ed. São Paulo: Atheneu, 2017.</p>		

CHAIMOWICZ, F. **Saúde do idoso** [ebook]. Belo Horizonte: Nescon UFMG, 2013.
SMELTZER, S.C.; BARE, B.G. **Brunner & Suddarth. Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

COMPONENTE: GERENCIAMENTO EM ENFERMAGEM E SAÚDE		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.2.0	90	---
EMENTA:		
Fundamentos teórico-filosóficos da administração e sua aplicação na organização da enfermagem e saúde. A gestão da saúde no contexto público e privado. O planejamento, a organização, a liderança e a avaliação em saúde. Gestão de sistemas e de organizações e gerência de unidades de saúde e serviços de enfermagem nos diferentes níveis de complexidade. Gestão de recursos e do processo de trabalho em enfermagem e saúde. Competências gerenciais. Modelos e processos gerenciais em enfermagem e saúde. Práticas inovadoras em gerência de enfermagem.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da administração . 8 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.		
MARQUIS, B.; HUSTON, C. J. Administração e liderança em enfermagem . 8 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2015.		
KURCGANT, P. et al. Gerenciamento em enfermagem . 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BOHOMOL, E.; GIUNTA, L. Gerenciamento em serviços de saúde e enfermagem . Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022.		
BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. A gestão do SUS . Brasília: CONASS, 2015.		
VECINA NETO, G.; MALIK, A.M. (Org). Gestão em saúde . 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.		
SANTOS, S.R. Administração aplicada à enfermagem . 3. ed. João Pessoa: Ideia, 2007.		
DAMÁZIO, L.F.; GONÇALVES, C.A. Desafios da gestão estratégica em serviços de saúde: caminhos e perspectivas . Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.		

COMPONENTE: SAÚDE, AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
3.1.0	60	---
EMENTA:		
Relações entre saúde humana e ambiental num contexto sanitário, político, econômico e cultural. Controle sanitário dos resíduos sólidos e da contaminação ambiental nos meios urbano e rural. A poluição do solo, ar e água e suas relações com a saúde das populações.		

Gerenciamento de resíduos em serviços de saúde. Vigilância e controle de zoonoses. Problemas emergentes de saúde ambiental. Desenvolvimento sustentável e saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PHILIPPI JR, A. **Saneamento, saúde e ambiente**: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. 2.ed. Barueri, SP: Manole, 2005.

DIAS, G.F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2013.

GALVÃO, L.A.C.; FINKELMAN, J.H.S. **Determinantes ambientais e sociais da saúde**. Washigton, DC: OPAS: 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVES, A.F. **Saúde ambiental em debate**. João Pessoa: Editora IFPB, 2021. BRASIL, Ministério da Saúde. REFORSUS. **Saúde Ambiental e Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução nº 222, de 28 de março de 2018**. Brasília, 2018.

DIAS, R. **Gestão Ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2019.

OPAS. **Desenvolvimento Sustentável e Saúde**: tendências dos indicadores e desigualdades no Brasil. Brasília, DF: OPAS, 2014.

SOUZA, C.N.M *et al.* **Saneamento: promoção da saúde, qualidade de vida e sustentabilidade ambiental**. Rio de janeiro: SciELO-Editora FIOCRUZ, 2015.

COMPONENTE: METODOLOGIA DA PESQUISA EM SAÚDE

Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.0.0	30	---

EMENTA:

Relação da pesquisa com produção do conhecimento científico. Importância da pesquisa no desenvolvimento da enfermagem e saúde. Metodologia do estudo. Abordagens teórico-metodológicas que direcionam a pesquisa em saúde. Aspectos éticos e legais da pesquisa com seres humanos. ABNT. Noções de pesquisa de artigos científicos em banco de periódicos indexados. Ferramentas para escrita científica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

POLIT, D.F. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem**: Avaliação de evidências para a prática da enfermagem. 7 ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DYNIWICZ, Ana Maria. **Metodologia da pesquisa em saúde para iniciantes**. 3.ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2014. 246 p.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do Conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 11ed. São Paulo: Hucitec, 2011

VOLPATO, G.L. **Guia prático para redação científica**. Botucatu: Best Writing, 2015.

ROTHMAN, K.; GREENLAND, S. **Epidemiologia moderna**. 3. ed. Porto Alegre. Artmed, 2011.

9º PERÍODO

COMPONENTE: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Atividade	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.2.0	30	Metodologia da Pesquisa
EMENTA: Elaboração de um projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, dentro das normas do Regulamento, sob orientação técnica de um professor/orientador.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017. POLIT, D.F.; BECK, C.T. Fundamentos de pesquisa em enfermagem: avaliação de evidências para a prática da enfermagem. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 466/12 (dispõe sobre pesquisas envolvendo seres humanos). Brasília, 2012.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>DYNIWICZ, Ana Maria. Metodologia da pesquisa em saúde para iniciantes. 3.ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2014. LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. Metodologia do trabalho científico. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011. MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. Técnicas de pesquisa. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011. MATIAS PEREIRA, J. Manual de metodologia da pesquisa científica. São Paulo: Atlas, 2019. MINAYO, M.C.S.; DESLANDES, S.F. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.</p>		

COMPONENTE: ESTÁGIO CURRICULAR I		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
CHN0538	Atividade	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.0.28	420	Todas as disciplinas até o 8º semestre
EMENTA: Planejamento, execução e avaliação de atividades de enfermagem na atenção primária à saúde, envolvendo as dimensões do cuidado (atenção, promoção, recuperação e prevenção), gerência e educação em enfermagem e saúde nos processos e fases do viver humano. Aprimoramento de conhecimentos, habilidades e atitudes a partir da vivência em cenários de prática do SUS.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
Bibliografias básicas utilizadas no Curso de Enfermagem do CSHNB/Picos-PI.		



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Bibliografias complementares utilizadas no Curso de Enfermagem do CSHNB/Picos-PI.

10º PERÍODO

COMPONENTE: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Atividade	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.2.0	30h	Trabalho de Conclusão de Curso I
EMENTA:		
Elaboração de uma monografia, dentro das normas do Regulamento, sob orientação técnica de um professor/orientador.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 466/12 (dispõe sobre pesquisas envolvendo seres humanos). Brasília, 2012.		
GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017.		
POLIT, D. F.; BECK, C. T. Fundamentos de pesquisa em enfermagem: avaliação de evidências para a prática da enfermagem . 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
DYNIEWICZ, Ana Maria. Metodologia da pesquisa em saúde para iniciantes . 3.ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2014.		
LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. Metodologia do trabalho científico . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		
MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. Técnicas de pesquisa . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		
MATIAS PEREIRA, J. Manual de metodologia da pesquisa científica . São Paulo: Atlas, 2019.		
MINAYO, M.C.S.; DESLANDES, S.F. Pesquisa social: teoria, método e criatividade . 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.		

COMPONENTE: ESTÁGIO CURRICULAR II		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
CHN0539	Atividade	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
0.0.28	420	Estágio Curricular I
EMENTA:		
Planejamento, execução e avaliação de atividades de enfermagem no contexto hospitalar e ambulatorial especializado, envolvendo as dimensões do cuidado (atenção, promoção, recuperação e prevenção), gerência e educação em enfermagem e saúde nos processos e fases do viver humano. Aprimoramento de conhecimentos, habilidades clínicas, raciocínio crítico e atitudes a partir do acompanhamento do processo de trabalho do(a) enfermeiro(a) nos serviços de saúde.		



BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
Bibliografias básicas utilizadas no Curso de Enfermagem do CSHNB/Picos-PI.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
Bibliografias complementares utilizadas no Curso de Enfermagem do CSHNB/Picos-PI.

6.2 DISCIPLINAS OPTATIVAS

COMPONENTE: GENÉTICA HUMANA		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	---
EMENTA:		
Introdução à genética; estrutura e funcionamento da molécula de DNA; estrutura e funcionamento do cromossomo; divisões celulares; mutações gênicas e cromossômicas; bases da hereditariedade; extensões e modificações dos princípios da hereditariedade; segregações; ligações gênicas; interação gênica; herança extranuclear; herança ligada ao sexo; herança quantitativa; genética do câncer.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
GRIFFITHS, A.J.F.; GELBART, W.M.; MILER, J.H.; LEWONTIN, R.C. Introdução à Genética . 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. PIERCE, B.A. Genética: um enfoque conceitual . 3.ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2013. NUSSBAUM, R.L.; WILLARD, H.F.; MCINNES, R.R. Thompson & Thompson Genética médica . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
FARAH, S.B. DNA segredos e mistérios . 2. ed. São Paulo: Sarvier, 2007. DE ROBERTIS, E.; HIB, J. De Robertis: bases da biologia celular e molecular . 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. JORDE, L.B.; CAREY, J.C.; BAMSHAD, M.J. Genética Médica . 4. ed. Elsevier, 2010 MALUF, S.W. Citogenética humana . Porto Alegre: Artmed, 2011. PASTERNAK, J. J. Uma Introdução à Genética Molecular Humana: Mecanismos das Doenças Hereditárias . 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2007.		

COMPONENTE: ENFERMAGEM DE FAMÍLIA		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	---

<p>EMENTA: Enfermagem familiar sistêmica: fundamentos e conceitos. Avaliação do sistema familiar: estrutura, estágios de desenvolvimento e funcionamento. Intervenção familiar: comunicação circular, papéis familiares, crenças, alianças e perguntas terapêuticas. Desenvolvimento de habilidades para abordagem familiar. Assistência à saúde centrada na família.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>WRIGHT, L.M.; LEAHEY, M. Enfermeiras e Famílias: Um Guia para Avaliação e Intervenção na Família. 5. ed. São Paulo: Roca, 2012.</p> <p>RAKEL, R.E.; RAKEL, D.P. Textbook of family medicine. 9.ed. Philadelphia, PA: Saunders Elsevier, 2016. 1200p.</p> <p>OHARA, E.C.C.; SAITO, R.X.S. Saúde da família: considerações teóricas e aplicabilidade. São Paulo: Martinari, 2008.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p> <p>ARGIMON, I. L. et al. Avaliação e Intervenção no Ciclo Vital: da Promoção de Saúde à Prática Clínica. São Paulo: Hogrefe, 2019.</p> <p>AUN, J.C.; VASCONCELLOS, M.J.E.; COELHO, S.V. Atendimento Sistêmico de Famílias e Redes Sociais: fundamentos teóricos e epistemológicos. v.1. Belo Horizonte: Ophicina de Arte & Prosa, 2005.</p> <p>DOHMS, M; GUSSO, G. Comunicação Clínica: Aperfeiçoando os Encontros em Saúde. Porto Alegre: Artmed, 2020.</p> <p>GUALDA, D.M.R.; BERGAMASCO, R.B. Enfermagem, Cultura e o processo Saúde-Doença. São Paulo: Ícone, 2004.</p>

COMPONENTE: AUDITORIA EM ENFERMAGEM		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
CHN0550	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	---
<p>EMENTA: Fundamentos, princípios e aspectos legais da auditoria na saúde. Auditoria de custos e dos cuidados. Documentação, registros e anotações das ações de enfermagem. Acreditação de serviços de saúde. Qualidade da assistência de enfermagem. Auditoria hospitalar e na atenção básica à saúde. Auditoria do SUS e auditoria nas operadoras de planos de saúde. Instrumentos e ferramentas do enfermeiro auditor.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Sistema Nacional de Auditoria. Departamento Nacional de Auditoria do SUS. Auditoria do SUS: orientações básicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.</p> <p>BRASIL. Princípios, diretrizes e regras da auditoria do SUS no âmbito do Ministério da Saúde [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.</p> <p>MORAIS, M.V.; BURMESTER, H. Auditoria em saúde. São Paulo: Saraiva Uni, 2014.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
ASSUMPÇÃO, L.F.J. Manual Prático do Auditor. 2. ed. Curitiba: editora Juruá, 2022.		

BRASIL. **Auditoria do SUS no contexto do SNA: qualificação do relatório de auditoria.** Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

GALANTE, A.C. **Auditoria hospitalar do serviço de enfermagem.** 2. ed. Goiânia: AB editora, 2008.

MEIRA, S.R.C.; OLIVEIRA, A.S.B.; SANTOS, C.O.A contribuição da auditoria para a qualidade da gestão dos serviços de saúde. **Brazilian Journal of Business**, v. 3, n. 1, p. 1021-1033, 2021.

PIRES, R. P.; PIRES, J. T. **Acreditações, certificações e auditoria da qualidade em saúde.** Editora Senac São Paulo, 2021.

COMPONENTE: ENFERMAGEM EM ESTOMATERAPIA		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
CHN0547	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	---
EMENTA: Assistência de enfermagem a pacientes com estomias, feridas e incontinência. desenvolvimento de habilidades no cuidado às estomias, fistulas, tubos, cateteres, drenos, feridas agudas e crônicas e incontinências anal e urinária, nos seus aspectos preventivos, terapêuticos e de reabilitação, visando a melhoria da qualidade de vida.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BRASIL. Guia de atenção à saúde da pessoa com estomia – Brasília : Ministério da Saúde, 2021.		
SILVA, R.C.L. <i>et al.</i> Feridas: fundamentos e atualizações em enfermagem. 2. ed. São Caetano do Sul - SP: Yendis, 2007.		
JORGE, S.A.; DANTAS, S.R.P.E. Abordagem multiprofissional do tratamento de feridas. São Paulo: Atheneu, 2005.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
GEOVANINI, T. Tratado de feridas e curativos. 2. ed. São Paulo: Editora Rideel Ltda, 2022.		
SOUSA, M.S.C. Feridas e curativos. 1. ed. Salvador: Editora Sanar, 2020.		
ARAÚJO, S. E. A. Disfunções do Assoalho Pélvico - Abordagem multiprofissional e multiespecialidades. 1.ed. Atheneu, 2018.		
SOBEST. Consenso Brasileiro de Cuidado às Pessoas Adultas com Estomias de Eliminação. 1. ed. São Paulo: Segmento Farma Editores, 2021.		
CAMPOS, M.G.C.A. <i>et al.</i> Feridas complexas e estomias: aspectos preventivos e manejo clínico. [Ebook] João Pessoa: Ideia, 2016.		

COMPONENTE: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
CENF/CSHNB001	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---

EMENTA: Aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. A Língua de Sinais Brasileira - Libras: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audiovisuais. Desenvolvimento de expressão visual espacial.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Saberes e práticas da inclusão . Brasília: MEC/SEEP, 2005. CAPOVILLA, F.C.; RAPHAEL, W.D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe da língua de sinais brasileira . 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001. FFERRAZ, C.L.M. Dicionário de configurações das mãos em libras [livro digital]. Cruz das Almas(BA): UFRB, 2019.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ALMEIDA, E.G.C. Leitura e surdez : um estudo com adultos não oralizados. Rio de Janeiro: Revinter, 2000. GOES, M.C.R. Linguagem, surdez e educação . Campinas: Autores Associados, 1996. LACERDA, C.B.F.; GOES, M.C.R. (orgs.). Surdez: processos educativos e linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004. MOURA, M. C. O surdo : caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000. QUADROS, R.M.; KARNOPP, L.B.(col.). Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre: Revinter, 2000.

COMPONENTE: NUTRIÇÃO E DIETOTERAPIA		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
CHN0545	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	---
EMENTA: Introdução ao estudo da nutrição, evolução e conceitos básicos. Nutrientes: composição química, conceitos, objetivos e princípios da dietoterapia. Avaliação do estado nutricional do indivíduo. Dieta normal e suas modificações. Dietas hospitalares.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
MAHAN, L. K. Krause alimentos, nutrição & dietoterapia . 14. ed. São Paulo: Roca, 2018. OLIVEIRA, E.A.R <i>et al.</i> (Org). Nutrição em Saúde Coletiva : ações para a promoção da saúde. 1.ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2021. ROSS, C.A. <i>et al.</i> Nutrição moderna de Shils na saúde e na doença . 11.ed. Barueri, SP: Manole, 2016.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
ADORNE, E.F. Manual de dietas hospitalares . 2. Ed. São Paulo: Atheneu, 2021. BRASIL. Guia alimentar para a população brasileira : promovendo a alimentação saudável. 2. ed., Brasília: Ministério da Saúde, 2014.		



BRASIL. **Guia alimentar para crianças menores de dois anos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

DOVERA, T.M.D.S. **Nutrição aplicada ao curso de enfermagem**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

ESCOTT-STUMP, S. **Nutrição relacionada ao diagnóstico e tratamento**. 5.ed. Barueri, SP: Manole, 2011.

COMPONENTE: PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	---
EMENTA:		
Estudo das práticas terapêuticas tradicionais, alternativas, complementares e integrativas em saúde. A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS. Plantas Medicinais e Fitoterapia. Medicina Tradicional Chinesa. Homeopatia. Termalismo – Crenoterapia. Medicina Antroposófica. Reiki. Terapia Floral. Ayurveda. Interprofissionalidade no uso de práticas integrativas e complementares.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Práticas integrativas e complementares: plantas medicinais e fitoterapia na Atenção Básica . Brasília: Ministério da Saúde, 2012.		
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual de implantação de serviços de práticas integrativas e complementares no SUS . Brasília: Ministério da Saúde, 2018.		
MACHADO, K. <i>et al.</i> Trajetórias das práticas integrativas e complementares no SUS - Volume I . [Livro digital] Rio de Janeiro: IdeiaSUS/Fiocruz, 2021.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. Glossário temático: práticas integrativas e complementares em saúde . Brasília: Ministério da Saúde, 2018.		
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso . Brasília: Ministério da Saúde, 2013.		
BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Farmacopeia Homeopática Brasileira . 3. ed. Brasília: Anvisa, 2011.		
BRASIL. Práticas integrativas e complementares: plantas medicinais e fitoterapia na Atenção Básica . Brasília: Ministério da Saúde, 2012.		
SESA-ES. Secretaria de Saúde do Espírito Santo. Manual de práticas integrativas e complementares no SUS . [Livro eletrônico] Vitória-ES: SESAES, 2013.		

COMPONENTE: SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	---

EMENTA:

Introdução à saúde sexual e reprodutiva. Paternidade responsável. Saúde no âmbito dos direitos reprodutivos. Tecnologias para contracepção e infertilidade. Saúde sexual e relações de gênero. Promoção da saúde sexual e reprodutiva do ser humano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Direitos Sexuais e Reprodutivos: uma prioridade do governo.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde sexual e saúde reprodutiva.** Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

UNESCO. **Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem.** Brasília: UNESCO, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para atenção integral às pessoas com infecções sexualmente transmissíveis (IST).** Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

BRASIL. **Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva: os homens como sujeitos de cuidado.** Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. **Cuidando de Adolescentes: orientações básicas para a saúde sexual e a saúde reprodutiva.** Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

CATONNÉ, J.P. **A sexualidade ontem e hoje.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

GIUGLIANI, C. *et al.* **Violência Sexual e Direito ao Aborto Legal no Brasil: fatos e reflexões.** Editora Fiocruz, 2021.

COMPONENTE: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, GÊNERO E DIVERSIDADE

Cód.	Tipo	Unidade Resp.
CENF/CSHNB002	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
4.0.0	60h	---

EMENTA:

Educação e diversidade cultural. Direitos humanos. História e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Racismo, preconceito e discriminação racial e suas manifestações. Diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais. Diferenças de gênero e diversidade na sociedade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília-DF, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais.** Brasília: SECAD, 2006.

NARDI, H.C. SILVEIRA, R.S. **Diversidade sexual, relações de gênero e políticas públicas.** Porto Alegre: Editora Sulina, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BUTLER, J. **Desfazendo gênero**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
 FACCHINI, R.; FRANÇA, I.L. **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Editora da Unicamp, 2020.
 FERREIRA, A.J. **Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade: perspectivas contemporâneas** [Livro digital]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.
 FERNANDES, G.G.; OLIVEIRA, C. M. B.; GOMES, A. B. **Educação para as relações étnico-raciais**. Teresina: EDUFPI, 2011.
 RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

COMPONENTE: SAÚDE DO TRABALHADOR		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	---
EMENTA:		
Políticas públicas de atenção à saúde dos trabalhadores. Riscos, doenças ocupacionais e prevenção de acidentes de trabalho. Instrumentos de coleta de informações para a Vigilância em Saúde. Intervenções na atenção, promoção e recuperação da saúde do trabalhador.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BRASIL. Ministério da Saúde. A epidemiologia da saúde do trabalhador no Brasil [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. MENDES, R.(Org.). Patologia do trabalho . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2005. JACQUES, M.G. Saúde mental & trabalho . 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Assuntos Administrativos. Guia de orientações ergonômicas para o trabalho remoto [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. BRASIL. Ministério da Saúde - Norma Operacional em Saúde do Trabalhador do SUS . Portaria nº. 3.908, de 30 de outubro de 1998. Brasília, 1998. BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde do trabalhador e da trabalhadora . Cadernos de atenção básica, n. 41[recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. BRASIL. Ministério da Saúde - Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora . Brasília: Ministério da Saúde, 2012. FREITAS, Guilherme Barroso Langoni de. Saúde do Trabalhador - Políticas, Intervenções e Pesquisa . Irati: Pasteur, 2021.		

COMPONENTE: ENFERMAGEM EM NEFROLOGIA		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	---

EMENTA: Princípios anatomofisiológicos da função renal. Doenças Renais. Fundamentação técnica e científica dos métodos dialíticos (hemodiálise; diálise peritoneal). Sistematização da Assistência de Enfermagem ao paciente submetido às Terapias Renais Substitutivas (hemodiálise; diálise peritoneal; ultrafiltração; transplante renal).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 11 de 13 de maio de 2014. Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Diálise e dá outras providências. BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes Clínicas para o Cuidado ao paciente com Doença Renal Crônica – DRC no Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. HINKLE, J. L.; CHEEVER, K. H. BRUNNER & SUDDARTH - Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 14.ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2020.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRASIL. Ministério da Saúde. Endocrinologia e nefrologia. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. (Protocolos de encaminhamento da atenção básica para a atenção especializada; v. 1) FERMI, M.R.V. Diálise para Enfermagem: guia prático. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2018. PEREIRA, W.A. Manual de Transplantes de Órgãos e Tecidos: Transplante Renal. 4. ed. Coopmed, 2011. RIELLA, M.C. Princípios de Nefrologia e distúrbios hidroeletrólíticos. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. VERONESE, F.V. <i>et al.</i> Nefrologia na prática clínica. 1. ed. São Paulo: Balieiro, 2019.

COMPONENTE: SEGURANÇA DO PACIENTE		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	---
EMENTA: Erro humano e sua interface com a prática dos cuidados à saúde humana. Histórico e taxonomia de Segurança do Paciente. A compreensão dos sistemas e o efeito da complexidade nos cuidados ao paciente. Aprender com os erros para evitar danos. Cultura de segurança. Estratégias para reduzir os erros e eventos adversos à saúde. O trabalho em equipe e o gerenciamento dos riscos clínicos e não-clínicos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: PAULO, S.; MENDES, W. (Org.). Segurança do paciente: conhecendo os riscos nas organizações de saúde. [Livro eletrônico] Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ENSP, 2019. PAULO, S.; MENDES, W. (Org.). Segurança do paciente: criando organizações de saúde seguras. [Livro eletrônico] Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019. WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Patient safety curriculum guide: multiprofessional edition [Internet]. Geneva: WHO, 2011.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 529** de 1º de abril de 2013. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente. Diário Oficial da União, Brasília: MS, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1377** de 09 de Julho de 2013. Aprova os Protocolos de Segurança do Paciente: Cirurgia Segura, Prática de Higiene das mãos e Úlcera por Pressão. Diário Oficial da União, Brasília: MS, 2013.b

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2095** de 24 de Setembro de 2013. Aprova os Protocolos de Segurança do Paciente: Prevenção de Quedas; o Protocolo de Identificação do Paciente e o Protocolo de Segurança na Prescrição e de Uso e Administração de Medicamentos. Diário Oficial da União, Brasília: MS, 2013.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Documento de Referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

COMPONENTE: ATENÇÃO INTEGRAL ÀS DOENÇAS PREVALENTES NA INFÂNCIA

Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	---

EMENTA:

Compreende a integração de atividades de avaliação, classificação, tratamento e encaminhamento de doenças consideradas prevalentes na infância, ressaltando-se a comunicação entre profissionais de saúde e familiares para o fortalecimento de sua participação nas ações de prevenção e promoção da saúde no apoio ao desenvolvimento da saúde da criança. Atenção voltada à criança menor de dois meses e à criança de dois meses a cinco anos, tendo como foco as doenças prevalentes nestas faixas etárias. Orientação às mães/acompanhantes na perspectiva de educação/promoção da saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual Aidpi Criança**: 2 meses a 5 anos [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde, Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Manual de quadros de procedimentos**: Aidpi Criança: 2 meses a 5 anos. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Manual AIDPI neonatal**. 5 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBOSA, E.A.; FUKUSATO, P.C.S. **Manual prático do desenvolvimento infantil**. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2020.

BEHRMAN, R.E.; KLIEGMAN, R. M.; JENSON, H.B. **Nelson: tratado de pediatria**. 17. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Manual AIDPI Neonatal**: quadro de procedimentos. 5 ed. 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRETAS, J.R.S. (Org.). **Manual de exame físico para a prática da enfermagem em pediatria**. São Paulo: Iátria, 2005.

MARCONDES, E. et al. **Pediatria básica**. 9. ed. São Paulo: Sarvier, 2004.

COMPONENTE: SAÚDE DO HOMEM		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	---
EMENTA:		
Saúde na concepção masculina. Principais patologias que acometem os homens no cenário brasileiro. Fundamentos político-assistenciais de atenção à saúde do homem em adoecimento crônico e agudo. Estratégias de promoção da saúde do homem.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde departamento de ações programáticas estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem . Brasília: MS, 2008.		
BRASIL. Ministério da Saúde. Perfil da Situação da Saúde do Homem no Brasil . Brasília: Ministério da Saúde, 2012.		
GOMES, R. Saúde do homem em debate . [Livro eletrônico]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BRASIL. Ministério da saúde. Guia de atividade física para a população brasileira: recomendações para gestores e profissionais de saúde . Brasília: Ministério da Saúde, 2021.		
BREWER, S. Saúde e alimentação: o homem moderno: o guia definitivo para os homens atingirem a saúde total . São Paulo: Manole, 1998.		
HERRMANN, A. <i>et al.</i> Guia de Saúde do Homem para Agente Comunitário de Saúde (ACS) . Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2016.		
HINKLE, J.L.; CHEEVER, K.H. BRUNNER & SUDDARTH - Tratado de enfermagem médico-cirúrgica . 14.ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2020.		

COMPONENTE: PRÁTICAS INTEGRADAS DE SAÚDE		
Cód.	Tipo	Unidade Resp.
	Disciplina	CENF/CSHNB
Créditos:	Carga Horária:	Pré-requisito(s):
2.2.0	60h	---
EMENTA:		
Conceitos e práticas multiprofissionais, interprofissionais e interdisciplinares de saúde em cenários de produção e gestão do cuidado no Sistema Único de Saúde(SUS). Competências profissionais para o trabalho em equipe. Processo de trabalho e construção de práticas de organização, gestão e cuidado em saúde incluindo processos decisórios e diferentes dispositivos de gestão da clínica ampliada frente ao contexto e necessidades identificadas nos diversos serviços de saúde.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		

FRANCO, T.B.; MERHY, E.E. **Trabalho, produção do cuidado e subjetividade em saúde: textos reunidos**. São Paulo: Hucitec, 2013.

MOSSER, G.; BEGUN, J.W. **Compreendendo o trabalho em equipe na saúde**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2015.

TOASSI, R.F.C. (organizadora). **Interprofissionalidade e formação na saúde: onde estamos?** 1.ed. [Livro digital] Porto Alegre: Rede UNIDA, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MERHY, E.E. *et al.* **Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: surpreendendo o instituído nas redes - vol. 1**. [Livro digital] Rio de Janeiro: Hexis, 2016.

MERHY, E.E. *et al.* O ato de cuidar: a alma dos serviços de saúde. **In.** BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **VER-SUS Brasil: cadernos de textos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

OLIVEIRA, G.N. **O projeto terapêutico e a mudança nos modos de produzir saúde**. São Paulo: Hucitec, p. 77-96, 2008.

PADILHA, R. Q. *et al.* Princípios para a gestão da clínica: conectando gestão, atenção à saúde e educação na saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 23, n. 12, p.4249-4257, 2018.

STEWART, M. *et al.* **Medicina centrada na pessoa: transformando o método clínico**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2017.



7 INFRAESTRUTURA

7.1 Laboratórios

Os laboratórios multidisciplinares do CSHNB/UFPI estão sob a Coordenação Geral de Laboratórios e, cada laboratório possui um coordenador específico da área como responsável pelo recinto.

A organização e funcionamento dos Laboratórios são normatizados pela Resolução CEPEX nº. 343/2022, que trata das Normas Gerais de Funcionamento dos Laboratórios Multidisciplinares de Ensino, Pesquisa e Extensão de Ciências da Natureza e Saúde/CSHNB.

As atividades do Curso de Graduação em Enfermagem utilizam os espaços abaixo descritos, além de outras estruturas laboratoriais de forma auxiliar.

Laboratórios de Habilidades em Saúde

Ambientes de ensino/aprendizagem destinados a atividades educacionais do Curso de Graduação em Enfermagem, especialmente destinado às práticas das disciplinas que o curso oferece. O espaço assemelha-se a ambientes de unidades de saúde e comporta materiais e equipamentos necessários ao treinamento de habilidades e aprimoramento de competências a partir de simulação básica, sendo um facilitador no aprendizado do aluno.

Os Laboratórios de Habilidades em Saúde possuem ampla área física e contam com um conjunto de equipamentos, utensílios e instrumentais apropriados para o ensino prático, além de móveis hospitalares, tais como: camas, macas, cadeira de rodas, monitor cardíaco, material cirúrgico, simuladores de peças anatômicas, kit planejamento familiar

As atividades práticas realizadas nos Laboratórios de Habilidades permitem ao estudante experimentar, testar, repetir, errar e, sobretudo, corrigir os erros, facilitando a compreensão das técnicas estudadas. São utilizados manequins para simulação de baixa fidelidade para o treinamento de procedimentos básicos, tais como: curativos, sondagens, banho no leito, administração de medicamentos, cuidados com recém-nascidos, reanimação cardiopulmonar, entre outras atividades afins.

Laboratório de Parasitologia

Ambiente destinado a realização de aulas práticas de Parasitologia e de Processos de Agressão, Defesa e Proteção, com visualização e identificação de protozoários, helmintos e artrópodes de importância em saúde humana, através de microscópios e lupas. Além disso,



são realizados diferentes testes de diagnóstico de parasitoses, como verminoses, protozooses intestinais e leishmaniose.

Laboratório de Pesquisa I

Espaço destinado a pesquisas aplicadas nas áreas de ciências biológicas e ciências da saúde, que atualmente recebe alunos de graduação e pós-graduação (mestrado e especialização) para pesquisas nos TCC e dissertações. Além da pesquisa, o laboratório recebe visitas de alunos e professores de escolas públicas.

Laboratórios de Anatomia Humana

Ambientes destinados às atividades de ensino, de pesquisa e de extensão na área de morfologia humana, onde são realizadas aulas práticas de Anatomia Sistemática, Topográfica e Clínica com discussão de casos clínicos durante as aulas dos cursos de Enfermagem, Nutrição, Ciências Biológicas e Medicina. As atividades de pesquisa e extensão são realizadas pelos coordenadores das Ligas Acadêmicas e projetos de extensão envolvendo universitários e alunos da rede pública de ensino desde o Ensino Fundamental até o Ensino Médio.

Conta com uma Sala de Tanques destinada ao armazenamento de peças e de cadáveres humanos, além da recepção e da fixação em formol de cadáveres e, também, no preparo e manutenção (osteotécnicas) de ossos para as aulas práticas. Além disso, as dissecações em cadáver humano são realizadas nesse recinto. Nesse recinto também são atendidos os alunos que participam das ações de extensão, visto que o cadáver fica exposto nessa sala durante as visitas.

Laboratório de Histologia

Espaço destinado a manipulação de microscópios para estudo de lâminas histológicas durante as aulas de graduação. Realiza esfregaço sanguíneo de voluntário para confecção de lâminas para estudos. Além disso, realiza atividades de pesquisa: são realizados cortes em micrótomo e demais preparações para a montagem de lâminas (sala de preparo).

Laboratório de Biofísica e Fisiologia

Ambiente destinado prioritariamente às aulas práticas a nível de Graduação, também pode comportar a Pós-Graduação. No laboratório são realizados experimentos reais e simulados da área de biofísica e fisiologia abordados em disciplinas dos cursos de graduação da área de saúde do CSHNB/UFPI.



Laboratório Multidisciplinar

Espaço dinâmico, com equipamentos e materiais que possibilitam a realização de aulas práticas de Citologia e Histologia, Bioquímica, Fisiologia, Parasitologia, Microbiologia, entre outros. Por ser um laboratório multidisciplinar, é possível desenvolver atividades que agucem e despertem a curiosidade e o interesse dos discentes por uma determinada área, estimulando-os a encontrar um dado problema, levantar hipóteses, observar, descobrir, analisar resultados, concluir e solucionar os experimentos, assim eles conseguem aliar as teorias vistas em sala de aula com as práticas em laboratório.

Laboratório de Simulação Avançada em Saúde

Ambiente destinado para o treinamento de habilidades específicas e simulações de alta fidelidade para diversos procedimentos e cenários. A estrutura simula ambientes e situações em unidades de terapia intensiva, enfermarias, salas de emergências e outros. Com simuladores e modelos anatômicos, o laboratório atende com qualidade às demandas curriculares dos cursos de Enfermagem e Medicina.

No espaço, existem um simulador de paciente real adulto interativo com respiração espontânea, monitor multiparâmetro de 21”, notebook e sistema de sangramento; e um simulador paciente real bebê de alta fidelidade interativo com respiração espontânea e respostas fisiológicas. Uma equipe de apoio com técnicos capacitados auxilia na montagem dos cenários e no uso dos equipamentos.

Logo, os métodos de simulação possibilitam um ambiente para a ampliação do ensino, a avaliação do conhecimento, o trabalho em equipe, a comunicação interprofissional, os processos de tomada de decisão, além do treinamento de habilidades técnicas.

7.2 Biblioteca

A Biblioteca Universitária atua na promoção do acesso à informação e dar suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da UFPI, contribuindo para o desenvolvimento cultural, econômico e social do estado do Piauí. No CSHNB, a Biblioteca Setorial recebeu o nome de Biblioteca José Albano de Macedo, em homenagem ao professor e historiador José Albano de Macedo, popularmente conhecido como “Ozildo Albano”, cidadão picoense que soube edificar um notável patrimônio cultural através de peças, documentos, livros e objetos.



O espaço físico da Biblioteca Setorial conta com 816,48m² e possui salão de estudos com 84 lugares, 6 salas de estudo em grupo com 24 lugares, cabines de estudo individual com 25 lugares. Possui como equipamentos: 3 computadores para pesquisa do acervo, 3 computadores para empréstimo/devolução/renovação, 3 computadores para processamento técnico e 2 impressoras.

O acervo geral da biblioteca possui aproximadamente 8 mil títulos, alcançando mais de 27 mil exemplares disponíveis para uso. O material bibliográfico é composto de livros, atlas, periódicos, enciclopédias, monografias, dissertações, teses, CDs e DVDs. Além do acesso aos títulos físicos, a Biblioteca Setorial oferece acesso aberto ao Portal de Periódicos CAPES e ao Portal do Sistema de Bibliotecas da UFPI (SIBi) através do SIGAA. Também são ofertados serviços de elaboração de fichas catalográficas, elaboração de folder informativo, livros e periódicos, repositórios de TCCs, manuais e bases de dados, treinamento de usuários, campanhas educativas, atualização das Redes Sociais (Facebook e Instagram); exposições de obras; flanelógrafo digital (TV), em atendimento presencial (balcão) ou assistência remota por telefone e e-mail.

O acervo possui 543 títulos na área de ciências da saúde, com aproximadamente 3 mil exemplares de materiais disponíveis para consulta. Os alunos de graduação podem realizar empréstimos de até 3 livros por 7 dias; os alunos de pós-graduação podem realizar empréstimos da mesma quantidade de livros por até 14 dias. Docentes e técnicos-administrativos podem realizar empréstimos de até 4 livros por 14 dias.

A Biblioteca Setorial possui funcionamento contínuo, de segunda à sexta-feira, de 8 às 21h, e aos sábados, de 8 às 12h. As normativas de acesso, organização e funcionamento da Biblioteca estão dispostas no Regimento Interno da Biblioteca José Albano de Macêdo. Maiores informações podem ser consultadas no website da biblioteca (www.ufpi.br/biblioteca-setorial-picos) e através dos canais de relacionamento.



8 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

8.1 Equivalências entre projetos pedagógicos (anterior e novo)

CURRÍCULO VIGENTE (n. 01) 2019			RECIP ROCID ADE	CURRÍCULO NOVO (n. 03) 2023			ABRANGÊNCIA
CÓD.	NOME	CH		COD.	NOME	CH	
CHN0504	Sem. de Introd. ao Curso	15	→ ←		Sem. de Introd. ao Curso	15	Específica
CHN0507	Anatomia geral	120	→ ←		Anatomia humana	120	Específica
CHN0506	Histologia e embriologia	60	→ ←		Citologia, histologia e embriologia	60	Específica
CHN0510	História da enfermagem	45	→ ←		História da Enfermagem	30	Específica
CHN0517	Bioquímica para enfermagem	90	→		Bioquímica	60	Específica
CHN0508	Tópicos em sociologia da saúde	45	→		Sociedade e Saúde	60	Específica
CHN0520	Fisiologia para enfermagem	105	→		Fisiologia Humana	90	Específica
CHN0505	Bioestatística	60	→		Bioestatística	60	Específica
CHN0521	Psicologia aplicada à enfermagem	45	→		Psicologia e saúde	60	Específica
CHN0541	Introdução à Pesquisa e Tec. da Comu. Em Saúde	75	→		Metodologia científica	30	Específica
CHN0511	Enfermagem na atenção primária	60	→ ←		Saúde coletiva I	60	Específica
CHN0513	Microbiol e Imunol. Básica	90	→		Microbiologia e Imunologia	60	Específica



CHN0512	Metodologia da assistência de enfermagem	45	→		Metodologia da assistência de enfermagem	60	Específica
CHN0518	Patologia e processos gerais	60	→ ←		Patologia humana	60	Específica
CHN0522	Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem	120	→ ←		Semiologia e Semiotécnica de enfermagem	120	Específica
CHN0515	Parasitologia Geral	60	→ ←		Parasitologia	60	Específica
CHN0523	Farmacologia para Enfermagem	105	→ ←		Farmacologia	90	Específica
CHN0528	Enferm. na atenção às enferm. infectocontagiosas e parasitárias	105	→		Saúde Coletiva III	60	Específica
CHN0527	Saúde Ambiental	45	→ ←		Saúde, ambiente e sustentabilidade	60	Específica
CHN0544	Didática aplicada à Enfermagem	60	→ ←		Didática	60	Específica
CHN0526	Enfermagem nas cirurgias e emergências	135	→ ←		Enfermagem perioperatória	120	Específica
CHN0524	Enfermagem em Saúde Mental	75	→ ←		Enfermagem em Saúde Mental	90	Específica
CHN0531	Saúde da mulher	165	→ ←		Processo de cuidar da Mulher	120	Específica
CHN0532	Saúde da criança e do adolescente	165	→		Processo de Cuidar da Criança	120	Específica
CHN0534	Administração em Enfermagem	150	→		Gerenciamento em Enfermagem e saúde	90	Específica
CHN0533	Saúde do adulto e do idoso I	135	→		Processo de cuidar do Adulto I	120	Específica
CHN0535	Saúde do adulto e do idoso II	135	→		Processo de cuidar do Adulto II	120	Específica



CHN0537	Seminário de Pesquisa I	45	→		Trabalho de Conclusão de Curso I	30	Específica
CHN0540	Seminário de Pesquisa II	45	→		Trabalho de Conclusão de Curso II	30	Específica
CHN0538	Estágio Curricular I	420	→ ←		Estágio Curricular I	420	Específica
CHN0539	Estágio Curricular II	420	→ ←		Estágio Curricular II	420	Específica



8.2 Vigência e migrações

Bloco	Currículo	Períodos					
		2024.1	2024.2	2025.1	2025.2	2026.1	2026.2
1º	Anterior	-	-	-	-	-	
	Novo	OFERTA	OFERTA	OFERTA	OFERTA	OFERTA	OFERTA
2º	Anterior	-	-	-	-	-	
	Novo	OFERTA Migração 1	OFERTA	OFERTA	OFERTA	OFERTA	OFERTA
3º	Anterior	-	-	-	-	-	
	Novo	OFERTA Migração 2	OFERTA	OFERTA	OFERTA	OFERTA	OFERTA
4º	Anterior	-	-	-	-	-	
	Novo	OFERTA Migração 3	OFERTA	OFERTA	OFERTA	OFERTA	OFERTA
5º	Anterior	-	-	-	-	-	
	Novo	OFERTA Migração 4	OFERTA	OFERTA	OFERTA	OFERTA	OFERTA
6º	Anterior	OFERTA	-	-	-	-	
	Novo	-	OFERTA	OFERTA	OFERTA	OFERTA	OFERTA
7º	Anterior	OFERTA	OFERTA	-	-	-	
	Novo	-	-	OFERTA	OFERTA	OFERTA	OFERTA
8º	Anterior	OFERTA	OFERTA	OFERTA	-	-	
	Novo	-	-	-	OFERTA	OFERTA	OFERTA
9º	Anterior	OFERTA	OFERTA	OFERTA	OFERTA	-	
	Novo	-	-	-	-	OFERTA	OFERTA
10º	Anterior	-	-	-	-	-	
	Novo	-	-	-	-	-	OFERTA

Período para migrações: 2024.1

Período de transição: 2024.1 a 2026.2



Implantação total do currículo novo: 2026.2

Migração 1:

Pendente: Bioquímica

Migração 2:

Pendente: Bioquímica

Migração 3:

Pendente: Farmacologia

Migração 4:

Pendente: Fundamentação Básica de Enfermagem II



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, N. **O que é saúde?** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2ª ed. 2018.
- ALVES, A. G. *et al.* Tecnologia de informação e comunicação no ensino de enfermagem. **Acta Paul Enferm.** v.33, n. eAPE20190138, p.1-8, 2020.
- ANASTASIOU, L.G.C; ALVES, L.P. (Orgs.). **Processos de ensinagem na universidade: Pressupostos para as estratégias de trabalho em aula.** 3. ed. Joinville: Univille, 2015.
- BAGNATO, M.H.S; RENOVARO, R.D; BASSINELLO, G.A.H. De Interdisciplinaridade e multirreferencialidade na educação superior em saúde. **Cogitare Enfermagem**, v. 12, n. 3, p. 365-370, 2007.
- BATISTA, K.B.C.; GONCALVES, O.S.J. Formação dos profissionais de saúde para o SUS: significado e cuidado. **Saude soc.**, v.20, n.4, p. 884-899, 2011.
- BISCARDE, D.G.S.; PEREIRA-SANTOS, M; SILVA, L.B. Formação em saúde, extensão universitária e SUS: conexões necessárias entre conhecimento e intervenção centradas na realidade e repercussões no processo formativo. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação** [online], v. 18, n. 48, pp. 177-186, 2014.
- BOFF, L. O cuidado essencial: princípio de um novo *ethos*. **Inclusão social**, v. 1, n. 1, 2005.
- BOUSSO, R.S.; POLES, K.; CRUZ, D.A.L.M. Conceitos e teorias na enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v.48, n.1, p.141-145, 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Humanização.** 1. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.
- BRASIL. CONASS. **Resolução CNS n. 573, que aprova o Parecer Técnico nº 28/2018 contendo recomendações do CNS à proposta de DCN para o curso de graduação Bacharelado em Enfermagem.** Brasília: CONASS, 2018.
- BUENO, B.C. *et al.* Integração ensino-serviço-comunidade na percepção de docentes do curso de Enfermagem. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v.10, n.14, p. e353101421978, 2021.
- BUSS, P.M.; HARTZ, Z.M.D.A., PINTO, L.F.; ROCHA, C.M.F. Promoção da saúde e qualidade de vida: uma perspectiva histórica ao longo dos últimos 40 anos (1980-2020). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 12, p. 4723-4735, 2020.
- COELHO, M.P.; MORAES-PARTELLI, A.N.; ASSIS, J.S.; LÚCIO, V.R.; FREITAS, P.S.S.; ALMEIDA, A.P.S.C. Desafios na formação de enfermeiros na perspectiva dos egressos. **Brazilian Journal of Health Review**, v.3, n.5, p.13274–13291, 2020.
- COHEN, E.G.; LOTAN, R.A. **Planejando o trabalho em grupo: estratégias para salas de aula heterogêneas.** 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2017.



DA VEIGA, C.H.A. *et al.* Sistemática pedagógica para desenvolvimento de ambiente de simulação computacional na perspectiva da teoria da atividade. **Informática na educação: teoria & prática**, v.24, n.1, p.13-25, 2021.

DANTAS, F.C. **Diretrizes para aprendizagem significativa no ensino da enfermagem: uma contribuição para o cuidado** [Dissertação]. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense - Programa de Pós-graduação em Ciências do Cuidado em Saúde, 2018.

DANTAS, V.R.; LINHARES, A.M.B. Círculos de cultura: problematização da realidade e protagonismo popular. **In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. II Caderno de educação popular em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 4. ed. São Paulo/Brasília (DF): Cortez/Unesco, 2000.

FROTA, M.A. *et al.* Mapping nursing training in Brazil: Challenges for actions in complex and globalized scenarios. **Ciencia e Saude Coletiva**, v.25, n.1, p. 25–35, 2020.

HOKAMA, P.O.M; HOKAMA, N.K; BATISTA, N. Caso Motivador como Estratégia Problematizadora e Integradora no Ensino Médico em um Curso de Oncologia. **Rev. Bras. Educ. Med.**, v.42, n4, p. 165-174, 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: nov. 2022.

MARTINS, T.C.F. *et al.* Transição da morbimortalidade no Brasil: um desafio aos 30 anos de SUS. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 26, n. 10, pp. 4483-4496, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212610.10852021>.

MELEIS, A.I. **Theoretical Nursing: development and progress**. 5. Ed. Philadelphia: Wolters Kulwer Health | Lippincott Williams & Wilkins, 2012.

MINAYO, M.C.S. Saúde: concepções e políticas públicas. **In: AMÂNCIO FILHO, A.; MOREIRA, M.C.G.B., orgs. Saúde, trabalho e formação profissional** [online]. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997.

MOREIRA, M.A. **Aprendizagem significativa: a teoria e textos complementares**. São Paulo (SP): Editora Livraria da Física, 2011.

OLIVEIRA, S.N. *et al.* Da teoria à prática, operacionalizando a simulação clínica no ensino de Enfermagem. **Rev. Bras. Enferm.**, v. 71, suppl 4, p. 1791-1798. 2018.

PAIVA, M.R.F.; PARENTE, J.R.F.; BRANDÃO, I.R.; QUEIROZ, A.H.B. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem: revisão integrativa. **SANARE**, v.15, n.2, p.145-153, 2016.

PIAUÍ. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. **Estudo sobre desenvolvimento humano e política social no PiauÍ**. Teresina: CEPRO, 2018. 154 p.



PIAUÍ. SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE DO PIAUÍ. **Plano Estadual de Saúde do Piauí - 2020 a 2023**. Secretaria Estadual da Saúde do Piauí/ Diretoria de Planejamento. Piauí: SESAPI, 2020.

PIAUÍ. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS. **Produto Interno Bruto do Piauí 2018**. Teresina: CEPRO, 2020.

PINHEIRO, R.; MATTOS, R.A. **Cuidado**: as fronteiras da integralidade. 3.ed. Rio de Janeiro: Hucitec/IMS/Uerj-Abrasco, 2005.

REUTER, C.L.O.; SANTOS, V.C.F.; RAMOS, A.R. O exercício da Interprofissionalidade e da intersetorialidade como arte de cuidar: inovações e desafios. **Escola Anna Nery**, v. 22, n.4, e20170441, 2018.

SANTANA, M.J. *et al.* How to practice person-centred care: A conceptual framework. **Health Expectations**, v.21, n. 2, p. 429-440, 2018.

SILVA, J. L. *et al.* A Utilização de Vídeos Didáticos nas Aulas de Química do Ensino Médio para Abordagem Histórica e Contextualizada do Tema Vidros. **Química Nova na Escola**, v. 34, n. 4, p. 189-200, 2012.

SILVA, D.K.B. *et al.* Percepções de estudantes de medicina sobre o OSCE: análise de seu papel como instrumento de avaliação formativa em uma universidade na Amazônia. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, São Paulo, v.2, n.5, p.66-85, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI: 2020-2024**. Teresina: UFPI, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). **Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

VASCONCELOS, S.S.; GOVEIA, G.P.M. Saúde Coletiva e Desafios para a Formação Superior em Saúde. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v.35, n.2, p.498, 2012.

VENDRUSCOLO, C.; PRADO, M.L.; KLEBA, M.E. Integração ensino-serviço no âmbito do programa nacional de reorientação da formação profissional em saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.21, n.9, p. 2949–2960, 2016.

VERDE, E.S.L. **Didática e seu objeto de estudo**. Teresina: EDUFPI, 2018.

VIEIRA, M.A. *et al.* Diretrizes Curriculares Nacionais para a área da enfermagem: o papel das competências na formação do enfermeiro. **Renome**, v. 5, n. 1, p. 105-121, 2016.

WALDOW, V.R. **Cuidar expressão humanizadora da enfermagem**. Petrópolis: Vozes, 2006.

XIMENES NETO, F.R.G. Educação em Enfermagem no Brasil: avanços e riscos. **Enfermagem em Foco**, v.10, n.6, p.4–5, 2020.



APÊNDICE A
PLANO DE ENSINO DO CURSO DE ENFERMAGEM/CSHNB



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE BACHARELADO EM ENFERMAGEM



PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA: **CÓDIGO:**
SEMESTRE: **CARGA HORÁRIA:** **PERÍODO LETIVO:**
DOCENTE(S): Nome - SIAPE

I – EMENTA

--

II – OBJETIVO GERAL

--

III – COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

--

IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

--

V – PROCEDIMENTOS DE ENSINO

Técnicas de Ensino

Recursos Didáticos

Atividades práticas

VI – SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO

--

VII – BIBLIOGRAFIA**Básica:****Complementar:**

Data de aprovação: ____/____/____

Carimbo e assinatura do(a) Coordenador(a)



APÊNDICE B
REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR DO CURSO DE
ENFERMAGEM/CSHNB

Art. 1º. Este regulamento normatiza as atividades relacionadas ao Estágio Curricular do Curso de Enfermagem/CSHNB/UFPI, em atenção as normativas abaixo:

- Resolução CNE/CES N° 3, de 7 de novembro de 2001;
- Lei n° 11.788 de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes;
- Resolução CEPEX/UFPI n°177/2012;
- Regimento Geral da UFPI.

CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 2º. O Estágio Curricular é uma atividade acadêmica específica, que prepara o discente para o trabalho produtivo, com o objetivo de aprendizagem social, profissional e cultural, constituindo-se uma intervenção prática em situações de vida e trabalho.

Art. 3º. O Estágio Curricular, para efeito de integralização curricular, é determinado pelo Conselho Nacional de Educação nas Diretrizes Curriculares e previsto no PPC do Curso de Bacharelado em Enfermagem, constituindo-se, componente curricular indispensável à formação do Enfermeiro.

Art. 4º. São objetivos do Estágio Curricular:

- a. Garantir a formação acadêmica: conclusão do processo Ensino Aprendizagem;
- b. Vivenciar a prática profissional e as tendências do mercado;
- c. Vivenciar uma nova modalidade de aprendizagem com experiências para o alcance dos objetivos educacionais, tendo em vista a interdisciplinaridade;
- d. Oportunizar para desenvolver habilidades de liderança (atuar de forma participativa, crítica, reflexiva, criativa, compartilhada, sinérgica e segura);
- e. Participar do gerenciamento da assistência de enfermagem prestada ao cliente, família e comunidade (negociar, inovar, ousar, estudar, desenvolver ações estratégicas, ter consciência sociopolítica e cultural, interagir permanentemente com o cliente, família e comunidade, além de promover visão holística e crítica do aluno).

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTÁGIOS



Art. 5º. O Estágio Curricular divide-se em Estágio Curricular I e II, ambos com carga horária de 420 horas por período, totalizando 840 horas nos dois últimos períodos do curso.

Art. 6º. O Estágio Curricular I será desenvolvido integralmente a nível da Atenção Primária à Saúde, especificamente em Unidades Básicas de Saúde, a fim de proporcionar vivências e aprendizados acerca do trabalho profissional do enfermeiro, envolvendo atividades de assistência, educação e promoção da saúde, bem como gerência nesses serviços.

Art. 7º. O Estágio Curricular II será desenvolvido no contexto das Redes de Atenção à Saúde - RAS, notadamente nas unidades de atenção especializada à saúde, unidades ambulatoriais, clínicas, serviços especializados e unidades hospitalares, visando proporcionar vivências e aprendizados acerca do trabalho profissional do enfermeiro, envolvendo atividades de assistência, educação e promoção da saúde, bem como gerência nesses serviços.

Art. 8º. Respeitada a legislação vigente, a carga horária de estágio discente deve respeitar a jornada semanal máxima de 30 horas, em distribuição de até 6 horas diárias.

Art. 9º. São campos de estágio os serviços de saúde públicos ou privados conveniados com a UFPI e que atendam ao disposto nas normativas estabelecidas para o Estágio Curricular do Curso de Enfermagem CSHNB/UFPI.

Seção I

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DOS ESTÁGIOS

Art. 10. O Estágio Curricular, para a sua regularidade, envolve:

- I – Coordenação Geral de Estágio(CGE)/PREG;
- II – Coordenação de Estágio no Curso;
- III – Orientador de Estágio;
- IV – Supervisor de Campo;
- V – Acadêmicos.

Art. 11. A Coordenação Geral de Estágio da PREG tem como funções básicas:

- a. Viabilizar as condições necessárias ao desenvolvimento do Estágio Curricular na UFPI;
- b. propor normas e diretrizes gerais para a operacionalização dos estágios obrigatórios;



c. assessorar as coordenações de estágios nos cursos na elaboração e sistematização das programações relativas ao Estágio Curricular, bem como, participar do acompanhamento, controle e avaliação da sua execução;

d. providenciar as assinaturas de convênios entre a UFPI e as instituições de campos de estágio;

e. organizar e manter atualizado na UFPI, juntamente com as coordenações de estágio dos cursos, um sistema de documentação e cadastramento dos estágios.

Art. 12. A Coordenação do Estágio no Curso será exercida por docente efetivo escolhido em Assembleia de Curso, com mandato de dois anos, cada, e cuja nomeação deverá ser efetivada por portaria da unidade acadêmica a qual o estágio está vinculado.

Parágrafo único: São atribuições do Coordenador de Estágio:

a. coordenar a elaboração ou adequações de normas ou critérios específicos do estágio do curso, com base nas leis e resoluções;

b. informar à CGE/PREG os campos de estágio, quando for o caso, tendo em vista a celebração de convênios e termos de compromisso;

c. fazer, no final de cada período, levantamento do número de alunos aptos e pretendentes ao estágio, em função da programação semestral;

d. elaborar, a cada semestre, junto com os docentes-orientadores, as programações de Estágio Curricular que serão enviadas à CGE/PREG no prazo estabelecido no calendário acadêmico;

e. orientar e encaminhar os alunos ao campo de estágio;

f. acompanhar o desenvolvimento do estágio, tendo em vista a consecução dos objetivos propostos;

g. informar à Chefia do curso, ao final de cada período letivo, os dados de cada supervisor de campo com a finalidade de posterior emissão de certificados pela CGE/PREG, com o preenchimento da planilha específica para este fim (APÊNDICE C);

h. prover calendário próprio que atenda as várias etapas do processo de Estágio do Curso;

i. coordenar, acompanhar, assessorar e avaliar os orientadores de estágio e os supervisores de campo.

j. apresentar no primeiro encontro pré-estágio dos componentes curriculares de Estágio Curricular I e II a documentação necessária para firmar o seguro contra acidentes pessoais dos acadêmicos



1. Apresentar no primeiro encontro pré-estágio aos discentes e docentes os locais e vagas disponíveis para Estágio Curricular na cidade de Picos.

Art. 13. O Orientador de Estágio é um professor do quadro da UFPI responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do aluno durante a realização dessa atividade, que tem como atribuições:

a. ser o elo entre o órgão formador e a instituição de saúde que recebe o aluno para a realização do Estágio Curricular;

d. elaborar junto ao Coordenador de Estágio do curso a programação semestral de estágios obrigatórios;

e. orientar os alunos na elaboração dos seus planos de atividades e relatórios de estágio;

f. acompanhar e orientar a execução das atividades dos estagiários com carga-horária compatível com as atividades dos serviços de saúde e com os horários das disciplinas ministradas, como disposto no PPC;

g. criar e recriar espaços de reflexão-ação-reflexão durante todo o processo;

h. propor alternativas pedagógicas de acordo com as necessidades e/ou cultura institucional no decorrer do estágio curricular, garantindo o alcance dos objetivos propostos;

i. enviar ao Coordenador de Estágio do curso, no final de cada período letivo, o relatório correspondente aos Estágios Obrigatórios dos alunos sob a sua responsabilidade;

j. receber as fichas de avaliação discente devidamente preenchida pelo Supervisor de Campo.

k. Ao final do semestre letivo informar para o coordenador de estágio a quantidade de vagas no campo disponíveis para o semestre seguinte.

Parágrafo primeiro: Excepcionalmente, e somente após autorização prévia do Colegiado do curso, o acompanhamento do orientador de estágio da instituição de ensino poderá ocorrer através de supervisão indireta, devendo tal acompanhamento ser comprovado através de fichas de assiduidade, bem como relatórios e/ou planilhas demonstrativas da supervisão na instituição de saúde onde o estágio foi realizado para efeito de fiscalização pelos órgãos competentes.

Art. 14. O Supervisor de Campo é um profissional lotado na unidade de realização do estágio, responsável neste local pelo acompanhamento do aluno durante o desenvolvimento dessa atividade. Tem as seguintes funções:



- a. Participar do processo Ensino-Aprendizagem (corresponsável);
- b. Participar da avaliação do processo;
- c. Proporcionar ambiente conceptual que favoreça o aprendizado;
- d. Manter comunicação efetiva com o orientador de estágio e com o coordenador.

Parágrafo primeiro: Nos casos de estágios onde há a participação de Supervisor de Campo, a avaliação do estágio é responsabilidade do supervisor de estágio, sendo solicitada a participação do professor orientador, quando necessário. Os Enfermeiros Supervisores dos Estágios obrigatórios, não serão remunerados, recebendo certificado de participação em supervisão, fornecido pela Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal do Piauí.

Parágrafo segundo: É vedado ao enfermeiro dos serviços conveniados exercer simultaneamente as funções de Enfermeiro Supervisor e de Enfermeiro Docente da Instituição de Ensino no desenvolvimento do Estágio Curricular. Dessa forma é facultado ao Enfermeiro do Serviço participar da supervisão do Estágio.

Parágrafo terceiro: No desenvolvimento do Estágio Curricular, é proibido ao Enfermeiro na condição de docente, Enfermeiro responsável ou supervisor eximir-se da responsabilidade por atividades executadas por alunos ou estagiários, como previsto no art. 95 do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.

Art. 15. O discente estagiário deve entregar um relatório final à unidade onde se realiza o estágio e à unidade da UFPI a qual se vincula a atividade de estágio. A unidade da UFPI à qual se vincula a atividade de estágio deve receber também, da unidade onde se realiza o estágio, avaliações e frequência do estagiário, assinados pelo supervisor de campo.

Parágrafo único: São atribuições/atividades e deveres dos estagiários:

- a. Gerenciar a assistência de Enfermagem nas diferentes especialidades;
- b. Assegurar princípios éticos no exercício das atividades;
- c. Prestar assistência livre de riscos e malefícios aos clientes;
- d. Favorecer a comunicação com todos os membros da equipe de Enfermagem, profissionais afins, cliente, família e comunidade;
- e. Manter estudo técnico científico das especialidades atendidas;
- f. Assegurar o planejamento da assistência de Enfermagem;
- g. Determinar os padrões de desempenho no trabalho através de instruções específicas (ensinar, supervisionar, compartilhar, avaliar);
- h. Prestar assistência de Enfermagem ambulatorial, hospitalar e domiciliar;
- i. Elaborar relatório de conclusão do estágio curricular;



- j. Ter frequência de 100% no Estágio Curricular Obrigatório, mediante apresentação da ficha de assiduidade;
- k. Justificar ausências ao supervisor e ao orientador de Estágio, solicitando reposição das atividades de estágio, considerando a legislação e normativas vigentes.
- l. Estar devidamente uniformizado, conforme as normas da Instituição e/ou regulamentação própria das disciplinas específicas:
- Roupa branca: camisa ou camiseta de manga e com decote discreto, calça comprida e jaleco branco e longo, manga comprida, saia comprida.
 - Jaleco: deverá conter o nome do aluno e o logotipo da UFPI no braço esquerdo ou bolso; deverá ser abaixo do joelho, de mangas compridas e branco;
 - Sapato branco, totalmente fechado e de material impermeável; o aluno não poderá adentrar em campo de estágio com sapato de salto fino e alto (acima de 5cm);
 - Roupa privativa hospitalar: adquirir, para as áreas hospitalares críticas, roupa privativa de acordo com as normas da Instituição (pijama cirúrgico; *scrub*);
 - Cabelos longos e semi-longos deverão ser presos de forma adequada, evitando-se o contato com pacientes e materiais;
 - Adornos: será permitido o uso de aliança, sem presença de pedras; brincos pequenos e discretos. É proibido o uso de pulseiras, cordões e piercing em mucosas (para evitar disseminação de microrganismos);
 - Manter as unhas curtas e limpas; não será permitido uso de esmaltes escuros;
 - Será permitido o uso de maquiagem, desde que discreta;
 - O uniforme deverá estar limpo e bem passado;
 - Não será permitido o uso de blusas coloridas sob ou sobre o uniforme;
 - O uso constante do crachá de identificação da UFPI é obrigatório. Deve conter logomarca da instituição, foto legível e atualizada de fundo branco, nome completo, número de matrícula, curso, acadêmico de enfermagem e data de validade.
- m. Portar materiais individuais e obrigatórios para a execução de atividades próprias da enfermagem: estetoscópio, termômetro, garrote, luva de procedimento, máscara, gorro, pro-pé, tesoura sem ponta, lupa, lanterna, fita métrica, caderneta, caneta azul e vermelha e carimbo com as seguintes



informações: nome completo, Acadêmico de Enfermagem/UFPI e nº de matrícula;

- n. Apresentar fotocópia da identidade (RG), CPF, comprovante de matrícula, crachá de identificação da UFPI e cartão vacinal atualizado para Hepatite B, Difteria e Tétano (dT adulto), Sarampo e Rubéola (dupla viral), influenza e outras consideradas importantes frente ao perfil epidemiológico local.

Art. 16. Considerando a necessidade do cumprimento da carga horária integral do Estágio Curricular, ressalta-se não haver abono de faltas em atividades de estágio.

Parágrafo primeiro: Ausências em atividades de estágio deverão ser reportadas à coordenação de estágio, ao supervisor e orientador, acompanhadas de solicitação de reposição.

Parágrafo segundo: Ausências derivadas de situações previstas em lei (trauma, aborto, doenças infectocontagiosas, motivos legais e morte de parente de 1º grau) ou outros não reportados serão avaliados pela coordenação de estágio, considerando a viabilidade de reposição no período letivo;

SEÇÃO II

DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS ESTÁGIOS

Art. 17. O Estágio Curricular poderá ser realizado na própria UFPI, na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob a responsabilidade e coordenação da UFPI, de acordo com a legislação federal específica.

Parágrafo primeiro: Não é permitido o encaminhamento, para o estágio, de aluno que esteja com o curso trancado.

Parágrafo segundo: O estágio será realizado em instituições públicas, filantrópicas, beneficentes ou particulares que atendam aos seguintes critérios:

- I - Serviço de Enfermagem organizado (filosofia, regimento e protocolos);
- II - Presença do profissional de Enfermagem nas unidades em todos os turnos;
- III - Possuem convênio com a UFPI em vigência.

Parágrafo terceiro: Somente será permitido o estágio individual e/ou em grupo fora dos campos de estágio conveniados ou de atividades institucionais de pesquisa ou extensão em casos excepcionais, devidamente analisados e aprovados pelo colegiado do curso.



Art. 18. Os discentes devem realizar matrícula em estágio curricular após cursar todas as disciplinas obrigatórias do curso, aceitando as normas deste regulamento com a assinatura dos respectivos documentos necessários à efetivação do Estágio Curricular.

Parágrafo primeiro: Não será permitido o estágio concomitante do curricular I e II exceto, em casos excepcionais devidamente analisados e aprovados pelo colegiado do curso.

Parágrafo segundo: Nenhum acadêmico poderá colar grau sem ter cumprido, integralmente, a carga horária de Estágio Curricular fixado no Projeto Político do Curso.

Art. 19. O Estágio Curricular não cria vínculo empregatício de qualquer natureza e o estagiário poderá ou não receber bolsa, ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordado, ressalvado o que dispuser a legislação previdenciária.

Art. 20. As atividades de estágio ocorrerão em unidades de saúde e outros espaços vinculados à instituições conveniadas à UFPI.

Parágrafo primeiro: As atividades serão desenvolvidas individualmente ou em grupos, nos serviços e espaços previamente indicados pela coordenação de estágio.

Parágrafo segundo: A definição das unidades de estágio ocorrerá mediante a oferta de vagas apresentada pelo coordenador de estágio curricular, obedecendo a disponibilidade de vagas e dinâmica organizacional do campo.

Parágrafo terceiro: O Estágio Curricular deve ocorrer em instituições localizadas no município de Picos, onde encontra-se instalado o respectivo curso, podendo excepcionalmente ocorrer em outros municípios, com a devida anuência do Colegiado do Curso.

Parágrafo quarto: A excepcional solicitação de estágios em unidades de saúde de outros municípios deverá ser formalizada via processo à Coordenação de Curso, acompanhada da devida justificativa e manifestação de concordância e aceite da instituição receptora em realizar convênio com a UFPI, respeitado o trâmite abaixo:

I) aluno requerente deverá realizar a solicitação formal por meio de protocolo constando a justificativa e documentos comprobatórios.

II) Quando não houver convênio firmado, o mesmo poderá ser solicitado pelo aluno mediante encaminhamento de informações solicitadas pela Coordenação Geral de Estágios, ao coordenador de estágio do curso no período de trinta dias antes do início das atividades letivas conforme calendário acadêmico proposto pela UFPI. A solicitação será avaliada pela Coordenação Geral de Estágio, responsável por aprovar ou recusar o convênio;

III) Caberá ao discente realizar o contato prévio com o enfermeiro supervisor de campo, que deverá informar a disponibilidade de acompanhar as atividades e disponibilizar: cópia



do COREN, número de contato telefônico, e-mail ou outras formas que possibilitem contato com o coordenador de estágio e professor orientador.

IV) De posse de todas as informações e acesso a toda a documentação, o Colegiado do Curso deve deliberar sobre o requerimento do aluno, respeitada a legislação vigente.

Art. 21. Além do acompanhamento das atividades realizadas nos serviços de saúde, a Coordenação de Estágios poderá realizar atividades de atualização teórico-conceitual e/ou desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes, sob a forma de circuitos, palestras, oficinas ou cursos na modalidade presencial ou remota, devidamente previstas no Plano de Ensino do Estágio Curricular.

Art. 22. O Estágio Curricular deve implementar processos avaliativos dos estagiários, de forma sequencial e constante, subsidiando o processo formativo em curso.

Parágrafo primeiro: Cada etapa do Estágio Curricular (I e II) deverá realizar no mínimo 4(quatro) Avaliações Parciais no decorrer do período, entre as quais devem constar:

- I - Avaliação do Desempenho do Estagiário - Supervisor;
- II - Avaliação do Desempenho do Estagiário - Orientador;
- III - Intervenção Teórico-prática (Estudo de caso, Projeto Terapêutico Singular e/ou outros)
- IV - Relatório de Estágio.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. A Universidade deverá disponibilizar seguro de vida (seguro saúde) contra acidentes para os alunos regularmente matriculados em Estágio Curricular, assegurando alunos em atividades de estágio, inclusive fora do Campus.

Art. 24. Em caso de acidente de estagiários envolvendo material biológico deverão ser tomadas as seguintes providências:

- I. comunicar a Coordenação de Estágio, imediatamente;
- II. inicialmente solicitar o teste rápido (presente no hospital e/ou na vigilância epidemiológica) do paciente fonte;
- III. acionar a vigilância epidemiológica do município para a coleta dos demais exames necessários do acadêmico e paciente fonte (HIV, HbsAg, HbC, sífilis) e procedimentos preconizados pelo Ministério da Saúde;
- IV. ao chegar o resultado dos exames, uma cópia destes deverá ser entregue para o Coordenador do Estágio. Fica sob responsabilidade do Professor Orientador e/ou Supervisor de Campo a emissão de um relatório detalhado



do acidente e das condutas tomadas, que deverá ficar anexado cópia no seu registro acadêmico, sendo comunicado imediatamente à coordenação do curso.

Parágrafo único. As devidas medidas de registro, comunicação e notificação de acidentes devem ser realizadas às instituições competentes, podendo ser acionado o seguro de vida.

Art. 25. O estagiário que por má administração, por negligência ou omissão, danificar e extraviar equipamentos ou parte deles ou outros danos causados à instituição conveniada ou da UFPI, deverá ressarcir ou indenizar pelos prejuízos causados.

Art. 26. A antecipação de Estágio Curricular poderá ser solicitada por estagiários, considerando os preceitos da Lei Federal nº 11.788/2008, bem como as Normas de Funcionamento dos Cursos de Graduação da UFPI (Resolução CEPEX/UFPI 177/2012) e as normativas deste regulamento.

Parágrafo Único: A solicitação de que trata o caput deste artigo deve ser requerida à Coordenação de Estágio, mediante a formalização de processo contendo o requerimento com a devida justificativa e documentações comprobatórias, devendo ser analisada pelo Colegiado do Curso.

Art. 27. O presente Regulamento poderá ser alterado pelo Colegiado do Curso de Graduação em Enfermagem – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros/UFPI, em reunião exclusiva para este fim.

Art. 28. Os casos omissos serão deliberados pela Coordenação de Estágio, com anuência do Colegiado do Curso.



INSTRUMENTO PARA AVALIAÇÃO DE RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Nome do Aluno: _____

Avaliador(a): _____

Campo de estágio: _____

DESCRIÇÃO	VALOR	PONTUAÇÃO
Adequação às normas de formatação geral da ABNT (elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais)	1,0	
Adequação do texto às normas cultas da língua portuguesa	1,0	
Introdução (contextualizada, atualizada, com referências relevantes à temática estudada, e com coerência e coesão textual)	2,0	
Desenvolvimento: Descrição sumarizada das atividades realizadas no campo de estágio e das vivências e aprendizados adquiridos fundamentados em literatura e evidências científicas.	4,5	
Conclusão/Considerações: consolidação das experiências vivenciadas e autoavaliação.	1,0	
Referências, segundo normas ABNT (atualidade, organização e relevância)	0,5	
TOTAL	10,0	

Observação: Nos casos em que forem detectados plágios ou cópias fiéis a textos já publicados em quaisquer veículos de comunicação, será atribuída nota zero.

Picos, ____ de _____ de _____

Assinatura do(a) examinador(a)



ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO²

A estrutura do relatório deve contemplar elementos pré-textuais, textuais e pós textuais, seguindo a normalização vigente e orientações a seguir:

INTRODUÇÃO: Parte introdutória ao corpo geral do relatório, apresenta o campo da atividade e descreve, em termos gerais, os objetivos e a finalidade do estágio realizado. Aqui é necessário fazer uma breve descrição do(s) local(is) de desenvolvimento do estágio: instituição, serviços que oferece, profissionais do serviço, capacidade de atendimento, setor onde o estágio foi realizado, etc.

DESENVOLVIMENTO: Relato de todas as atividades realizadas. É o corpo do trabalho. Deve acompanhar cada etapa do Estágio Curricular, a observação e participação na instituição, descrição dos projetos de intervenção realizados, descrição dos trabalhos realizados solicitados pelos professores orientadores. Incluem-se aqui as atividades teóricas e teórico-práticas nos eventos de formação/capacitação discente, bem como a elaboração de materiais.

A descrição pode ser realizada de forma cronológica (como um diário de campo), em formato de tópicos ou tabelas de atividades. Os fatos descritos devem ser acompanhados de análises e interpretações na perspectiva de avaliar a contribuição dos mesmos para a sua formação profissional e fundamentados em literatura e evidências científicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Deve expressar em termos de síntese os elementos relevantes descritos e analisados.

Deve apresentar a avaliação do estágio realizado, com comentários sobre sua aprendizagem nos respectivos setores, dificuldades encontradas, críticas e sugestões para melhoria do aprendizado, além de uma autoavaliação relacionada às fortalezas e fragilidades ao final do estágio.

É importante que o estagiário avalie qual a importância do estágio para sua formação, buscando um esforço de síntese de cada etapa/setor ou local onde o estágio aconteceu.

² Tais orientações podem ser modificadas e/ou pela Coordenação de estágio Curricular, mediante aprovação do Colegiado do Curso.



Normas técnicas de redação

Em relação à redação propriamente dita, convém lembrar que existem dois determinantes: um é o estilo pessoal do autor; o outro é o conjunto de normas propostas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para redação técnico-científica.

As normas de apresentação seguirão o padrão ABNT, com a seguinte estrutura:

Pré-texto: Capa e Folha de rosto, Sumário (obrigatórios).

Agradecimentos, dedicatória, folha de citação: (Opcionais).

Texto: Introdução, Desenvolvimento e Considerações Finais.

Pós-texto: Referências (obrigatório), Anexos (obrigatório).

Formatação do Relatório de Estágio

1. Apresentação: deve ser encadernado em Espiral, com capas transparentes.
2. Espaçamento: 1,5 (um e meio) para o texto geral; todo parágrafo deve ser iniciado com 1 cm a partir da margem esquerda. O espaçamento simples somente deve ser usado no caso de citações, notas de rodapé, notas de fim de texto, títulos com mais de uma linha, nas referências bibliográficas e divisões secundárias do sumário.
3. Margem: devem conter as seguintes dimensões: superior: 3cm; inferior: 2cm; Esquerda: 3cm; Direita: 2cm.
4. Numeração da página: a partir da introdução, a contar da folha de rosto, porém o número de página só aparecerá a partir da Introdução. A numeração deverá vir na página alinhada à margem superior direita.
5. Papel e fonte: Papel: tamanho A4, cor branco; Alinhamento: justificado; Fonte texto: 12; tipo Arial; Títulos: 14, em negrito.



A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a name followed by a surname, though the specific characters are difficult to decipher due to the cursive style.

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO
PROFESSOR ORIENTADOR E SUPERVISOR

Nome do aluno: _____

Campo de estágio: _____

SABER-SABER (cada item vale de 0,0 a 0,5 pontos)

Item avaliado	Pontuação
Demonstra conhecimento teórico acerca dos assuntos abordados na clínica durante as práticas	
Demonstra interesse em aprender sobre os assuntos (doenças, diagnósticos, tratamentos) abordados na prática	
Utiliza referenciais teóricos próprios da ciência de enfermagem para nortear suas ações práticas	
Desenvolve linha de raciocínio lógico e coerente quando questionado sobre processos patológicos e seus desmembramentos	
TOTAL (Máx. 2 pontos)	

SABER-SER (cada item vale de 0,0 a 0,5 pontos)

Item avaliado	Pontuação
Apresenta postura ética no desenvolvimento das atividades	
Demonstra cooperação com a equipe do serviço e com os demais colegas, assumindo postura solidária no tratamento com seus pares	
Manifesta empatia, ética, compromisso e solidariedade junto a pacientes e familiares	
Comprova assiduidade e compromisso com horários	
Denota observância e receptividade às normas e rotinas da instituição e às críticas recebidas.	
Apresenta iniciativa e proatividade ao desempenho das atividades	
TOTAL (Máx. 3 pontos)	



SABER-FAZER (cada item vale de 0,0 a 0,5 pontos)

Item avaliado	Pontuação
Demonstra habilidades motoras na execução dos procedimentos práticos	
Demonstra raciocínio crítico e clínico estruturado ao preencher instrumentos da assistência de enfermagem	
Reconhece e utiliza tecnologias do cuidado na assistência de enfermagem	
Utiliza estratégias de educação, comunicação e informação em saúde	
Interage com equipe do serviço de modo colaborativo	
Atua no planejamento, execução e avaliação do cuidado assistencial	
TOTAL (Máx. 3 pontos)	

SABER-APRENDER (cada item vale de 0,0 a 0,5 pontos)

Item avaliado	Pontuação
Apresenta curiosidade quanto a procedimentos, técnicas, casos, tratamentos e/ou situações ocorridas no estágio	
Explicita motivação a aprender e reaprender assuntos da formação profissional	
Denota criatividade na realização das atividades do estágio	
Apresenta demandas e soluções para além das solicitadas pelos serviços, docentes e/ou supervisores	
TOTAL (Máx. 2 pontos)	

OBSERVAÇÕES:

NOTA FINAL: _____

Assinatura do(a) examinador(a)



INFORMAÇÕES PARA SOLICITAÇÃO DE CONVÊNIO DE ESTÁGIO

Para a solicitação de cadastro de Convênio de Estágio, são necessárias as seguintes informações:

DADOS DA INSTITUIÇÃO CONCEDENTE	
CNPJ:	
Razão Social:	
CEP da Instituição de saúde:	
Endereço (Logradouro, número, bairro, complemento):	
UF:	Município:
Telefone fixo:	Telefone celular:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL
CPF:
Nome:
Cargo:
E-mail:



SOLICITAÇÃO PARA REPOSIÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO

Eu, _____ aluno (a)
do Curso de Enfermagem da UFPI/CSHNB, venho solicitar reposição de Estágio
referente à(s) falta(s) do(s) dia(s) _____, conforme justificativa a seguir
discriminada:

(Anexar comprovante da Justificativa e declaração).

Nestes termos, peço deferimento.

Assinatura do Estagiário

Despacho:

Deferido Indeferido

Picos, ____/____/____

Coordenador (a) de Estágios



APÊNDICE C
REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE
ENFERMAGEM/CSHNB

Art. 1º. As Atividades Complementares integram a parte flexível do currículo do Curso de Enfermagem/CSHNB, sendo o seu integral cumprimento exigência indispensável para a obtenção do diploma de graduação.

Art. 2º. As atividades complementares serão implementadas e acompanhadas pela Coordenação do Curso e avaliadas pelo Colegiado do mesmo, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais, com o Projeto Pedagógico do Curso e com a Resolução CEPEX nº. 177/2012 e/ou outras normativas vigentes, obedecendo às normas deste Regulamento e observando o disposto no calendário universitário.

Art. 3º. Para o deferimento das atividades complementares realizadas pelo aluno, deverão ser observados os seguintes critérios:

I – atividades realizadas a partir do registro acadêmico/matricula do aluno como graduando no curso;

II – atividades compatíveis com as diretrizes do PPC;

III – compatíveis das atividades realizadas com o período cursado pelo aluno ou nível de conhecimento compatível com a aprendizagem;

IV – devem ser realizadas durante o transcorrer do curso, sem comprometimento e/ou interferência nas atividades de ensino;

V – devem ser integralizadas até o período anterior de conclusão do curso;

VI - devem ser diferentes daquelas contabilizadas como Atividades Curriculares de Extensão (ACEs).

Parágrafo único. As atividades realizadas no último bloco do curso não serão consideradas para efeito de integralização.

Art. 4º. Para a solicitação de integralização das atividades complementares junto à Coordenação do Curso, o aluno deverá, no SIGAA, realizar escolha do componente ao qual se refere a atividade e anexar cópia comprobatória da atividade.

Art. 5º. Compõem Atividades Complementares as seguintes atividades, com a respectiva carga horária e documentação exigida:



CATEGORIA Atividade de iniciação à docência e à pesquisa					CH Máx. 180h
COMPONENTE			CH	CH	Exigências
Cód.	Atividade	Descrição	Mín.	Máx.	
	Monitoria	Participação no Programa de Monitoria	10h	10h	Relatório do orientador ou declarações/ certificados dos órgãos competentes;
	Projeto de Pesquisa	Participação em projeto de pesquisa cadastrado na UFPI.	40h	40h	
	Iniciação Científica	Participação em Programa de Iniciação científica (PIBIC ou ICV)	40h	40h	
	Grupo de Pesquisa ou estudo	Participação em grupo (núcleo, grupo) de estudo/pesquisa na UFPI.	20h	20h	
CATEGORIA Atividades artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas					CH Máx. 90h
COMPONENTE			CH	CH	Exigências
Cód.	Atividade	Descrição	Mín.	Máx.	
	Organização de Atividades artístico-culturais e/ou esportivas	Participação como organizador, monitor ou comissão organizadora de atividades artístico-culturais e esportivas	20h	20h	Atestados de participação, apresentação de relatórios e trabalhos produzidos, registro de software, patente de produtos.
	Participação em Atividades artístico-culturais e/ou esportivas	Participação em grupos de atividades artístico-culturais e/ou esportivos (teatro, canto, música, atléticas, times, etc) (por ano)	10h	20h	



	Produção Técnica - com patente	Produção de vídeos, softwares, exposições, programas radiofônicos, entre outros produtos patenteados (por produto)	20h	20h	
	Produção Técnica - sem patente	Produção de vídeos, softwares, exposições, poesia, música, cordel e programas radiofônicos, entre outros produtos técnicos.	10h	10h	
CATEGORIA					CH Máx.
Atividade de apresentação e/ou organização de eventos gerais					60h
COMPONENTE			CH	CH	Exigências
Cód.	Atividade	Descrição	Mín.	Máx.	
	Palestra ou Mesa-redonda	Participação em eventos científicos como palestrante ou expositor (mesas, workshops, etc) (por evento)	10h	20h	Certificado de participação, apresentação e organização de eventos, relatórios e declarações dos órgãos/unidades competentes
	Organização de evento científico	Participação como organizador, monitor ou membro de comissão org. de evento científico (por evento)	20h	40h	
	Participação de evento científico nacional/internacional	Participação/ouvinte em eventos científicos nacionais e/ou internacionais, com carga horária mín. 20h (por evento)	40h	40h	



	Participação de evento científico local/regional	Participação/ouvinte em eventos regionais ou locais, com carga horária mín. 20h. (por evento)	20h	20h	
CATEGORIA Atividades de Extensão					CH Máx. 90 h
COMPONENTE			CH Mín.	CH Máx.	Exigências
Cód.	Atividade	Descrição			
	Ligas acadêmicas	Participação em Ligas acadêmicas de temática da saúde ou afins (por ano)	45h	90h	Certificado emitido por órgão competente
	PET	Participação do Programa de Educação Tutorial (PET) ou Programa de Educação para o Trabalho (PET-Saúde)	45h	45h	
CATEGORIA Estágio não-obrigatório, diferenciado do estágio supervisionado					CH máx. 90h
COMPONENTE			CH Mín.	CH Máx.	Exigências
Cód.	Atividade	Descrição			
	Estágio não-obrigatório	Realização de estágio não-obrigatório, cadastrado na UFPI. (Min. 90h)	90h	90h	Certificado/ Declaração emitido por órgão competente
CATEGORIA Experiências profissionais e/ou complementares					CH máx. 120h
COMPONENTE			CH Mín.	CH Máx.	Exigências
Cód.	Atividade	Descrição			
	Projeto social	Participação em projeto social	30h	30h	Certificado/ Declaração emitido por órgão competente



		governamental e/ou não governamental.			
	Empresa Júnior	Participação de empresa júnior ou incubadora de empresa	30h	30h	
CATEGORIA Visitas Técnicas					CH máx. 10h
COMPONENTE			CH Mín.	CH Máx.	Exigências
Cód.	Atividade	Descrição			
	Visita Técnica	Visita técnica diferente de atividades realizada durante disciplinas regulares	5h	10h	Certificado/ Declaração emitido por órgão competente
CATEGORIA Trabalhos publicados e aprovação em concursos					CH máx. 90h
COMPONENTE			CH Mín.	CH Máx.	Exigências
Cód.	Atividade	Descrição			
	Livro	Livro publicado com ISBN (Organização ou Autoria)	40h	40h	Certificado de publicação, folha de rosto, folha de indexação e/ou outros documentos comprobatórios;
	Capítulo de Livro	Autoria em capítulos de livro publicados com ISBN. (por capítulo)	15h	30h	
	Artigo científico	Autoria em artigo publicado em periódicos científicos indexados.	20h	40h	
	Resumo científico	Autoria em resumos publicados em anais de eventos científicos.	5h	30h	



	Concurso	Aprovação em concurso público na área da saúde.	30h	30h	
CATEGORIA Vivências de Gestão					CH máx. 60h
COMPONENTE			CH Mín.	CH Máx.	Exigências
Cód.	Atividade	Descrição			
	Conselhos na UFPI	Representação em conselhos universitários (CAD, CEPEX, Conselho de Campus, Colegiado do Curso, entre outros)	40h	40h	Atas de reuniões das quais o aluno participou, declaração do órgão/unidade competente, outros atestados de participação e/ou apresentação de relatórios
	Representação estudantil	Participação em entidades de representação estudantil da UFPI como membro de diretoria (C.A./D.C.E.).	20h	40h	
	Comissões	Participação em comitês e comissões de trabalho da UFPI não relacionados a eventos.	10h	20h	
CATEGORIA Disciplina eletiva ofertada por outro curso desta Instituição ou por outras Instituições de Educação Superior					CH máx. 60h
COMPONENTE			CH Mín.	CH Máx.	Exigências
Cód.	Atividade	Descrição			
	Disciplina eletiva	Disciplina eletiva cursada além do exigido pelo PPC vigente (por disciplina)	60h	60h	Histórico Escolar



Art. 6º. Os casos não especificados neste regulamento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Enfermagem/CSHNB.

Art. 7º. O presente regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação.

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be written in a cursive or semi-cursive script.

APÊNDICE D
REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO DO
CURSO DE EM ENFERMAGEM/CSHNB

Artigo 1º. As atividades de extensão passam a integrar o currículo do Curso de Graduação em Enfermagem do CSHNB/UFPI como componente obrigatório, devendo ser integralizadas no histórico do aluno através da apresentação das atividades realizadas pelos discentes e posterior validação pela Coordenação de Curso e/ou Coordenação de Extensão do Curso, observadas as normativas vigentes. E respeitado o calendário acadêmico.

Artigo 2º. Serão consideradas atividades curriculares de extensão (ACE) as ações cadastradas na PREXC/UFPI, nas seguintes modalidades:

I – Programas de extensão;

II – Projetos de extensão;

III – Cursos de Extensão;

IV – Eventos de extensão;

V - Prestação de serviços à comunidade externa

VI - Atividades práticas em disciplinas que envolvam atendimento à comunidade, desde que estejam vinculadas a um programa ou projeto de extensão cadastrado e não contabilizado como carga horária da disciplina, mas como ACE.

Artigo 3º. São passíveis de integralização curricular atividades de extensão internas (cadastradas na PREXC) ou externas (desenvolvidas por entidades governamentais relacionadas à políticas públicas ou assistência à população), mediante sua respectiva contabilização de carga-horária e as exigências comprobatórias.

Parágrafo primeiro: As atividades de extensão internas serão integralizadas diretamente no histórico do discente, mediante adequado registro de ACE no cadastro do discente na referida atividade;

Parágrafo segundo: As atividades de extensão externas devem ser cadastradas pelos discentes no módulo de extensão, devendo estas ser validadas pela Coordenação de Curso ou por Coordenador(a) de Extensão do Curso, considerando os seguintes critérios:

a) apresentar documentação comprobatória (Certificado, Declaração ou outro);

b) atestar a função desempenhada pelo discente;

c) estar relacionada aos eixos temáticos da extensão universitária (Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho), com o território e grupos populacionais específicos;



c) ser diferentes daquelas contabilizadas como Atividades Complementares;

Parágrafo terceiro: Atividades internas não registradas como ACE no momento de cadastro poderão ser integralizadas através de cadastro e validação como atividades externas.

Artigo 4º. As ACEs poderão ser realizadas conjuntamente pela UFPI e instituições de ensino superior parceiras, facultando-se a mobilidade interinstitucional de estudantes, docentes e técnicos administrativos.

Artigo 5º - O Curso poderá eleger docente efetivo lotado no Curso para exercer o cargo de Coordenador(a) de Extensão do Curso, com designação efetivada por meio de portaria, com mandato de 1(um) ano, podendo ser renovado por igual período.

Artigo 6º. Os casos não atendidos por esse regulamento serão resolvidos conforme resoluções que regulamentam as atividades de extensão da UFPI.



APÊNDICE E
REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE
ENFERMAGEM/CSHNB

Art. 1º. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade obrigatória do currículo do Curso de Enfermagem/CSHNB, sendo a sua elaboração exigência indispensável para a obtenção do grau de bacharel.

Parágrafo único: Como forma de subsidiar a construção do TCC serão ofertados componentes curriculares (disciplinas, atividades ou outras) de formação e orientação em metodologia da pesquisa científica.

Art. 2º. O TCC consiste em relatório de pesquisa ou intervenção, abordando temas relacionados às ciências da enfermagem e saúde, produzido pelo aluno sob a orientação de um docente efetivo e aprovado pela Banca Examinadora.

CAPÍTULO I
DA COORDENAÇÃO DO TCC

Art. 3º. A coordenação do TCC do Curso de Enfermagem/CSHNB será exercida por professor(a) efetivo(a) lotado(a) no curso, escolhido(a) em Assembleia de Curso, com designação efetivada por meio de portaria para mandato de até dois anos.

Art. 4º. À coordenação do TCC compete:

- I - coordenar a elaboração, adequações e adaptações do Regimento do TCC; divulgar as normas do TCC para todos os alunos a partir do VIII Semestre do curso e aos professores efetivos do curso de enfermagem;
- II - conduzir reuniões com os orientadores de TCC, com vistas a alinhar as diretrizes pertinentes às etapas constitutivas do TCC;
- III - emitir relatório, ao final de cada semestre, contendo o levantamento dos discentes aprovados ou não no TCC, encaminhando-o à apreciação da Assembleia Docente;
- IV - coordenar grupos de trabalho com vistas a orientar os alunos na escolha da linha temática do TCC, tendo em vista a área de conhecimento dos docentes orientadores;
- V - promover eventos (seminários, fóruns, encontros, mesas redondas...), com o fito de socializar e apresentar aos discentes do respectivo curso os TCCs aprovados, submetidos a eventos científicos e a periódicos.



VI - convocar, quando necessário, reunião com os professores orientadores e/ou orientandos;

VII - mediar se necessário, as relações entre professor orientador e orientando(s);

VIII - avaliar possíveis desistências de professores orientadores;

IX - analisar a indicação e pertinência da composição da Banca Examinadora e encaminhar o Requerimento para Apresentação do TCC (APÊNDICE A) para apreciação pelo Colegiado do Curso;

XII - receber as avaliações dos orientandos e os resultados da Banca Examinadora, pelo orientador.

CAPÍTULO II

DA ORIENTAÇÃO DO TCC

Art. 5º. São orientadores de TCC os professores efetivos do curso de Enfermagem/CSHNB e adicionalmente docentes de outros cursos.

Art. 6º. A designação do orientador será realizada considerando as temáticas de interesse do discente e as linhas de pesquisa e atuação dos professores, mediante aceite do orientador.

Parágrafo único: a designação do orientador será realizada pelo Coordenador do TCC ao final do oitavo semestre, de forma a permitir a vinculação aluno-orientador a partir do nono período do curso.

Art. 7º. Cada professor poderá ser orientador de, no máximo, cinco discentes por semestre.

Art. 8º. A desistência por parte do orientador deverá ser por ele formalizada, mediante documento dirigido à Coordenação do Curso, encaminhado à Coordenação do TCC, especificando as razões da desistência.

Parágrafo único – o pedido de desistência do orientador será apreciado pelo Colegiado do Curso de Enfermagem, conforme os seguintes requisitos:

I - mérito da questão;

II - aceitação da orientação do TCC por outro orientador da mesma área.

Art. 9º. É responsabilidade do orientador a sugestão das datas para apresentação do TCC, observando o calendário de apresentações do Curso.

Art. 10º. As sessões de orientação ocorrerão a critério do orientador, de forma a cumprir os prazos e exigências determinadas, tendo seu registro efetuado através do Sistema SIGAA;



Art. 11. São atribuições do orientador do TCC:

- I - participar das reuniões convocadas pela Coordenação do TCC;
- II - atender seu orientando em horários previamente fixados;
- III - elaborar plano de trabalho para o desenvolvimento do TCC;
- IV - participar das apresentações e defesas para as quais estiver designado;
- V - preencher e assinar, juntamente com os demais membros da Banca Examinadora, os formulários de avaliação do TCC (anexos) e encaminhá-los à Coordenação do TCC ao final da sessão de apresentação;
- VI – certificar-se da entrega de cópias da versão final do TCC à Biblioteca do CSHNB e à Coordenação do Curso, em até vinte dias após a defesa;
- VII - cumprir e fazer cumprir este regulamento.

CAPÍTULO III DO ORIENTANDO

Art. 12. O discente em desenvolvimento de TCC terá as seguintes atribuições específicas:

- I – comparecer às reuniões convocadas pela Coordenação do TCC;
- II - comparecer às sessões de orientação nos dias e horários estabelecidos no plano de trabalho elaborado pelo orientador, com respectivos registros no sistema acadêmico;
- III - cumprir o calendário divulgado pela Coordenação do TCC para a entrega do mesmo e demais apêndices que o compõem;
- IV - comparecer em dia, hora e local determinados para apresentar seu TCC;
- V – encaminhar cópia do TCC aos membros da Banca Examinadora, com pelo menos 10 dias de antecedência da data da sua apresentação, após a autorização pelo orientador.
- VI – encaminhar versão final do TCC no formato de PDF bloqueado à biblioteca do CSHNB e uma cópia à Coordenação do Curso, pelo aluno, até vinte dias após a defesa;
- VII - cumprir e fazer cumprir este regulamento.

CAPÍTULO IV DO TCC E DE SUA APROVAÇÃO

Art. 13. O TCC deve ser desenvolvido individualmente.

Art. 14. A construção do TCC dar-se-á em dois momentos contínuos:

- I – Projeto;
- II – Trabalho Final.



Art. 15. Os produtos científicos do TCC (projeto e trabalho final) devem ser elaborados de acordo com as normas deste regulamento e normalização científica indicada pela Biblioteca/CSHNB.

Art. 16. Estará aprovado no TCC aqueles que obtiverem nota igual ou superior a 7,0 (sete) em ambas etapas (TCC I E TCC II), conforme diretrizes da Resolução CEPEX n. 177/2012.

CAPÍTULO V

DA BANCA EXAMINADORA

Art. 17. A banca examinadora será designada pela Coordenação do Curso, sendo composta pelo orientador, dois componentes titulares (interno e externo) e um suplente.

§ 1º. – ao orientador, na qualidade de presidente da Banca Examinadora, caberá o convite formal aos examinadores designados, mediante entrega de convite elaborado pela secretaria do curso;

§ 2º. – após a apresentação do TCC, a Coordenação do Curso emitirá declaração de participação para a Banca Examinadora.

Art. 18. Somente um dos componentes da Banca Examinadora poderá ser externo à UFPI, desde que preencha os seguintes requisitos:

I – possuir titulação mínima de especialista em áreas da enfermagem ou afins, ou notório saber na área;

II - apresentar *curriculum lattes* atualizado nos últimos 6 meses (apresentar a capa);

III – ser aprovado pelo Colegiado do Curso.

Art. 19. O orientador presidirá a Banca Examinadora na sessão de apresentação do TCC, após a qual consolida as avaliações emitidas pela Banca Examinadora utilizando as fichas de avaliação propostas neste regulamento.

Art. 20. Compete à Banca Examinadora ao final da apresentação do TCC e após reunião entre seus componentes emitir o parecer: aprovado ou reprovado.

Art. 21. A Banca Examinadora comprovará a sua avaliação do TCC pela apresentação da Ficha de Avaliação do TCC devidamente preenchida, bem como da assinatura na Ata e na Ficha de Avaliação do TCC – Conceito Final.

CAPÍTULO VI

DA AVALIAÇÃO DO TCC



Art. 22. O processo de avaliação do TCC será realizado a partir da análise do projeto e trabalho final apresentado.

Parágrafo 1º. No TCC I, a avaliação será realizada pelo orientador, considerando a análise da construção do projeto.

Parágrafo 2º. No TCC II, a avaliação será realizada por banca examinadora, considerando a análise da versão impressa e apresentação oral do TCC.

§ 1º. – Para a versão impressa serão atribuídos valores de 0 a 70 pontos, conforme os critérios a seguir:

- I - qualidade da apresentação gráfica, redação, correção;
- II - resumo com todas as informações necessárias e adequadas ao trabalho, contendo também as palavras-chave;
- III - delimitação do tema, formulação do problema, hipótese e/ou suposição e objetivos claramente definidos;
- IV - fundamentação teórica adequada ao trabalho;
- V - ideias arroladas com a devida autoria e citações coerentes, obedecendo a formato adequado e corretamente referenciadas;
- VI - metodologia adequada e coerente com os objetivos propostos;
- VII - discussão fundamentada em teoria e coerente com os objetivos propostos;
- VIII - conclusão ou considerações finais estabelecidas de forma clara e coerente com a proposição, resultados obtidos e discussão;
- IX - referências em formato adequado e coerente.

§ 2º. – Para a apresentação oral serão atribuídos valores de 0 a 30 pontos, conforme os critérios a seguir:

- I – domínio do conteúdo;
- II - qualidade do material didático apresentado e seu uso adequado;
- III – postura adotada na apresentação;
- IV - capacidade de síntese;
- V - apresentação de forma clara e consistente;
- VI - utilização adequada do tempo de apresentação;
- VII – coerência nas respostas das arguições.

§ 3º - Os componentes da Banca Examinadora utilizarão formulário próprio para registrar a pontuação emitida para o TCC.

Art. 23. A nota do TCC, emitida por cada membro da Banca Examinadora, será obtida pelo somatório da pontuação da versão impressa e da apresentação oral.



Art. 24. A nota final do TCC será o registro da média aritmética obtida pelas notas dos membros da Banca Examinadora, sendo repetida nos dois campos do SIGAA.

Art. 25. A conclusão do TCC será efetuada após a entrega da versão final à Biblioteca e Coordenação de Curso.

Art. 26. Contra o resultado da avaliação final da Banca Examinadora caberá recurso ao Colegiado do Curso de Enfermagem/CSHNB.

CAPÍTULO VII

DA FORMATAÇÃO DO TCC

Art. 27. A versão definitiva do TCC deve ser em apresentada forma de monografia ou artigo, entregue na Biblioteca/CSHNB, conforme as recomendações de normalização da biblioteca e modelos descritos neste regulamento;

Art. 28. A estrutura formal de monografia deve obedecer às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos, sendo composta de:

I – Capa

II – Folha de rosto e ficha catalográfica

III – Folha de aprovação

IV – Dedicatória (opcional)

V – Agradecimentos (opcional)

VI – Lista de gráficos, tabelas, siglas (opcional)

VII – Epígrafe (opcional)

VIII – Resumo em português

IX – Resumo em língua estrangeira (inglês)

X – Sumário

XI – Introdução

XII - Objetivos

XIII – Revisão de literatura/Marco teórico/ Referencial teórico

XIV - Métodos / Metodologia

XV – Resultados

XVI - Discussão (associada ou não aos resultados)

XVII – Conclusão / considerações finais

XVIII – Referências



XIX – Apêndices e anexos (especialmente, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Carta de Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa – UFPI).

Art. 28º. A estrutura formal de artigo deve obedecer às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos e as normas da revista escolhida, sendo composta de:

I – Capa

II – Folha de rosto e ficha catalográfica

III – Folha de aprovação

IV – Dedicatória (opcional)

V – Agradecimentos (opcional)

VI – Lista de gráficos, tabelas, siglas (opcional)

VII – Epígrafe (opcional)

VIII – Apresentação

IX - Revisão de literatura/Marco teórico/ Referencial teórico

X – Manuscrito (conforme tópicos e normas da revista)

XI – Considerações finais

XII – Referências

XIII – Apêndices e anexos (especialmente, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Carta de Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa – UFPI e normas da revista escolhida).

Art. 29. O trabalho deverá ser digitado em papel branco ou reciclado, tamanho A4, com letra do tipo Times New Roman ou Arial, tamanho 12 para o texto, exceto citações de mais de três linhas, notas de rodapé, paginação e legendas das ilustrações e das tabelas que devem ser digitadas em tamanho menor e uniforme. As margens deverão ser de 3 cm (esquerda e superior) e 2 cm (direita e inferior).

Art. 30. Todo o texto deve ser digitado com espaço 1,5, excetuando-se as citações de mais de três linhas, notas de rodapé, referências, legendas das ilustrações e das tabelas, ficha catalográfica, natureza do trabalho, objetivo, nome da instituição a que é submetido, que devem ser digitados em espaço simples. As referências, ao final do trabalho, devem ser separadas entre si por um espaço simples.

Art. 31. Todas as folhas do trabalho, a partir da folha de rosto, devem ser contadas sequencialmente, mas não numeradas. A numeração é colocada, a partir da primeira folha



da parte textual, em algarismos arábicos, no canto superior direito da folha, a 2 cm da borda superior.

Parágrafo Único – Devem ser seguidas as recomendações da normatização para trabalhos acadêmicos vigentes.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. O TCC deverá ser desenvolvido em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem/CSHNB e com este regulamento, além de observar as Normalizações Brasileiras sobre trabalhos acadêmicos vigentes (Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT).

Art. 33. A Coordenação do TCC deverá disponibilizar um manual com orientações gerais para o TCC e o repositório de trabalhos, em parceria com a Biblioteca Setorial do Campus.

Art. 34. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Enfermagem/CSHNB.



FICHA DE INSCRIÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM/CSHNB

Aluno(a) _____ Mat.: _____

Possui projeto de pesquisa?

Sim () Não ()

Que temática gostaria de desenvolver no TCC? _____

Sugestão de orientadores com quem gostaria de desenvolver o seu TCC:

Orientador 1: _____

Orientador 2: _____

Picos, ___ de _____ de _____

Assinatura do(a) aluno(a)

Preencha o quadro abaixo (**somente se você já possuir projeto de pesquisa**):

SÍNTESE DO PROJETO
Título do projeto:
Tema:
Objetivos: _____ _____ _____ _____
Metodologia (pesquisa bibliográfica, pesquisa descritiva, relato de caso, outros) _____ _____



**TERMO DE COMPROMISSO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM/CSHNB**

- TERMO DO(A) ORIENTADOR(A) E ORIENTANDO (A)

Nós, professor(a) _____ e aluno(a)

comprometemo-nos a cumprir as exigências constantes no Regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso de Enfermagem/CSHNB, bem como o disposto no Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem/CSHNB.

Picos, ____ de _____ de _____

Assinatura do(a) orientador(a)

Assinatura do(a) orientando(a)



**REQUERIMENTO PARA APRESENTAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM/CSHNB**

Eu, professor(a) _____, orientador(a) do Trabalho de Conclusão intitulado _____, tendo como orientando(a) o(a) aluno(a) _____, atendendo ao disposto no Regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso de Enfermagem/CSHNB, venho requerer à Coordenação do Curso de Enfermagem/CSHNB autorização para apresentação considerando as definições abaixo sugeridas:

Proposta de data para apresentação do TCC:

Data preferencial: ___/___/___ Data alternativa: ___/___/___ Turno: (.) M (.) T

Sugestão de nomes para compor a Banca Examinadora:

<i>Nome:</i>	
<i>Instituição:</i>	
<i>E-mail:</i>	

<i>Nome:</i>	
<i>Instituição:</i>	
<i>E-mail:</i>	

Suplente:

<i>Nome:</i>	
<i>Instituição:</i>	
<i>E-mail:</i>	

Picos, ___ de _____ de _____

Assinatura do(a) orientador(a)



FICHA DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM/CSHNB

Título do Trabalho:

Orientando(a):

Examinador(a):

- APRESENTAÇÃO ESCRITA -

DESCRIÇÃO	VALOR	PONTUAÇÃO
Título (tamanho, adequação ao objeto de estudo)	0 a 1	
Resumo (tamanho, estrutura, uso de descritores/palavras-chave)	0 a 2	
Introdução (objeto, justificativa, problematização)	0 a 10	
Objetivos (geral e/ou específicos)	0 a 5	
Revisão de literatura/Marco teórico/Referencial teórico (citações textuais, uso de literatura atualizada)	0 a 10	
Material e métodos/Metodologia/Percurso metodológico (tipo, local, população e amostra/participantes, período de coleta, instrumentos e procedimentos de coleta, apres. e análise dos resultados, aspectos éticos/CEP)	0 a 10	
Resultados e discussão/Apresentação, análise e interpretação dos resultados (apresentação gráfica, identificação dos sujeitos do estudo, menção da literatura revisada) ou avaliação do artigo.	0 a 25	
Conclusão/Considerações finais (achados mais relevantes do estudo, alcance dos objetivos, sugestões)	0 a 5	



Referências (formato conforme normalização ABNT, uso de literatura atualizada, exceto os clássicos)	0 a 1	
Formatação geral (folha de rosto, sumário, paginação)	0 a 1	
TOTAL	0 a 70	

- APRESENTAÇÃO ORAL -

DESCRIÇÃO	VALOR	PONTUAÇÃO
Domínio do conteúdo (expressão verbal e não verbal)	0 a 10	
Uso dos recursos audiovisuais (qualidade do material exposto, postura)	0 a 5	
Tempo de apresentação (uso adequado do tempo)	0 a 5	
Apresentação dos pontos relevantes do estudo (capacidade de síntese)	0 a 5	
Arguição (coerência nas respostas)	0 a 5	
TOTAL	0 a 30	

Picos, ____ de _____ de _____

Assinatura do(a) examinador(a)



FICHA DE AVALIAÇÃO GERAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM/CSHNB
- CONCEITO FINAL -

Título do Trabalho:

Orientando(a):

Orientador(a):

CATEGORIA	EXAMINAD OR 1	EXAMINAD OR 2	EXAMINAD OR 3	SOMATÓRI O
APRESENTAÇÃO ESCRITA				
APRESENTAÇÃO ORAL				
TOTAL				
			MÉDIA	

Conceito final:

() aprovado(a)

() reprovado(a)

Picos, ____ de ____ de ____

Assinatura do(a) examinador(a)

Assinatura do(a) examinador(a)

Assinatura do(a) orientador(a)



ATA DE APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM DO CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS/UFPI

Aos ____ dias do mês de _____ de _____, às _____ horas, em sessão pública na sala _____ do *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros, reuniu-se a Banca Examinadora, formalmente convidada para apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) discente _____, que apresentou o trabalho intitulado

_____, sob a orientação do(a) professor(a) _____. A referida Banca esteve constituída pelos seguintes examinadores:

_____ e _____.

O(A) presidente da Banca Examinadora, _____, iniciou a sessão, passando a palavra para o(a) discente, que expôs seu trabalho em vinte minutos. A seguir, passou a palavra para os examinadores, para comentários e arguições. Cada examinador dispôs de dez minutos, para a arguição e para as respostas do(a) discente. Encerrados os trabalhos de arguição, os examinadores deram seus pareceres, que foram consolidados e apresentados através da nota final. Em face dos referidos pareceres, o(a) discente foi considerado(a) _____ no Trabalho de Conclusão de Curso e eu, na qualidade de presidente da Banca Examinadora, lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelos examinadores e pelo(a) orientando(a). Picos, Piauí, ____ de _____ de _____.

Assinaturas:



MODELO DE FOLHA DE APROVAÇÃO**TÍTULO DO TCC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito à obtenção do Grau de Bacharel pela Universidade Federal do Piauí, *Campus* Sen. Helvídio Nunes de Barros.

Picos - Piauí, ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Nome Titulação
Instituição

Nome Titulação
Instituição

Nome Titulação
Instituição



MODELO DE CAPA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE BACHARELADO EM ENFERMAGEM

NOME DO ALUNO

TÍTULO
SUBTÍTULO

PICOS
ANO

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a name followed by a surname.